

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



**UNILA**

Universidade Federal  
da Integração  
Latino-Americana

**DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS E ALDEAMENTO DA POLÍTICA:  
A ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL NA RESISTÊNCIA AO  
PARADIGMA COLONIAL E NEOEXTRATIVISTA**

**ELIAS COLARES MEIRELES NETO**

**FOZ DO IGUAÇU – PR**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS E ALDEAMENTO DA POLÍTICA:  
A ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL NA RESISTÊNCIA AO  
PARADIGMA COLONIAL E NEOEXTRATIVISTA**

ELIAS COLARES MEIRELES NETO

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Relações Internacionais da Universidade  
Federal da Integração Latino-americana.

FOZ DO IGUAÇU – PR

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS E ALDEAMENTO DA POLÍTICA:  
A ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL NA RESISTÊNCIA AO  
PARADIGMA COLONIAL E NEOEXTRATIVISTA**

ELIAS COLARES MEIRELES NETO

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora: Professora Doutora Ana Carolina Teixeira Delgado (UNILA)

Professor Doutor Lucas Ribeiro Mesquita (UNILA)

Professora Doutora Mayane Bento Silva (UEPA)

Professor Doutor Jimmy Casas Klausen (PUC-RIO)

FOZ DO IGUAÇU – PR

2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

M514

Meireles Neto, Elias Colares.

Demarcação de territórios e aldeamento da política: a articulação dos povos indígenas do Brasil na resistência ao paradigma colonial e neoextrativista / Elias Colares Meireles Neto. - Foz do Iguaçu-PR, 2024. 149 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu-PR, 2024.

Orientador: Ana Carolina Teixeira Delgado.

1. Povos Indígenas. 2. Colonialidade. 3. Neoextrativismo. I. Delgado, Ana Carolina Teixeira. II. Título.

CDU 325.454

Dedico este trabalho à minha família, por todo o apoio e força dados em toda a minha vida e, especialmente, em toda minha jornada acadêmica. Jamais teria chegado aqui sem vocês.

## AGRADECIMENTOS

Em 2017, quando dei início à minha jornada acadêmica eu já desejava muito seguir na área de pesquisa, mas jamais imaginaria que as coisas aconteceriam tão rápido. A oportunidade de entrar no PPGRI da UNILA surgiu ainda em 2021, quando estava finalizando meu TCC da graduação e precisei conciliar meu estágio da época, com a escrita, o estudo para a seleção do mestrado e a produção do meu primeiro projeto de pesquisa. Deste momento para cá muitas coisas aconteceram: me graduei, comecei a trabalhar, ingressei no mestrado, mudei para o outro lado do país, fiz novos amigos, conheci novos lugares, apresentei trabalho no exterior e em língua estrangeira (com muito nervosismo), e cheguei nesta conclusão da dissertação. Foi uma jornada e tanto com muitas noites mal dormidas, um pouco de ansiedade, mas também com churrascos da turma PPGRI 2022 (a melhor turma que já passou por esta universidade, com certeza), passeios pela fronteira e reencontro com pessoas queridas.

Dou início aos meus agradecimentos com o plano espiritual. Agradeço a Deus pelo dom da vida, pelas oportunidades que surgiram para mim até o momento e por ter nascido na família em que nasci. Agradeço também a Nossa Senhora de Nazaré, a quem tanto pedi que este mestrado desse certo e a quem recorri nos momentos de dificuldades que enfrentei ao longo desta jornada.

Agradeço à minha família por todo o apoio que me deram ao longo da vida, sempre me incentivando a ir em busca dos meus sonhos e defenderem a educação como uma prioridade na minha vida. Deixo registrado minha gratidão pela minha mãe Ermecila Aires, meu pai Francisco Aires, minhas irmãs Ana Letícia Aires e Karina Brito, minha madrinha Flávia Meireles, minha avó Graça Meireles, minha tia Cristina Carvalho e toda a turma da Família Carvalho. Nos momentos que estava pensativo se deveria me mudar de Belém ou não para seguir o sonho do mestrado, foram vocês que me incentivaram e deram todo o apoio que eu precisava para conseguir realizar esse sonho.

Agradeço ao meu namorado, Lucas Figueiredo, por sempre estar ao meu lado, me apoiando e sonhando junto comigo. Estamos juntos desde o início de nossas vidas acadêmicas na graduação e agora continuamos em nossas vocações pela pesquisa ao mesmo tempo que continuamos nossa caminhada pela vida. Obrigado por ouvir minhas reclamações, meus anseios, pelos aconselhamentos e por dividir os bons e maus momentos da vida comigo. Nesse tempo que precisamos ficar longe um do outro, você sempre continuou comigo em coração e em tela.

Agradeço aos meus amigos de sempre Anne Garcia, Lidya Casanova, Pedro Assayag, Malu Rodrigues, Gabriela Santos e Ana Gouvêa. Todos nós seguimos rumos bastante diferentes após o fim do ensino médio e é sempre muito bom reencontrá-los (ou conversar virtualmente, para os que não estão morando mais em Belém) para atualizarmos as fofocas, falar besteira para cair na gargalhada, mas também de falar coisas sérias da vida.

Agradeço aos meus amigos Mirela Dinoá e Pedro Fróes que, além de colegas de faculdade, foram meus colegas de trabalho. Vocês foram essenciais para mim nesses anos de mestrado em que estava enfrentando essa dupla jornada de trabalho em horário comercial e fazer a pós-graduação no horário noturno. Obrigado por dividirem os bons e maus momentos do trabalho comigo, pelos TikToks trocados e pelas conversas que, fora do nosso grupo, ninguém mais entenderia.

Agradeço aos amigos que fiz em Foz do Iguaçu e à turma do PPGRI 2022. Vocês fizeram aquele momento de mudanças e de desafios serem mais leves e divertidos. Deixo um agradecimento especial aos meus amigos Vitor Bueno e Beatriz Donegá pelas noites de War, feijoada Vegana e mesas de bar; meus amigos Guilherme Kaim e Lucas Simon pelas caronas, cinemas e fofocas trocadas; meu amigo conterrâneo Matheus Silveira pelas trocas de conhecimento no grupo de pesquisa e por embarcar comigo numa longa viagem de ônibus até Buenos Aires (foi uma aventura e tanto); minha amiga Aline Andrade que dividiu a rotina e o apartamento comigo do início ao fim da jornada, ainda lembro que ficou pendente nossa ida ao Europa Bar.

Agradeço a minha orientadora professora Ana Carolina Delgado por me incentivar a pesquisar, por se empolgar com os temas de pesquisa comigo e por toda a parceria durante o mestrado. Tenho muita admiração pela professora e pela pesquisadora que você é, agradeço por topar entrar nessa trajetória comigo e espero que nossa parceira continue rendendo bons frutos no futuro.

Agradeço aos membros da banca por se disponibilizarem a me acompanhar durante este período e pelas orientações dadas. Obrigado professora Mayane Bento por todo apoio que você me deu durante a graduação e após ela, é sempre muito bom lhe reencontrar. Obrigado professor Lucas Mesquita pelos ensinamentos das disciplinas durante o mestrado, por me acompanhar desde a apresentação do meu primeiro projeto na seletiva do mestrado e pelas orientações dadas ao longo da disciplina de seminários. Obrigado professor Jimmy Klausen por topar fazer parte desta banca e pelas orientações dadas.

*Jês, Kariris, Karajás, Tukanos, Caraíbas  
 Makus, Nambikwaras, Tupis, Bororós  
 Guaranis, Kaiowa, Nãndeva, YemiKruia  
 Yanomá, Waurá, Kamayurá, Iawalapiti, Suyá  
 Txikão, Txu-Karramãe, Xokren, Xikrin, Krahô  
 Ramkokamenkrá, Suyá*

*Hey! Hey! Hey!  
 Hey! Hey! Hey!*

*Curumim chama cunhatã que eu vou contar  
 Cunhatã chama curumim que eu vou contar  
 Curumim, cunhatã  
 Cunhatã, curumim*

*Antes que os homens aqui pisassem  
 Nas ricas e férteis terras brasileiras  
 Que eram povoadas e amadas por milhões de índios  
 Reais donos felizes  
 Da terra do pau-brasil  
 Pois todo dia, toda hora, era dia de índio  
 Pois todo dia, toda hora, era dia de índio*

*Mas agora eles só têm um dia  
 O dia dezanove de abril*

*(Jorge Ben Jor, 1981).*

## RESUMO

Nas últimas décadas, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) vem desenvolvendo suas atividades no âmbito doméstico e internacional por meio dos Acampamentos Terra Livre (ATL) e participações nas Conferências das Partes sobre mudanças climáticas da ONU (COP), respectivamente. Estes eventos são marcados por mobilizações e articulações de base que têm demonstrado ser formas de resistência a um paradigma que é fruto de um projeto colonial de poder. Resistência esta que tem os povos indígenas, ao mesmo tempo, como a população mais afetada pela expansão da fronteira extrativista e pelas mudanças climáticas e como os principais responsáveis pela preservação da natureza. Sendo assim, o problema desta investigação consiste em entender como a APIB em suas atuações nos ATLs e nas COPs exerce sua estratégia de resistência à colonialidade e ao neoextrativismo no Brasil. Para tanto, parte-se da hipótese de que a APIB atua nestes âmbitos domésticos e internacional no sentido de ocupar espaços políticos e denunciar a destruição da natureza e os episódios de violência contra os povos indígenas, posicionando-se como uma alternativa viável para a resolução dos principais problemas climáticos-ambientais globais. Esta hipótese é confirmada a partir da análise dos dados, demonstrando que a APIB pode ser considerada como um ator social coletivo global de grande relevância no contexto da resistência ao paradigma colonial-neoextrativista na América Latina. Portanto, a APIB exerce sua estratégia de resistência ao paradigma colonial-neoextrativista por meio desta da ocupação de espaços políticos, denunciando o contexto de violência e de destruição da natureza, conseqüentemente, projetando uma agenda indígena nas frentes doméstica e internacional.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Colonialidade, Neoextrativismo.

## RESUMEN

En las últimas décadas, la Articulación de los Pueblos Indígenas de Brasil (APIB) ha desarrollado sus actividades a nivel nacional e internacional por medio de los Campamentos Tierra Libre (ATL) y la participación en las Conferencias de las Partes de la ONU sobre cambio climático (COP), respectivamente. Estos eventos están marcados por movilizaciones y articulaciones populares que han demostrado ser formas de resistencia a un paradigma que es resultado de un proyecto de poder colonial. Esta resistencia tiene a los pueblos indígenas, al mismo tiempo, como la población más afectada por la ampliación de la frontera extractiva y el cambio climático, así como los principales responsables de preservar la naturaleza. Por lo tanto, el problema de esta investigación es comprender cómo la APIB, en sus acciones en ATL y COP, ejerce su estrategia de resistencia a la colonialidad y al neoextractivismo en Brasil. Así, se parte de la hipótesis de que APIB opera en estos ámbitos domésticos e internacionales con el fin de ocupar espacios políticos y denunciar la destrucción de la naturaleza y episodios de violencia contra los pueblos indígenas, posicionándose como una alternativa viable para la resolución de los principales problemas. Problemas climáticos y ambientales globales. Esta hipótesis se confirma a partir del análisis de datos, demostrando que APIB puede ser considerado como un actor social colectivo global de gran relevancia en el contexto de resistencia al paradigma colonial-neoextractivista en América Latina. Por lo tanto, APIB ejecuta su estrategia de resistencia al paradigma colonial-neoextractivista por medio de la ocupación de espacios políticos, denunciando el contexto de violencia y destrucción de la naturaleza, proyectando, en consecuencia, una agenda indígena en los frentes doméstico e internacional.

Palabras clave: Pueblos Indígenas, Colonialidad, Neoextractivismo.

## ABSTRACT

In the last decades, the Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB) has been developing its activities domestically and internationally through the Free Land Camps (ATL) and participation in the UN Conferences of the Parties on climate change (COP), respectively. These events are marked by mobilizations and articulations which have demonstrated to be forms of resistance to a paradigm that is the result of a colonial project of power. This resistance has indigenous peoples, at the same time, as the most affected population by the expansion of the extractive frontier and climate change and as the main responsible for preserving nature. Therefore, the problem of this investigation is to understand how APIB, in its actions in ATLs and COPs, performs its strategy of resistance to coloniality and neo-extractivism in Brazil. To this end, it is based on the hypothesis that APIB operates in these domestic and international spheres in order to occupy political spaces and denounce the destruction of nature and episodes of violence against indigenous peoples, positioning itself as a viable alternative for resolving of the main global climate-environmental problems. This hypothesis is confirmed based on data analysis, demonstrating that APIB can be considered as a global collective social actor of great relevance in the context of resistance to the colonial-extractivist paradigm in Latin America. Therefore, APIB executes its strategy of resistance to the colonial-neo-extractivist paradigm through the occupation of political spaces, denouncing the context of violence and destruction of nature, consequently, projecting an indigenous agenda on the domestic and international fronts.

Keywords: Indigenous Peoples, Coloniality, Neo-extractivism.

## LISTA DE SIGLAS

- AI-5 – Ato Institucional Nº 5
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo
- ARPINSUDESTE – Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
- ARPINSUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
- ATL – Acampamento Terra Livre
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAPOIB – Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- CGTT – Conselho Geral da Tribo Tikuna
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- CIR – Conselho Indígena de Roraima
- CISI – Comissão Intersetorial de Saúde Indígena
- CNPI – Conselho Nacional de Política Indigenista
- CNPT – Conselho Nacional de Populações Tradicionais
- COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- COICA – Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
- COP – Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (do inglês, “Conference of the Parties”)
- CPEC – Comissão Provisória de Estudos Constitucionais
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- GEE’S – Gases de Efeito Estufa
- GT – Grupo de Trabalho
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- ISA – Instituto Socioambiental
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
- OBV – Objetivos do Bem Viver

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SIGEF – Sistema de Gestão de Terras

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

STF – Supremo Tribunal Federal

TI – Terra Indígena

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNI – União das Nações Indígenas

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	21
2 COLONIALIDADE E NEOEXTRATIVISMO: NOVAS FASES DO PROJETO COLONIAL.....	25
2.1 TEORIZAÇÃO ANTI-COLONIAL E DECOLONIAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	26
2.2 NEOEXTRATIVISMO E A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTISMO.....	36
2.3 EXTRATIVISMO E COLONIALISMO SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO INDÍGENA LATINO-AMERICANO.....	52
3 HISTÓRIA DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO.....	66
3.1 SURGIMENTO DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO, DITADURA MILITAR E PRIMEIRAS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS.....	67
3.2 CONQUISTA DE DIREITOS E REESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO.....	79
4 A ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL.....	89
4.1 OS ACAMPAMENTOS TERRA LIVRE E OS GOVERNOS PROGRESSISTAS NAS PRIMEIRAS FASES DO NEOEXTRATIVISMO (2004-2015).....	90
4.2 OS ACAMPAMENTOS TERRA LIVRE, OS GOVERNOS ANTI-INDÍGENAS E NOVAS CONQUISTAS (2016-2023).....	102
4.3 O FUTURO É INDÍGENA: A ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL NAS CONFERÊNCIAS DAS PARTES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O FUTURO DO MOVIMENTO INDÍGENA.....	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	141

## 1 INTRODUÇÃO

A temática Povos Indígenas dentro do campo das Relações Internacionais, a qual tem ganhado mais visibilidade nos últimos anos, por muito tempo foi marginalizada pelo mainstream da disciplina na medida em que, nas primeiras décadas de produções teóricas, havia um foco muito maior das relações entre os Estados, sobretudo por centrar-se na perspectiva da guerra e de formas de cooperação interestatal dentro do debate realismo-idealismo/liberalismo (MOREIRA, 2008; TROWNSELL et al, 2019). Construída por meio de grandes debates teóricos-metodológicos, a disciplina de RI passou a incorporar outros elementos para além dos Estados nacionais a partir do que ficou conhecido como terceiro grande debate (também conhecido de debate interparadigmático entre realismo, liberalismo e marxismo) e o posterior quarto debate com as chamadas teorias pós-positivistas, as quais trouxeram novos olhares para a análise do campo internacional; atores sociais coletivos (como organizações não-governamentais, movimentos sociais, povos originários) e perspectivas de raça, gênero e classe passaram a se fazer muito mais presentes nas discussões da disciplina (ARRAES; GEHRE, 2013; NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Dentro deste arcabouço de teorias pós-positivistas pode-se destacar a teoria Pós-Colonial e sua vertente Decolonial de origem em pensadores latino-americanos, estas linhas teóricas possibilitaram a compreensão de que os povos indígenas da América Latina passaram por um processo de colonização que se iniciou no século XV e que se estendeu ao longo do tempo de forma incessante e, quando esse processo de colonização formal das Coroas Ibéricas teve seu fim. Com a independência dos Estados latino-americanos, as relações de dominação se remodelaram de tal maneira que teóricos da Teoria Decolonial como Aníbal Quijano (2005) consideram a colonialidade enquanto um fenômeno da modernidade, isto é, existem fenômenos que se perpetuam além do período colonial. Assim, o contato hierárquico e conflituoso da modernidade-ocidental com os povos ameríndios gerou um padrão de poder que mesmo com o fim das colônias formais, as hierarquias epistemológicas, raciais, de gênero e de classe não deixaram de ser coloniais, não atoa Quijano (2005) entende o processo de globalização e de consolidação do capitalismo como a culminação do projeto colonial.

A experiência colonial também foi responsável por deixar uma marca profunda nos povos indígenas americanos pela promoção do apagamento de suas histórias, suas tradições, suas oralidades, seus saberes e sua cosmologia; tudo isso graças à conjunção de interesses das Coroas Ibéricas e da Igreja católica, as quais trabalharam juntas por séculos para proibir tudo que era originário e promover tudo que era ocidental-cristão (BATTESTIN; BONATTI;

QUINTO, 2019). Ao longo da história brasileira, foi possível observar pelo menos dois ciclos de colonização: a colonização portuguesa durante os Períodos Colonial e Imperial e a ocupação da região amazônica durante a Ditadura Civil Militar brasileira. Em ambos os momentos foi possível observar o extrativismo como modelo econômico, a modernidade-colonialidade como projeto de sociedade e, mais recente na história, o desenvolvimentismo capitalista como o *modus operandi* das políticas públicas do Estado, ainda que recorrentemente isso implique em prejuízos socioambientais de grande magnitude (DOS SANTOS, 2020). Dessa forma, nos últimos séculos os povos indígenas brasileiros passaram por diversos ciclos de violência e seus direitos somente passaram a ser reconhecidos com a Constituição de 1988, ou seja, é recente a existência de uma legislação que reconheça direitos a esses povos.

No entanto, deve-se perceber que apesar do esforço que foi feito durante a constituinte para reconhecer esses direitos e garantir a esses povos a continuidade de suas práticas, o reconhecimento dos seus territórios e a garantia de direitos básicos (como saúde e educação) tornou-se cada vez mais frequente as violações a esses direitos à medida que a fronteira extrativista se expandiu, com o próprio estímulo do Estado (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2012). Enquanto fronteira extrativista entende-se o agronegócio, a mineração (seja industrial, seja garimpeira), a indústria madeireira, além de empreendimentos de infraestrutura como estradas e hidrelétricas e; enquanto Neoextrativismo, o período que se inicia na virada do Século XXI, no qual a partir do consenso das commodities e no aumento dos preços de produtos primários os Estados latino-americanos passaram por um processo de crescimento econômico pautado na reprimarização e na expansão da exploração socioambiental (SVAMPA, 2016; GUDYNAS, 2016). Portanto, o sentido que se adota nesta pesquisa para “extrativismo” pode ser definido enquanto economias nacionais estruturadas na superexploração de recursos naturais para fins de comercialização e não deve ser confundido com o extrativismo tradicional, praticado como forma de subsistência por alguns grupos como os próprios povos originários, ribeirinhos, seringueiros e outros.

Nesse contexto, esta pesquisa voltar-se-á para as ações da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) nas grandes mobilizações nacionais na forma de acampamentos intituladas “Acampamento Terra Livre” (ATL), bem como suas mobilizações internacionais nas Conferências das Partes das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP). Em relação à APIB, a articulação foi criada durante o ATL 2005 e aglutina diversas organizações e associações indígenas dentro do território brasileiro com o objetivo de fortalecer a união desses povos, articular seus interesses e organizar suas mobilizações. Tendo em vista que suas

ações não se limitam ao território nacional, somando à quantidade de povos que a APIB representa e à extensão territorial da sua atuação, pode-se considerá-la como um ator internacional de grande relevância para a inserção desses povos como sujeitos de relações internacionais, isto é, não apenas como objetos, mas como agentes capazes de influenciar tomadas de decisão seja na formulação de tratados e de acordos internacionais, seja nos processos internos de tomada de decisão do Brasil.

O ATL é um evento anual que ocorre em Brasília desde 2004, na Esplanada dos Ministérios, e funciona como uma grande assembleia na qual os povos indígenas intercambiam informações, reúnem pautas e estabelecem vínculo diplomático importante para o que se chama de consciência pan-indígena; portanto, é um momento de grande importância para reunir pautas comuns (geralmente de caráter denunciativo em relação às políticas do Estado e às violências sofridas pelos povos) e para uma aproximação afetiva entre os “parentes” (forma de tratamento adotada pelos indígenas brasileiros para remeter às suas conexões ancestrais) (APIB, 2022). A importância do ATL para este estudo parte do entendimento que à semelhança do que ocorre nas reuniões de organizações internacionais, quando diversas nações levam suas representações diplomáticas para discutir seus interesses e suas necessidades, o acampamento funciona como uma grande assembleia das nações indígenas. Assim, para além do caráter denunciativo, a reunião demonstra a construção de pautas comuns, de laços diplomáticos, mas também de possíveis divergências entre os participantes.

Em relação à participação nas Conferências das Partes da Convenção (COPs), indígenas brasileiros participam com suas organizações como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a própria APIB, utilizando este espaço com a presença de diversas lideranças globais para levarem a sua luta por reconhecimento político, por demarcação de suas terras e contribuindo ativamente nos debates sobre as mudanças climáticas (BORTOLOTTI, 2020). Sob lema “Não existe solução para crise climática sem terras e povos indígenas”, a APIB leva a luta indígena para o centro dos debates internacionais, advogando suas demandas históricas juntamente com os problemas enfrentados e discutidos pelas nações do mundo todo. Para este estudo, a participação da APIB nas COPs partirá da compreensão de que se trata do desdobramento das discussões feitas nos acampamentos, pois é o momento em que um grupo mais seletivo de lideranças indígenas brasileiras leva suas demandas ao ambiente internacional, quebrando a dependência de que uma liderança não-indígena tenha a sensibilidade abordar a luta indígena nas conferências.

Sendo assim, este estudo se justifica na necessidade de promover um amplo debate acerca das relações entre os povos indígenas, o Estado brasileiro e os atores do neoextrativismo (agronegócio, mineradoras, madeireiras, garimpeiros, entre outros), as quais tem tomado um rumo dramático nas últimas décadas, com o aumento contínuo da violência ao passo que os mecanismos de proteção social e ambiental são progressivamente desmontados concomitantemente à expansão da fronteira extrativista de exploração dos recursos naturais. Dentre estas relações, o alinhamento do governo com esses atores neoextrativista no executivo e no legislativo (representados pela formação das denominadas “Bancadas da Bala, da Bíblia e do Boi”<sup>1</sup>), tem resultado na formulação do que este estudo denomina como Agenda Anti-indígena, um projeto político genocida e ecocida no qual os interesses econômicos de uma elite agroexportadora e mineradora sobrepujam os direitos da população marginalizada e empobrecida em nome do desenvolvimento econômico nacional.

Ademais, embora nos últimos anos mais pesquisas tenham sido produzidas a respeito, a temática de Povos Indígenas nas Relações Internacionais ainda é marginalizada pelo mainstream da disciplina. Portanto, este estudo também se fundamenta na necessidade de dar mais visibilidade a esses povos enquanto atores de relações internacionais, compreendendo quais são suas agendas, suas estratégias de atuação e suas proposições. Ao trazer esta temática, também visa-se contribuir teoricamente à Teoria Decolonial e aos Debates Pós-extrativistas ao analisar como a colonialidade e o modelo econômico extrativista-capitalista afetam essas populações, influenciando nas suas dinâmicas sociais, econômicas e políticas e, mais especificamente, quais ações têm sido tomadas por esses povos em resistência a essas dinâmicas.

Sendo assim, esta pesquisa terá como *pergunta problema* “Como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) junto às Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas e nos Acampamentos Terra Livre exerce sua estratégia de resistência à colonialidade e ao neoextrativismo no Brasil?”; isto é, partindo do entendimento de que a colonialidade e o neoextrativismo são paradigmas intrínsecos da vida política, social e econômica brasileira, almeja-se compreender as estratégias adotadas pelas organizações indígenas para lutar pelos seus direitos e para atuar de forma mais ativa e influenciável na política nacional e nas relações internacionais. Nas últimas duas décadas esse movimento tem se aprimorado tecnicamente ao

---

<sup>1</sup> Esta é uma denominação utilizada nos Documentos finais dos ATLS para se referir às bancadas formadas por deputados de direita alinhados ao conservadorismo e ao agronegócio. Trata-se de uma denominação que não foi criada pelo movimento indígena, mas que acabou se popularizando na mídia nacional e foi apropriada pelas lideranças indígenas para se referir a este grupo específico de deputados.

incorporar o espaço digital na sua estratégia de ocupação e ao incorporar elementos dos estudos climáticos e ambientais na construção de sua contra narrativa do discurso neoextrativista ao discurso ambientalista liberal e obtém como resultado uma maior projeção discursiva internacionalmente.

Este estudo parte do entendimento de que com a crescente pressão da expansão da fronteira extrativista e com a perpetuação de relações de colonialidade, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil surge como uma grande organização estratégica com duas grandes ‘frentes’ de ação: uma frente nacional estruturada por meio dos Acampamentos Terra Livre e uma frente internacional, formada pela atuação de delegações indígenas brasileiras nas Conferências Internacionais das Nações Unidas, articulando o internacional e o local em ambas as frentes, isto é, encadeando os processos vividos pelos povos indígenas no Brasil com questões globais como as mudanças climáticas. Sendo assim, a *hipótese* deste estudo consiste em que a APIB tem atuado em suas frentes doméstica (nos ATLS) e internacional (nas COPs) no sentido de ocupar espaços políticos e denunciar a destruição da natureza e os episódios de violência que os povos indígenas enfrentam, posicionando-se como uma alternativa viável para a resolução dos principais problemas mundiais envolvendo o meio ambiente e as mudanças climáticas, sempre evocando a ancestralidade indígena, a luta contra o passado colonial e a presente colonialidade. Com isso, a APIB logra projetar uma agenda indígena internacional, articulando os saberes, as cosmologias, o doméstico, o internacional, o passado, o presente e o futuro.

Ademais, em relação à escolha deste estudo por investigar a atuação da APIB nas COPs, deve-se ao fato da Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ser o maior evento global sobre a crise climática e ecológica, isto é, é o espaço de negociações e de tomada de decisões com a maior capacidade de impactar política, economia e ecologia mundial. Tendo em vista a pergunta-problema e a hipótese desta investigação de investigar a atuação da APIB concernente à resistência à colonialidade e ao neoextrativismo, a luta pela terra e as mudanças climáticas surgem como questões centrais da narrativa propagada pela APIB em seus documentos e nas falas de seus representantes. Com a atuação de uma comissão própria nas últimas edições do maior evento global sobre mudanças climáticas, surge a necessidade de investigar essa iniciativa em associação ao que já estava sendo desenvolvido dentro do território nacional no que se refere aos acampamentos e à inserção de representantes indígenas em instâncias do governo brasileiro.

Ainda sobre a hipótese desta investigação, ela afirma duas frentes de atuação da APIB: a frente nacional representada pela atuação nos acampamentos e a frente internacional

representada pela participação em conferências internacionais; porém, dentro desta frente nacional para além das manifestações dos ATLS, há também uma atuação diplomática das lideranças indígenas para estabelecer uma aproximação entre si, o que também poderia ser analisado como uma terceira frente ou como constituinte da frente nacional. Tendo em vista o foco deste estudo em relação à resistência da APIB à colonialidade e ao extrativismo e em relação à projeção da estratégia da APIB para com o Estado brasileiro e com as Conferências do Clima, esta atuação diplomática entre lideranças indígenas não será analisada de maneira mais aprofundada tendo em vista o escopo da pesquisa.

Tendo em vista a experiência vivida pelas lideranças indígenas ao longo dos ATLS parece ter demonstrado que se fazia necessário representações indígenas estarem dentro do Estado brasileiro apesar de eventuais contradições de políticas públicas que pudessem ocorrer. Devido a isso, o “aldeamento da política” objetivado pela APIB tem como uma das principais estratégias a ocupação de cargos políticos dentro do Estado como cadeiras do legislativo, ministérios, entre outros órgãos governamentais, além de também ocupar espaços políticos de discussões internacionais como é o caso das comissões da APIB em suas participações nas COPs. Portanto, com a finalidade de trabalhar em cima deste problema de pesquisa e de testar esta hipótese, o *objetivo central* dessa pesquisa está em realizar um levantamento teórico e documental das frentes de atuação nacional (Acampamentos Terra Livre) e internacional (atuações nas Conferências do Clima) da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil das últimas duas décadas de forma que seja possível realizar uma análise indutiva que demonstre como essa articulação tem organizado a resistência ao paradigma colonial e neoextrativista.

Este paradigma colonial e neoextrativista, que também é mencionado do título desta dissertação, é um conceito que parte do entendimento da coexistência desses dois fenômenos na América Latina (colonialismo e neoextrativismo), os quais permeiam as relações políticas, econômicas e sociais. Optou-se pela utilização do termo colonial ao invés do termo colonialidade pelo entendimento do colonialismo como um fenômeno contínuo (que não foi extinguido com os processos de independência dos Estados latino-americanos), sobretudo em relação aos povos indígenas. Esta opção segue o que é defendido por alguns documentos finais dos ATLS, conforme será visto nos capítulos que seguem, os quais pontuam justamente esta ideia: o colonialismo e a violência colonial nunca findaram para os povos indígenas. Assim, dizer que o paradigma é colonial e neoextrativista é estabelecer uma conexão do passado com o presente e dos dois fenômenos, conforme será dissertado ao longo deste trabalho.

Enquanto *objetivos específicos*, essa pesquisa terá: (1) realizar uma revisão de literatura da disciplina de relações internacionais na Teoria Decolonial e nos Debates Pós-Extrativistas, buscando compreender a relação destas com a luta indígena latino-americana, e brasileira, de forma mais específica; (2) compreender como os movimentos de resistência indígena ao extrativismo surgiram e como foram se articulando no Brasil desde a década de 1960, (3) catalogar documentos, registros escritos e audiovisuais das ações da APIB nos acampamentos e nas conferências do clima para analisar como essas mobilizações contribuem não apenas para o reconhecimento dos direitos dos povos originários, mas também como resistência ao colonialismo interno e externo e ao paradigma neoextrativista brasileiro.

Cada objetivo específico será trabalhado por um capítulo, desta forma, no primeiro capítulo, estará concentrado os esforços de revisar em uma primeira sessão a literatura Decolonial das Relações Internacionais desde sua origem nos estudos Pós-Coloniais e estudos Subalternos até a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade. Na segunda sessão, para trabalhar a literatura concernente ao que chamo de Debates Pós-Extrativistas, serão abordados autores majoritariamente latino-americanos os quais trabalham o conceito de Neoextrativismo, definindo-o como um fenômeno de herança colonial da divisão internacional do trabalho e seus impactos na política, na economia e no meio ambiente. Na última sessão almejo me dedicar a realizar uma revisão de literatura indígena brasileira para definir os principais conceitos defendidos por esses autores, trazendo suas visões e suas teses em relação à resistência indígena, ao racismo, à crise climática e à exploração da natureza.

Para o segundo capítulo e segundo objetivo específico, será feito um levantamento histórico que possibilite a compreensão do surgimento do movimento indígena brasileiro em meados do século XX e do desenvolvimento de suas articulações até o momento da criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil no início do século XXI. Com isso, este capítulo buscará compreender a relação entre o surgimento das mobilizações indígenas com a expansão da fronteira extrativista no Brasil. Assim, este levantamento histórico possibilitará o leitor melhor compreender as demandas e as estratégias da APIB, as quais serão foco do capítulo seguinte, a partir dos seus antecedentes dentro deste recorte temporal do surgimento do movimento indígena brasileiro.

O terceiro capítulo será um espaço dedicado ao levantamento dos dados acerca das mobilizações da APIB nos acampamentos, tanto as edições anuais do acampamento Terra Livre como o acampamento o qual recebeu o nome de “Luta pela Vida”, ocorrido em 2021 e considerado a maior mobilização indígena do Brasil pela própria. Para isso, os principais itens

a serem analisados neste capítulo serão os documentos finais dos acampamentos e os registros jornalísticos e audiovisuais desses eventos, mas também farão parte da composição dos dados trabalhos científicos já publicados acerca dessas mobilizações como artigos, dissertações e teses. Os registros audiovisuais passaram a ser muito mais utilizados a partir do ATL de 2020, o qual precisou acontecer de forma totalmente virtual devido ao contexto pandêmico; essas gravações dos eventos terão grande importância para este estudo por possibilitarem acesso direto aos eventos, sendo possível analisar diretamente os discursos proferidos.

O mesmo capítulo também irá analisar a participação da Articulação dos Povos indígenas do Brasil na Conferência das Partes (COP – *Conference of the Parties*) das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Os principais materiais a serem analisados serão as cartas da APIB à COP, registros audiovisuais dos discursos de lideranças indígenas no evento e estudos previamente publicados acerca das mobilizações indígenas nas COP como livros, artigos, dissertações e teses. Este capítulo complementarará o capítulo anterior para se compreender as práticas do que a APIB chama de “aldeamento da política”, ou seja, como os movimentos indígenas têm se organizado para ocupar espaços políticos nacionais e internacionais e como esses diferentes locais estabelecem uma correlação entre si; também buscará compreender a importância da ocupação política das conferências internacionais para a estratégia da APIB.

## 1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista a proposta desta investigação de compreender como esta agenda da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) tem construído sua resistência a um paradigma posto ao Brasil, esta pesquisa adquire caráter interdisciplinar ao incorporar diferentes áreas das Ciências Sociais, como Relações Internacionais, Ciência Política e Economia. Ademais, a proposta também torna a finalidade desta pesquisa como básica e descritiva por pretender descrever o fenômeno da organização e da participação da APIB nesses espaços dos acampamentos e das conferências internacionais, estabelecendo conexões lógicas entre os fatos e os fenômenos analisados, sem a pretensão de aplicação prática dos resultados (ARRUDA FILHO; FARIAS FILHO, 2015).

Além disso, este trabalho possui natureza qualitativa por preocupar-se em examinar um fenômeno que não é quantificável que é a resistência indígena à colonialidade e ao neoextrativismo, mas que se trata de um fenômeno presente nas relações sociais, políticas e

econômicas. Portanto, a partir da análise qualitativa de dados não-métricos, objetiva-se produzir informações capazes de contribuir cientificamente aos estudos vigentes, buscando resultados os mais fidedignos possíveis dentro das limitações desta pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quando aos procedimentos técnicos e dentro das definições de Gerhardt e Silveira (2009), este estudo adotará o estudo de caso, tendo como tratamento técnico dos dados a revisão de literatura, análise documental e análise de registros e de produções audiovisuais.

Em relação à escolha pelo estudo de caso, ela se dá por este procedimento ser caracterizado pelo estudo exaustivo de um mesmo objeto e/ou fenômeno, sem a pretensão intervencionista do investigador sobre o objeto, bastando apenas intencionar analisá-lo e revelá-lo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Visto que o objetivo desta investigação é analisar como se dão as ações de resistência da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), portanto este é o “objeto” e/ou fenômeno a ser estudado exaustivamente por meio do levantamento de dados com a literatura científica já escrita, com os documentos produzidos pela própria APIB (Documentos finais dos ATLS 2004-2022, Revista ATL 2022, Cartas da APIB à COP) e com os registros audiovisuais produzidos pela APIB (Documentários disponíveis na internet, Gravações das Lives e Filmagens dos ATLS) e pelas mídias tradicionais e independentes. Tal delimitação da utilização destes documentos parte do entendimento de que as discussões feitas ao longo dos ATLS e nas COPs por lideranças indígenas perpassam por discussões envolvendo colonialidade, colonialismo e (neo)extrativismo e que, portanto, podem contribuir para a investigação que esta pesquisa se propõe.

Em relação ao tratamento dos documentos produzidos pela APIB, tanto as cartas da APIB como os documentos finais dos ATLS tocam em assuntos referentes a distintas pastas como por exemplo a educação indígena, a saúde indígena, a questão territorial, o avanço do agronegócio, a criação de leis contra os interesses dos povos indígenas, a implementação de grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outros assuntos. Dessa forma, tendo em vista a proposta desta investigação, será buscado nestas documentações dados referentes à questão da colonialidade e do neoextrativismo que possam contribuir para a análise deste paradigma, dando um enfoque maior para as discussões sobre demarcação de terras, instalação de megaprojetos, expansão da fronteira extrativista e formas de resistência dos povos indígenas. Esses documentos escritos e publicados pela APIB foram escolhidos para serem analisados por serem uma síntese do que se foi discutido e construído ao longo destas mobilizações, estes escritos serão arquivados e fichados, dando maior realce para a problemática da pesquisa acerca do paradigma colonial-neoextrativista para se compreender

como a resistência indígena veio se construindo e como o discurso da APIB nestes documentos foi se transformando ao longo dos anos.

De forma semelhante, os materiais audiovisuais serão analisados predominantemente na forma dos discursos das lideranças indígenas, com enfoque nas questões envolvendo tal paradigma colonial-neoextrativista no caso brasileiro. A análise do discurso buscará compreender, dentro do contexto social no qual este discurso está inserido, a perspectiva das lideranças indígenas acerca deste paradigma colonial-neoextrativista, quais suas reivindicações perante isso, quais são as ideias e os conceitos que reivindicam em suas proposições e, principalmente, como seus discursos podem conduzir a política global a um novo entendimento das relações político-econômicas entre as nações e da humanidade com a natureza para que se pense em um possível novo paradigma que supere essas condições de violência e de hierarquização.

Em molde semelhante ao executado por Fernanda Borbolotto (2020) em sua dissertação de mestrado e para melhor visualização da esquematização metodológica, o Quadro 1 foi construído para demonstrar como os objetivos estão distribuídos ao longo dos capítulos, quais as principais fontes e métodos utilizados e quais serão os tratamentos dados a este levantamento. Enquanto alguns capítulos serão construídos exclusivamente na revisão de literatura, outro terá uma combinação também envolvendo análise documental e audiovisual conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1: Esquematização Metodológica

<b>Título Do Capítulo</b>	Colonialidade e neoextrativismo: novas fases do projeto colonial	História dos povos indígenas do Brasil	A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
<b>Objetivos</b>	Revisar literatura da disciplina de Relações Internacionais na Teoria Decolonial e nos Debates Pós-Extrativistas, buscando compreender a relação destas com a luta indígena.	Compreender como os movimentos de resistência indígena ao extrativismo surgiram e como foram se articulando no Brasil desde a década de 1960	Catalogar documentos, registros escritos e audiovisuais das ações da APIB nos acampamentos e nas conferências do clima para analisar como essas mobilizações contribuem ao reconhecimento dos direitos dos povos originários e à resistência ao paradigma colonial-neoextrativista
<b>Dados</b>	Livros, Artigos, Dissertações e Teses acerca do assunto.	Livros, Artigos, Dissertações e Teses acerca do assunto.	Livros, Artigos, Dissertações e Teses. Documentos Finais dos ATLS (2004 – 2022), Revista ATL 2022, Cartas APIB nas COPs 26 e 27, Produções Audiovisuais e Gravações das Lives dos ATLS 2020 e 2021 e Gravações presenciais do ATL 2022.

<b>Método</b>	Revisão de Literatura.	Revisão de Literatura	Revisão de Literatura, Análise Documental, Análise de Material audiovisual.
<b>Tratamento de Dados</b>	Levantamento bibliográfico, estabelecendo cronologia entre os estudos e uma discussão acerca dos principais conceitos a serem debatidos ao longo desta pesquisa: Colonialidade e Neoeextrativismo.	Levantamento bibliográfico estabelecendo cronologia dos fatos históricos envolvendo os povos indígenas, dando enfoque nas suas formas de resistência, introduzindo o assunto para o capítulo seguinte.	Catalogar dados a partir de levantamento bibliográfico, análise documental e análise de material audiovisual. Para a análise documental e audiovisual será dado enfoque ao contexto em que ocorrem e na narrativa construída pelo discurso.

## 2 COLONIALIDADE E NEOEXTRATIVISMO: NOVAS FASES DO PROJETO COLONIAL

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar. A experiência das pessoas em diferentes lugares do mundo se projeta na mercadoria, significando que ela é tudo o que está fora de nós. (KRENAK, 2019, P. 23).

Em “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), Ailton Krenak nos convida a repensar nossas relações com a vida, com a terra e uns com os outros. Esta obra demonstra como um processo histórico, que é ao mesmo tempo colonial e moderno, transformou a relação que parte da humanidade possuía com a Terra ao transformá-la em mercadoria e, ao fazer isso, tem encaminhado toda a humanidade para um futuro hostil que o autor denomina de “fim do mundo”. Mas onde estaria a solução para evitar esta catástrofe? Para Krenak, ela sempre esteve com os povos indígenas, suas cosmovisões e seus modos de vida nos quais a natureza, ou Mãe Terra, ocupa o espaço do sagrado e do cuidado. Pensando num contexto latino-americano, nossas economias estão voltadas para o extrativismo de exportação, ao mesmo tempo que não nos desenvolvemos à semelhança de nossos antigos colonizadores, fazendo com que condenemos nossos povos e nossa natureza ao extermínio. Assim, precisamos, cada vez mais, das ideias para transformar essa nossa realidade e adiar o fim do mundo.

Este capítulo terá como atribuição buscar estas ideias por meio da execução do primeiro objetivo específico desta investigação, que consiste em “realizar uma revisão de literatura da disciplina de relações internacionais na Teoria Decolonial e nos Debates Pós-Extrativistas, buscando compreender a relação destas com a resistência indígena”. Sua importância dentro desta pesquisa está no firmamento de uma base teórica que seja capaz de fornecer explicações à resistência indígena nas atuações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil nos capítulos que seguem. Sendo assim, o capítulo possui três momentos: no primeiro momento é feita uma revisão da literatura decolonial das relações internacionais, buscando compreender suas premissas e sua origem dentro dos grandes debates da disciplina; no segundo, é analisando um conjunto de contribuições teóricas de autores latino-americanos no que diz respeito ao (neo)extrativismo e o desenvolvimento econômico e, no terceiro momento, serão discutidos contribuições teóricas indígenas brasileiras, interrelacionando-os com a questão da colonialidade e do neoextrativismo.

## 2.1 TEORIZAÇÃO ANTI-COLONIAL E DECOLONIAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Relações Internacionais enquanto uma disciplina independente que surge da ramificação da Ciência Política desponta no período após a Primeira Guerra Mundial, tendo como as relações entre os Estados seu objeto de investigação e a Guerra e a Diplomacia como os principais fenômenos a serem analisados (RIQUEIRA, 2012). Ao Longo do desenvolvimento do campo, conforme a autoimagem estabelecida, os Grandes Debates da disciplina foram responsáveis por refinar metodologicamente a disciplina bem como ampliar as quantidades de atores e de fenômenos a serem analisados a fim de se compreender o dinamismo das relações internacionais enquanto um espaço de relações políticas, econômicas, culturais e sociais.

O primeiro grande debate da disciplina partiu da discussão política e filosófica entre o idealismo (ou internacionalismo liberal) e o realismo, buscava-se compreender a natureza das relações internacionais e enquanto os primeiros acreditavam na ordem Wilsoniana de governança democrática e institucionalizada para guiar as relações entre as nações de forma que se evitasse novos conflitos como a Primeira Guerra Mundial; os segundos buscavam em referências teóricas anteriores como Tucídides, Maquiavel e Hobbes, explicando a característica anárquica do sistema internacional e na inevitabilidade do surgimento de conflitos internacionais dada a necessidade de mantimento da soberania nacional e a busca incessante pelo poder (RIQUEIRA, 2012; JATOBÁ, 2013). Sendo assim, o primeiro grande dilema do campo estava centrado na guerra e na paz, tendo como únicos atores de relações internacionais analisados os próprios Estados e havia um foco muito mais predominante na discussão político-filosófica para definir qual seria a natureza das relações internacionais.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, evidentemente os realistas passaram a ter uma proeminência sobre as discussões da disciplina, e o segundo grande debate já foi marcado pela discussão metodológica dos estudos da disciplina, de um lado, os behavioristas reforçavam a “ortodoxia fundacional realista” ao buscar incorporar métodos das ciências naturais e exatas para elaborar “leis gerais” das relações internacionais; enquanto do outro lado os tradicionalistas acreditavam que as relações entre os estados não poderiam ser reduzidas a apenas análises quantitativas, desconsiderando a filosofia e a história (RIQUEIRA, 2012). Esta primeira discussão metodológica viria a ser importante para os próximos debates que trariam a discussão de superação do modelo positivista de teorização das relações internacionais.

A década de 1970, dentro do campo das Relações Internacionais (RI), é marcada pelo estopim de um pluralismo teórico sobretudo com o que convencionou-se chamar de terceiro e de quarto debate da disciplina, os quais buscaram atualizar o campo de estudo das relações internacionais tendo em vista às mudanças políticas e econômicas que estavam ocorrendo no mundo na extensão do período da Guerra Fria e do Pós-Guerra Fria. O terceiro grande debate das Relações Internacionais remonta às questões ontológicas do primeiro, também sendo denominado de debate interparadigmático, o qual foi marcado pela coexistência de três correntes (ou paradigmas) com suas respectivas leis e ontologias: o neorealismo, o neoliberalismo e o globalismo (JATOBÁ, 2013; MESSARI; NOGUEIRA, 2005). Ainda sobre o debate interparadigmático, observa-se que há uma divergência entre teóricos do campo em considerar este momento de atualização das teorias clássicas um debate propriamente dito. Tal divergência não é relevante para a proposta investigativa deste estudo a escolha por considerar a divisão entre o terceiro e o quarto debate nesta breve genealogia das Relações Internacionais é meramente didática para separar os dois momentos.

Na década seguinte, o quarto debate marcou a divisão entre os racionalistas e os reflexivistas; os primeiros representados pelos liberais e pelos realistas; os segundos por correntes teóricas pós-positivistas como a Teoria Crítica, o Pós-Modernismo, o Pós-Estruturalismo, a Teoria Feminista e a Teoria Pós-colonial (JATOBÁ, 2013; MESSARI; NOGUEIRA, 2005). Pode-se afirmar que o quarto debate é responsável por ampliar os horizontes da disciplina por ao trazer elementos como o estudo da linguagem, da cultura, do gênero e da raça para a análise das relações internacionais que ainda estava muito centrada na estrutura do sistema internacional, na questão diplomática e na balança de poder político-econômico-militar. Ademais, tal debate entre racionalistas e reflexivistas também logrou ampliar a quantidade de atores de relações internacionais a serem analisados. Se antes as relações internacionais eram analisadas apenas a partir da interação dos estados, agora considera-se uma série de outros atores como as empresas multinacionais, as organizações governamentais, as organizações não-governamentais, os movimentos sociais, entre outros (LAGE, 2007; JATOBÁ, 2013).

Tendo esta contextualização estabelecida, este estudo terá como um dos pilares teóricos a abordagem decolonial, derivada do pós-colonialismo. Para melhor compreensão do surgimento desta ramificação teórica, Ballestrin (2013; 2017) sistematizou a genealogia do pós-colonialismo em três fases: (1) pós-colonialismo anticolonial, (2) pós-colonialismo canônico e (3) pós-colonialismo decolonial. A primeira fase desses escritos foi marcada pela influência da

psicanálise, do panafricanismo, do pensamento afro-diaspórico e do marxismo; tendo como destaque a chamada “tríade francesa” Aimé Césaire, Albert Memmi e Frantz Fanon; que tiveram suas obras publicadas entre as décadas de 1940 e 1960 (BALLESTRIN, 2013). Esses três autores embora não fizessem parte de um movimento propriamente dito “pós-colonial”, lograram contribuir teoricamente para o entendimento de fenômenos derivados da experiência colonial, fenômenos esses que mais tarde seriam objeto de estudo e de sistematização de grupos de estudo como o Grupo de Estudos Subalternos, o Grupo de Estudos Subalternos Latino-americano e o próprio Modernidade/Colonialidade.

Na década de 1970, surge então o pós-colonialismo canônico com a publicação de Edward Said intitulada “Orientalismo”, que analisava discursivamente textos literários europeus demonstrando que uma ideia de “oriente” havia sido criada para contrastar com a de “ocidente” em favor de uma hierarquização de culturas e povos; para isso, foi fortemente influenciado por estudos pós-estruturalistas, pós-modernos e dos próprios estudos produzidos pelo Grupo de Estudos Subalternos, formado naquela mesma década e liderado por Ranajit Guha. Mais tarde, na década de 1990, a fase decolonial dos estudos pós-coloniais após a dissolução do Grupo de Estudos Subalternos latino-americanos e a formação do Grupo Modernidade/colonialidade (M/C) no ano de 1998; tendo como principais nomes desse movimento Walter D Mignolo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Ramón Grosfogel, Catherine Walsh e Immanuel Wallerstein (BALLESTRIN, 2013; 2017).

Sendo construído a partir de seminários e de publicações, o Grupo M/C buscou realizar um rompimento epistemológico com as produções intelectuais eurocentradas, analisando fenômenos políticos, sociais e econômicos derivados da experiência colonial na América Latina como a divisão racializadas do trabalho, o processo de racialização, a participação da América na consolidação do capitalismo e da globalização e os mecanismos de hierarquização de saber que persistiam em padrões coloniais (BALLESTRIN, 2013). Em vista disso, a escolha deste referencial teórico em relações internacionais para esta pesquisa se dá pela capacidade explicativa que esta corrente teórica fornece de elucidar a perpetuação de formas de dominação social, econômica e política embrionadas na fase colonial, sobretudo em virtude da intenção de se analisar a resistência indígena brasileira, a qual luta até os dias de hoje para que toda essa diversidade epistemológica, cosmológica e da própria natureza não sejam totalmente dizimadas.

Aníbal Quijano (2005), um dos principais articuladores do Grupo M/C disserta ao longo de suas obras a indissociabilidade dos processos de colonização, consolidação do

capitalismo e da globalização; seguindo a lógica de que, embora os primeiros indícios históricos de surgimento do modo de produção capitalista sejam anteriores ao processo de ocupação da América pelos europeus, a exploração desses territórios por meio do colonialismo serviu à acumulação primitiva de capital dos países que hoje estão no centro da economia global, isto é, o processo de globalização é a culminação do processo de consolidação do capitalismo no mundo, possibilitado pela super exploração intercontinental da Europa em relação à América e à África. Para esta sucessão de fatos, o processo de racialização foi o mecanismo colonial operacionalizado para definir as hierarquias, assim, o homem europeu ao encontrar outros povos vivendo nas terras “descobertas”, assumiu uma missão civilizatória de tornar todas aquelas estruturas sociais em modernas (QUIJANO, 2005).

Por modernidade, há que se entender duas perspectivas: (1) a perspectiva eurocêntrica de que modernidade é um amadurecimento adquirido por meio de um esforço racional como processo crítico, portanto, um movimento que inicia na Europa por volta do século XVI e (2) a visão eurocêntrica e prepotente de que a sociedade ocidental-europeia é o estágio mais avançado e desenvolvido da humanidade, sendo os demais povos do mundo alocados em uma linha crescente de evolucionismo para atingirem esse ápice. Assim, os acontecimentos históricos que projetam os princípios do pensamento moderno foram a Reforma Protestante, o Movimento Iluminista e a Revolução Francesa; com o Mercantilismo e a conquista da América, a modernidade se torna a justificativa da prática de violência colonial na medida em que a autodeclarada superioridade europeia obrigava civilizar os povos bárbaros, os quais muitas vezes resistiam ao processo civilizador e, devido a isso, seria necessária a utilização da violência para eliminar os obstáculos à evolução e à modernização (DUSSEL, 2000).

Já por colonialidade, refere-se ao controle hegemônico das instituições modernas geradas na Europa e impostas aos povos colonizados que seria o modelo de econômico e de produção capitalista, a família nuclear burguesa como padrão reprodutivo social, o Estado como controlador da autoridade e a modernidade como modeladora das subjetividades. Com isso, Quijano (2005) aponta que mesmo com o fim das colonizações formais, isto é, a colonização institucionalizada na qual um determinado território está legalmente subjugado a outro; padrões coloniais de controle e de ordenamento social continuam sendo reproduzidos por essas instituições que modelam a realidade social global e a questão da racialização permanece neste processo todo ainda definido uma hierarquização que é socioeconômica, é da episteme e da cosmologia.

Pensando a modernidade e a colonialidade sob olhar do objeto desta pesquisa, pode-se refletir como aos povos indígenas do Brasil foi conferida ao longo da história uma imagem de sub-humanidade que ora eram classificados como bárbaros, ora como “folhas em branco” a serem preenchidas, mas nunca como sujeitos ativos e autônomos capazes de tomar decisões por si mesmos e esta foi a maneira encontrada para justificar sua subjugação ao regime colonial e, posteriormente, sua exclusão da política do Estado Brasileiro (AZANHA, VALADÃO, 1992; VIEIRA, 2015). A continuidade do fenômeno de hierarquização e de imposição de um modelo político-econômico capitalista-produtivista fez com que esses povos originários passassem a se organizar politicamente dentro de organizações regionais que mais tarde uniriam suas forças para formar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, uma frente nacional de resistência e de promoção dos interesses indígenas do Brasil em contrapartida à modernidade-colonialidade que não findou com o processo de independência, conforme será discutido seguidamente.

Com a conceitualização de colonialidade iniciada com Quijano, Mignolo (2010) sistematiza o que definiu como “matriz colonial de poder”, uma estrutura complexa de níveis entrelaçados na qual a colonialidade do poder estabelece o controle (1) da economia por meio do modo de produção capitalista, (2) da autoridade por meio do Estado, (3) da natureza e dos recursos naturais pela lógica da exploração, (4) do gênero e da sexualidade e (5) da subjetividade e do conhecimento pela modernidade e os valores que esta carrega. Assim, conforme explanado por Ballestrin (2013), a colonialidade do poder (e a matriz colonial do poder de Mignolo) podem ser sintetizadas em colonialidade do poder, do saber e do ser; em outras palavras, o padrão colonial de poder herdado da fase do colonialismo formal ainda torna possível que a Europa Ocidental, mais tarde acompanhada pelos Estados Unidos, continuem realizando a manutenção de uma estrutura hierárquica de poder, controlando a economia global, a produção de conhecimento e promovendo uma homogeneização de subjetividades.

Dessa forma, o primeiro passo que deve ser dado ao entendimento das produções teóricas do Grupo M/C é a distinção das definições de colonialidade e de colonialismo, pois embora sejam termos muito próximos semanticamente, descrevem fenômenos distintos: enquanto a colonialidade se trata dessa continuidade de padrões de hierarquização que funcionam como uma forma de controle de países que um dia já foram as metrópoles, o colonialismo seria a ocupação militar-institucional propriamente dita, quando uma nação subjuga outra diretamente, sendo muito mais “fácil” de visualizar a dominação. A Modernidade, previamente apresentada por Dussel (2000), funciona, então, como uma narrativa reguladora da colonialidade, no sentido de promover e reforçar o ideal civilizacional a ser

seguido mundialmente, não atoa Walter Mignolo (2011) afirma que não há modernidade sem colonialidade e a recíproca também é verdadeira.

O termo “decolonial” que dá nome a este segmento teórico surge então como uma referência a um processo de descolonização (do poder, do ser e do saber) a partir do que se chama de desobediência epistêmica e práxis decolonial; a primeira ação como sendo um processo de desprendimento dos modos hegemônicos de pensar a realidade sociopolítica, econômica e cultural, voltando-se para epistemologias construídas a partir da América Latina; a segunda, enquanto um exercício coletivo e intercultural de tornar visível práticas e perspectivas contra hegemônicas e/ou radicalmente distintas da perspectiva moderna-europeia-ocidental (MIGNOLO, 2018; WALSH;2018). Dessa forma, a luta dos povos indígenas se torna um exemplo dessa práxis decolonial na medida em que com a intensificação das suas ações por garantias dos seus direitos também é uma luta contra o extermínio da sua episteme, das suas práticas e dos seus territórios.

Neste ponto acerca de colonialidade e decolonialidade, pode-se fazer uma reflexão acerca do conceito utilizado por Gerald Taiaiake e Jeff Corntassel (2005) de colonialismo contemporâneo, isto é, na experiência dos povos indígenas do mundo colonizado, esta colonização nunca teve fim; se para os Estados nacionais a colonização formal se tratou de fato de um processo de libertação, para os indígenas foi apenas uma mudança de ator do colonialismo. A identidade indígena foi construída a partir da experiência colonial para diferenciar o europeu daqueles povos encontrados nas terras supostamente descobertas. Hoje, tal identidade além de reunir de forma identitária esses povos, também deve constituir práticas de regeneração baseadas no processo de reconectar-se com a terra, retomar maneiras linguísticas dos povos se conectarem sem interferência “mental e ideacional de colonialismo”; controlar medos impostos pelos colonizadores por meio da espiritualidade; “descolonizar a dieta” e reconstituição das relações de mentoria e aprendizagem comunitárias (ALFRED; CORNTASSEL, 2005). Este processo de regeneração, seria o processo de descolonização para os povos indígenas, em certa forma, à semelhança com a proposta de decolonização, portanto, o colonialismo nunca teve fim para os povos indígenas visto que os Estados independentes tomaram para si o papel de dominação territorial e cultural.

Acerca do processo de globalização, este seria uma manifestação intensificada do processo de intercâmbios culturais e econômicos transcontinentais, de expansão capitalista e de colonização; assumindo uma narrativa discursiva de que seria uma integração dos povos ou o fim das fronteiras, mas que, na verdade, tal narrativa estaria tentando encobrir a persistência

das violências de origens coloniais (CORONIL, 2000). Assim, a globalização utiliza-se da narrativa da modernidade e da lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2011) na medida em que a ideia de maiores intercâmbios mundiais é acompanhada da noção de homogeneização civilizacional e, por possuir base política e econômica no capitalismo neoliberal, remodela as relações coloniais de tal forma que, embora não haja mais uma força militar presente nos territórios colonizados para manter a dominação, os fluxos dos capitais financeiros tomam para si esta incumbência de dominação.

Esta crítica é bastante necessária na medida em que a Globalização neoliberal gera uma série de processos que reforçam a lógica moderna-colonial e, dentre estes processos, pode-se destacar a concentração de riqueza mais acelerada conseqüentemente ao processo de empobrecimento, a globalização da exploração da natureza e do trabalho, as migrações forçadas pelos contextos de guerras e de extrema pobreza e o próprio processo de dependência econômica; portanto, mais do que uma radicalização da modernidade, a globalização é a universalização da mesma a nível global, firmando-se enquanto um regime social e civilizacional (CORONIL, 2000; ESCOBAR, 2004). Dessa forma, a globalização é um processo contraditório, pois ao mesmo tempo que se cria uma narrativa de que se trata de um processo de integração a nível global capaz de proporcionar desenvolvimento econômico, mas na prática a lógica-moderna colonial de homogeneização, de hierarquização e de divisão do trabalho permanecem operantes.

Em relação a esta ideia de desenvolvimento que a globalização promete, ela surge por volta dos anos de 1950 quando o presidente estadunidense Harry Truman anunciou uma série de medidas conhecidas como “Fair Deal” (“acordo justo” em tradução livre) para prestar assistência às “áreas subdesenvolvidas” do globo, era uma medida que visava principalmente frear o avanço do socialismo no ocidente, dado o contexto da guerra fria, mas que se tornou uma ideia extremamente relevante para teóricos das ciências políticas e econômicas e para os políticos da maioria das nações (ESCOBAR, 2011). Assim, a ideia de desenvolvimento entra no imaginário social global como um mecanismo colonial do saber e do poder na medida em que assumiu-se o subdesenvolvimento como o principal problema das nações chamadas nesse contexto como “Terceiro Mundo” de forma acrítica, isto é, não era questionada a real origem dos problemas socioeconômicos enfrentados por estas nações, assumia-se apenas o discurso de que seria pela ausência de planos de governo que seguissem uma determinada fórmula engendrada naquele primeiro discurso de Truman sobre o “Fair Deal”.

Dessa forma, é possível relacionar os processos de globalização e desenvolvimento com o fenômeno da colonialidade no sentido de que estes processos têm consequência na homogeneização político-econômica e na manutenção de hierarquias sócio-políticas estabelecidas a partir do projeto colonial. Em outras palavras, a globalização possui uma marca neoliberal que possibilita uma integração econômica na qual os países desenvolvidos possuem maior acesso logístico e financeiro aos recursos dos países subdesenvolvidos e, em contrapartida, aos países subdesenvolvidos cabe consumir os produtos adquiridos dos países desenvolvidos com os seus recursos em uma relação análoga ao mercantilismo colonial, mas agora em uma roupagem capitalista-moderna. Em meio a estas relações de colonialidade a ideia do desenvolvimento chega como um ideal a ser atingido, podendo até mesmo ser utilizada como uma justificativa para intervenções econômicas em alguns países por outros. Mais à frente neste capítulo, esta discussão acerca do desenvolvimentismo será mais explorada, mas neste ponto em questão pode-se focar na ideia de que a globalização e o desenvolvimentismo são “braços” da colonialidade no sentido de serem ideais que passaram a ser seguidos por praticamente todas as nações do mundo à influência dos países desenvolvidos, garantindo a manutenção do status quo das hierarquias políticas, econômicas e sociais.

Em relação a este “terceiro mundo”, no qual a América Latina está inserida, trata-se do espaço geográfico e dos grupos sociais cuja exploração possibilitou a consolidação do capitalismo como padrão de poder mundial e, mais que isso, também possibilitou o que é chamado de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo. Enquanto os países europeus consolidavam suas relações de trabalho e de produção dentro do modelo capitalista até o século XIX, nos territórios colonizados continuavam perpetuando suas formas racializadas de exploração do trabalho, o que não mudou nem mesmo com os processos de independências das nações latino-americanas, devendo-se ao fato de que as novas elites nacionais desses países nada mais eram do que a elite branca herdada do período colonial (QUIJANO, 2000), não atoa países como o Brasil permaneceram escravocratas mesmo após sua independência de Portugal.

Dessa forma, o colonialismo foi a conjuntura que possibilitou a construção da ideia de raça para se produzir uma classificação social capaz de hierarquizar e submeter não-europeus a extrema exploração do seu trabalho, exploração esta que possibilitou a consolidação do capitalismo e o próprio desenvolvimento da Europa (QUIJANO, 2000). Realizando esta conexão lógica, pode-se afirmar que então não há como pensar o desenvolvimento latino-americano aos moldes do desenvolvimento europeu (e dos Estados Unidos) na medida em que estes somente atingiram tais níveis de desenvolvimento (e aqui entenda-se desenvolvimento

enquanto índices socioeconômicos) devido ao histórico de exploração do então chamado “Terceiro Mundo”, em outras palavras, a América Latina não pode se desenvolver aos níveis de seus colonizadores pelo seu histórico de exploração, de dependência e por não ter possuído colônias centenárias que lhes fornecessem tal base para suas economias.

Retomando para a ideia de desenvolvimento surgida no pós-segunda guerra mundial, no entendimento de Arturo Escobar (2011), esta concepção torna os países “subdesenvolvidos” do Terceiro Mundo zonas assistenciadas, isto é, definiu-se um novo mecanismo de controle no qual os países pobres são os principais problemas globais os quais necessitam de intervenção e, mais do que isso, são áreas que necessitam absorver formas de pensar modernas sobre gestão socioeconômica. À vista disso, a ideia de desenvolvimento assume caráter semelhante à missão civilizatória do projeto colonial identificada por Quijano (2005), se antes tal missão consistia em tornar aqueles povos bárbaros/selvagens em uma civilização, em um contexto geopolítico mais recente, a missão consiste em tornar os países subdesenvolvidos em nações desenvolvidas e, para que isto ocorra, é necessária a intervenção daquele mesmo grupo de nações da Europa ocidental, responsáveis pelas colonizações formais, bem como dos Estados Unidos.

Escobar (2011) explica que este processo de invenção do desenvolvimento faz com que o chamado “terceiro mundo” seja infantilizado, isto é, não é considerado capaz de atingir níveis satisfatórios de desenvolvimento sozinhos, por isso se faz necessária a intervenção dos países industrializados-desenvolvidos. Para tanto, também se torna imperativa a utilização de ferramentas adequadas como a ciência, a tecnologia, o planejamento e a articulação com organizações internacionais; essas ferramentas são consideradas como “neutras” (em termos de ideologia) e “universais” (na medida em que podem ser aplicadas à mesma maneira para todas as nações do mundo para obter o mesmo resultado desejado). Por conseguinte, fica da vez mais claro o caráter moderno-colonial do discurso do desenvolvimento ao criar uma ideia universalizante de que a pobreza mundial seria solucionada por meio do crescimento da renda *per capita* e, assim, todas as nações devem almejar e planejar o crescimento econômico com base nos padrões definidos pelos países de “primeiro mundo” (considera-se Estados Unidos e países da Europa ocidental).

Em vista disso, é possível afirmar que a partir do século XX a globalização é marcada pelo imperialismo estadunidense, o qual inicialmente utiliza a justificativa da Guerra Fria para realizar suas intervenções políticas e econômicas na América Latina, e que com o passar do tempo e a partir da década de 1950 vai transformando seu discurso inserindo a narrativa do desenvolvimento para continuar justificando suas práticas de intervenção de forma que não

possua um perfil de conquistador, mas de um moderador político e econômico internacional (ESCOBAR, 2004). Para tanto, Escobar (2004; 2015) propõe pensar alternativas à tal mecanismo de colonialidade global a partir de movimentos sociais questionadores de tal epistemologia moderna-europeia-ocidental, isto é, que questionem a ideia de desenvolvimentismo e de globalização para que se possa pensar teoricamente o que ele chama de pós-desenvolvimentismo ou decrescimento.

Na Atualidade, tais alternativas ao modelo político-econômico desenvolvimentista baseado no crescimento têm sido construídas por meio dos discursos de transição (*transition discourses*) os quais estão divididos geograficamente da seguinte forma: nos países industrializados-desenvolvidos (Estados Unidos e países da Europa Ocidental), os discursos de transição assumem a pauta do decrescimento como alternativa (isto é, estabelecer limites para o crescimento); já na América Latina existe uma pauta muito mais diversificada acerca dos discursos de transição e envolve pós-desenvolvimentismo, Bem Viver, Direitos da Natureza e Pós-Extratativismo<sup>2</sup>; todas essas discussões voltadas para a solução da problemática socioambiental causada pelo exercício da mentalidade moderna-colonial de desenvolvimento a qualquer custo (ESCOBAR, 2015). Assim, este estudo terá seu foco principal no discurso de transição a partir do Bem Viver e das perspectivas indígenas sobre o colonialismo e o (neo)extrativismo, sobretudo para uma melhor compreensão dos documentos e dos discursos dos representantes da APIB nos ATLS e nas COPs.

Esse recorte geográfico muito provavelmente ocorre pela necessidade que os países industrializados-desenvolvidos estão detectando de reduzir o ritmo desenfreado da destruição causada pelas suas indústrias ao passo que, na América Latina, por ter passado por um processo de industrialização deficitário e dependente, ainda se busca discutir o desenvolvimentismo e a tentativa falha de alcançar os índices econômicos do primeiro grupo. No entanto, independentemente de tal diferenciação, existe um consenso de que há que se discutir a questão do desenvolvimento, do crescimento, da destruição desenfreada da natureza e da superação da lógica moderna-colonial que implica em todos esses problemas (ESCOBAR, 2015). Assim, a crítica dos discursos de transição abordam não está diretamente ligada a conceitos como

---

<sup>2</sup> Os discursos de transição enumerados por Escobar (2015) são esforços teóricos acadêmicos para se pensar a superação do modelo econômico baseado no extrativismo desenvolvimentista, tendo em vista sua nocividade à longo prazo para a natureza e para a humanidade. Há uma diversidade de discursos tendo em vista a própria diversidade cosmológica e ideológica dos grupos que os pensaram. Por exemplo, a ideia de “Bem Viver” surge a partir de cosmologias indígenas e suas relações com a terra, enquanto o pós-extratativismo busca pensar dentro da cosmologia moderna-ocidental formas de transformar a economia global para um modelo mais sustentável.

“desenvolvimento sustentável” e suas variações, as quais apenas buscam mascarar com discurso ecológico a mesma lógica de exploração da natureza, de crescimento econômico e de desenvolvimento aos moldes modernos-ocidentais, fazendo tudo isso com a finalidade manter o processo de consumo e de acumulação capitalista; o que se busca nestes discursos de transição seria buscar alternativas pautadas no atendimento das necessidades das pessoas e no equilíbrio ecológico planetário.

Nesse contexto, as teorizações anticoloniais e decoloniais das relações internacionais contribuíram para os debates da disciplina ao buscar quebrar o seu padrão eurocêntrico de pensamento, propondo-se, a partir de epistemologias da América Latina, analisar o sistema-mundo moderno capitalista desde a fase do colonialismo formal até os resquícios de colonialidade da atualidade. Conceitos como modernidade, colonialidade, racialização, hierarquização, divisão do trabalho, entre outros, foram utilizados para fornecer explicações acerca das assimetrias globais e das relações de poder que podem ser observadas entre as nações e pelas populações dentro destas nações.

No que tange às discussões sobre capitalismo, globalização e desenvolvimento, autores como Quijano (2000, 2004) e Escobar (2004, 2011, 2015) fornecem explicações da relacionalidade destes fenômenos com o próprio projeto colonial, elucidando como os debates acerca desses fenômenos acabam por reforçar os mesmos padrões coloniais em que se coloca de um lado um ser dito racional-evoluído-moderno e de um outro um ser irracional-involuído-arcaico, o primeiro possuindo a “missão” autoconcedida de civilizar, modernizar e desenvolver o segundo. Tendo em vista a importância da discussão acerca do conceito de desenvolvimento, a próxima seção deste capítulo buscará entender dentro dos chamados “discursos de transição”, que estão ocorrendo na América Latina, como essas alternativas ao modelo capitalista-desenvolvimentista estão sendo pensados.

## **2.2 NEOEXTRATIVISMO E A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTISMO**

Em vista do seu passado colonial, discutir o (sub)desenvolvimento na América Latina é também discutir a relação que estas economias possuem com os “extrativismos” visto que a invasão do continente americano pelos europeus se deu justamente pela exploração dos recursos naturais aqui presentes e tal padrão de fluxo de bens primários não se alterou nem mesmo com os processos de independência. Por extrativismo, entende-se o agrupamento de atividades que extraem e/ou exploram de forma intensiva uma quantidade massiva de recursos naturais,

produzindo insumos que são destinados ao mercado externo do país para que possam ser manufaturados e industrializados (ACOSTA; BRAND, 2019). Este conceito trabalha a característica da contínua primarização das economias latino-americanas e seus impactos nas esferas econômicas, sociais e ambientais; portanto, não devendo ser confundido com o “extrativismo tradicional”, praticado como forma de subsistência por grupos como povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros ou pequenos produtores rurais.

Tal distinção de extrativismos faz-se necessária na medida em que há uma distinção de significados comumente atribuídos a este termo na América-Latina “hispanohablante” e no Brasil, enquanto que nos primeiros a palavra extrativismo deriva de “industrias extractivas” (referindo-se à indústria do petróleo e da mineração), no segundo a palavra já deriva de “reservas extrativistas” (áreas protegidas por lei onde ocorrem principalmente o extrativismo tradicional, de forma sustentável) (GUDYNAS, 2015). Ainda nas distinções do conceito de extrativismo, Gudynas (2015) explica que este também pode ser direto ou indireto, sendo o extrativismo direto aquele que que retira os recursos da natureza para utilização humana direta, e o extrativismo indireto quando se modifica um determinado ambiente e, a partir disso, obtêm-se algum produto extrativo, o autor utiliza do exemplo da transformação de um bosque em uma cidade. Portanto, a utilização do termo extrativismo nesta pesquisa refere-se ao extrativismo direto praticado por estes grandes empreendimentos extrativistas (extração de combustíveis fósseis, de mineração, de geração de energia, madeireira e agropecuária).

Gudynas (2015) define que para uma economia ser considerada extrativista ela deve cumprir simultaneamente 3 condições: (1) um alto volume e/ou intensidade de extração de recursos naturais, (2) estes recursos não são pouco processados ou exportados *in natura*, (3) e estes produtos representam mais da metade do volume total de exportações do país. Esses requisitos estão espelhados na maioria dos países latino-americanos na medida em que são países que exercem de forma exaustiva essas atividades extrativistas sem possuir uma demanda interna equivalente, o que resulta no perfil extrativista de exportação. Com isso, “a materialidade dos extrativismos é sempre local, mas sua organização social e econômica é afetada por fatores globais, como os investimentos, os preços e a demanda internacionais” (GUDYNAS, 2015, p. 16), isto é, o extrativismo é um fenômeno global que afeta diretamente o local onde ocorrem essas extrações, sendo possível destacar que seus efeitos também são globais no que tange às dependências econômicas dos países extrativistas e aos efeitos ambientais causados pela exploração exaustiva desses recursos.

Em consonância com a ideia de divisão internacional do trabalho de Aníbal Quijano trabalhada na seção anterior deste capítulo, Maristella Svampa (2016) entende a questão do extrativismo de exportação implementado na América Latina como uma herança colonial que destina a região ao papel de exportadora de natureza sob justificativa de seu desenvolvimento e de suas vantagens comparativas. A autora também aponta que mais do que uma imposição feita em tempos coloniais, trata-se também de uma escolha pelo extrativismo feita pelos governos ao longo do tempo (seja os governos democráticos, seja os ditatoriais, seja os governos neoliberais, seja os governos progressistas), assim, a política e a economia latino-americana é dominada por setores como o da mineração, da agropecuária/ do agronegócio e da indústria petrolífera independentemente do perfil do governo ao longo do tempo e apesar dos impactos socioambientais e dos questionáveis benefícios econômicos dessas atividades em nível nacional.

Acerca do perfil extrativista destas economias latino-americanas, surge, na virada do século XX para o século XXI, um fenômeno que pode ser conceituado como “novo extrativismo” ou neoextrativismo, no qual uma conjunção de fatores como o aumento no preço internacional das commodities e a ascensão de governos predominantemente progressistas na região resultassem em uma super exploração de recursos naturais concomitantemente a políticas de redistribuição de renda e investimentos em setores estratégicos como infraestrutura, moradia, entre outros, resultando em um rápido crescimento econômico ainda que de forma dependente e com uma série de impactos socioambientais causados pela expansão da fronteira extrativista nesses países (SVAMPA, 2016; GUDYNAS, 2009). Assim, pode-se afirmar que neste momento, o extrativismo ganhou o entendimento que seria uma via possível para o desenvolvimento não apenas econômico, mas social partindo da possibilidade de utilizar os ganhos econômicos desta exploração de recursos naturais para investimentos no combate à pobreza, o que foi feito de forma exitosa na maioria dessas economias que estavam sob governos progressistas.

Gudynas (2012) observa que algumas décadas antes deste neoextrativismo os movimentos e os partidos de esquerda sul-americanos eram muito mais críticos às chamadas “economias de enclaves extrativistas”, justamente pelo entendimento da reprimarização como caráter fundamental da dependência econômica vivida pelas economias da região. Portanto, ocorre uma virada no próprio pensamento, sobretudo da esquerda partidária que assume o comando executivo desses países, no sentido de buscar aproveitar os ganhos econômicos deste modelo extrativista para convertê-lo em desenvolvimento nacional. Porém, como Gudynas

aponta, o Estado passa a ter um caráter muito mais compensador, no sentido de compensar os malefícios do capitalismo e do neoextrativismo, sem realmente conseguir superar a dependência econômica, o subdesenvolvimento e a baixa diversidade produtiva. No fim das contas, apesar de grandes feitos executados por estes governos como a redução massiva da pobreza no continente, suas medidas ainda são dependentes de um momento econômico em que as commodities estejam com alta valoração financeira internacional.

Em “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo” (2009), Eduardo Gudynas entende o extrativismo como uma herança do modelo econômico imposto pelo colonialismo na América Latina e busca compreender as consequências deste novo momento do extrativismo na virada para o século XXI. O autor propõe um olhar crítico aos limitados benefícios do extrativismo a longo prazo devido ao crescimento econômico empobrecedor de reprimarização, de desterritorialização pela ocupação de grandes regiões por corporações multinacionais e a geração de conflitos socioambientais. Não obstante e em vistas de tais problemáticas, gerou-se também uma contradição na medida em que, com papel de governos progressistas da “Onda Rosa” ou da “Guinada à esquerda” (vivenciada por países como Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela e Uruguai); em um primeiro momento, inverteu-se a lógica de que o extrativismo gerava pobreza nas economias periféricas, demonstrando, em certa medida, as possibilidades de manejar os impactos socioambientais negativos dessas atividades em prol de uma agenda desenvolvimentista com positivo impacto social principalmente em relação à redistribuição de renda executada pelos Estados (GUDYNAS, 2009).

Em relação ao *consenso das commodities*, este seria o momento em que ocorre a entrada da América Latina em uma nova ordem econômica e político-ideológico baseada na alta dos preços das mercadorias de origem primária sobretudo de origem agropecuária e mineral. Dessa forma, ocorreu uma transição do período que ficou conhecido como *consenso de Washington*, no qual foram implementados ajustes fiscais e privatizações de ordem neoliberal para o prometido desenvolvimento latino-americano, para o *consenso das commodities*, quando se passou a implementar massivamente projetos extrativos orientados para exportação e os Estados lograram adquirir um papel maior que o previsto no consenso anterior, assumindo um caráter sobretudo logístico e distributivo dos ganhos econômicos (SVAMPA; 2012, 2013). No caso da América Latina, estas commodities que tiveram alta no preço ao longo desta primeira década do século XXI estão representadas principalmente pelas monoculturas do milho, da soja e do trigo; mas também hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), metais e minerais.

À vista disso, o consenso das commodities implica não apenas na consolidação do perfil primário-exportador latino-americano, mas também estabelece uma ideologia na qual a dinâmica extrativista possuiria caráter irrevogável dentro da lógica das vantagens comparativas em que há uma alta demanda por produtos primários no comércio internacional e há uma abundância destes na América Latina, seria uma visão análoga à visão “*eldoradista*” dos antigos colonizadores europeus (SVAMPA, 2013). Logo, o único destino possível para o desenvolvimento latino-americano seria tomar proveito das vantagens comparativas, isto é, dos recursos naturais em abundância que estes possuem, para obter ganhos econômicos capazes de proporcionar a superação das suas condições de pobreza, falta de infraestrutura, falta de tecnologia, entre outros problemas dos países subdesenvolvidos.

No entanto, um dos problemas do neoextrativismo que também tem relação com este *consenso das commodities* é o processo de reprimarização das economias latino-americanas, pois uma vez que se entra neste consenso, estas economias passam a executar a lógica produtivista e crescimento e de desenvolvimento econômicos a partir da exaustiva exploração de recursos naturais e ampliação da fronteira extrativista para regiões do território nacional consideradas desocupadas ou improdutivas. Com esta reorientação para a exportação de produtos extrativos primários de pouco valor agregado, os países latino-americanos passaram a depender economicamente até mesmo de novos atores emergentes como é o caso da China, a qual exporta para esses países diversos tipos de manufaturas, inclusive cada vez de mais alta tecnologia, e, em contrapartida, importa as *commodities* (SVAMPA; 2012, 2013). Portanto, deve-se investigar mais profundamente os problemas desse “novo” paradigma político-econômico para que se pense em alternativas a este desenvolvimento empobrecedor do qual a América Latina ainda não conseguiu lograr de superar.

Este *consenso das commodities* seria substituído pelo *consenso da descarbonização*, um novo momento para os acordos capitalistas globais que pensaria na incorporação da ideia da descarbonização da produção energética mundial. Este novo consenso leva à ideia de “extrativismo verde” e “colonialismo energético” o que, de forma sucinta, representaria apenas um novo modelo a ser seguido pelas economias do Sul Global com base nos interesses de financiamento do Norte Global, sem modificar o modelo de comodificação da natureza e sem repensar as assimetrias sistêmicas que as economias globais possuem. Um exemplo desse extrativismo verde seria o investimento na exploração de recursos minerais utilizados para produção de baterias de eletrônicos e de veículos movidos a energia elétrica, seria mais um “sacrifício” socioeconômico que o Sul Global deveria estar disposto a fazer em nome da

sustentabilidade e do futuro da humanidade (BRINGEL, SVAMPA, 2023). Assim, o consenso da descarbonização embora pareça algo novo, trata-se apenas de mais uma remodelação da mesma lógica capitalista-extrativista, apenas invocando inovação tecnológica e manejo de recursos em prol da descarbonização energética, sem questionar o modelo produtivo e econômico como um todo para um real diagnóstico da problemática climática.

Em se tratando de problemas socioeconômicos do neoextrativismo, Alberto Acosta (2019) já se preocupou em diagnosticar o que ele chama de “patologias do extrativismo” destacando que este modelo tem como consequências: (1) prejudicar financeiramente o setor manufatureiro e agropecuário voltado às exportações com a entrada abrupta de divisas e a supervalorização da moeda nacional, distorcendo a economia com os fatores de produção migrando para a importação, o comércio e os serviços; (2) especializar a longo prazo a economia em exportador-primária, mercadorias de baixa elasticidade, baixa contribuição tecnológica e facilmente substituíveis; (3) a elevada taxa de lucro motiva a superprodução com graves efeitos socioambientais; (4) a volatilidade do preço das commodities faz com que essas economias tenham problemas fiscais recorrentes; (5) a economia aprofunda sua dependência externa sobre tecnologias; (6) a redução dos níveis de industrialização nacionais em virtude dos maiores volumes de importação; (7) o impedimento da diversificação produtiva; (8) os grupos empresariais extrativistas captura os poderes do Estado a seu favor; (9) ocorre o fenômeno de desterritorialização do Estado em virtude da transformação de partes do território nacional em mercadoria; (10) o aumento das tensões sociais, gerando conflitos socioambientais; (11) a baixa empregabilidade dos setores extrativistas.

A conclusão deste diagnóstico é que as patologias do extrativismo são os fatores que estão diretamente interrelacionados com o próprio subdesenvolvimento dessas nações e é por isso que estas economias apresentam fraqueza nos mercados internos, o fenômeno da pobreza em massas, a heterogeneidade estrutural de sistemas produtivos defasados e modernos coexistindo, a concentração produtiva de bens primários não-tecnológicos, falta de infraestrutura de integração, baixos investimentos em ciência e em tecnologia e carência de estratégias baseadas nas soberanias alimentar, energética, financeira e econômica (ACOSTA, 2019) conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Consequências das Patologias do Extrativismo

PATOLOGIA EXTRATIVISTA	CONSEQUÊNCIA AO SUBDESENVOLVIMENTO
Especialização econômica primário-exportadora.	Dependência tecnológica e econômica em relação a países industrializados.
Constante aumento da fronteira extrativista para a apropriação da natureza e dos seus recursos com fins de exploração econômica.	Desencadeamento de diversos conflitos socioambientais e empobrecimento de grupos localizados nestas zonas de exploração.
Volatilidade dos preços internacionais das commodities.	Maior frequência de problemas fiscais nas economias extrativistas.
Reprimarização e menores índices de industrialização.	Menor diversidade produtiva, tornando a economia refém das commodities.
Concentração dos lucros em grupos empresariais.	Aparelhamento dos Estados em função dos interesses econômicos destes grupos empresariais.

Fonte: ACOSTA, 2019, elaboração própria

No Quadro 2, identifica-se algumas das principais patologias do extrativismo e suas consequências para o que se considera para a própria condição de subdesenvolvimento, assim, pode-se afirmar que o extrativismo como modelo econômico central está diretamente ligado à própria dificuldade dos países latino-americanos de lograrem o sonhado e prometido desenvolvimento. A lógica da constante expansão da fronteira extrativista de exploração da socionatureza nunca deixa de ser operacionalizada, mas, no fim das contas, os países dependentes deste modelo econômico precisam que o mercado internacional de commodities defina bons preços para aqueles produtos que foram extraídos de seu território para que consigam registrar superávit, e caso ocorra uma queda brusca desses valores, vem a crise econômica. Por isso autores dessa corrente de pensamento pós-extrativismo definem o desenvolvimento por meio do extrativismo como ilusório, pois não é algo que trará uma constância para o futuro das nações latino-americanas, é verdade que em tempos de alta nos valores das commodities a região viverá tempos de bonança, mas o inverso também será verdadeiro, em tempos de desvalorização financeira das commodities esses países também vivenciarão quedas nas arrecadações que ocasionarão crises fiscais e econômicas.

Seguindo o recorte elaborado por Maristella Svampa (2019), o neoextrativismo na América Latina passou por três fases: (1) a Fase do Otimismo/Positividade, a qual compreende o período de 2003 a 2008, marcado pelo vertiginoso aumento dos preços internacionais das commodities e pelo giro extrativista em direção a um novo desenvolvimentismo baseado nas

vantagens comparativas das economias extrativistas nesse contexto de “boom das commodities”; (2) a Fase de Proliferação de Megaprojetos de 2009 a 2012, representada pela expansão massiva da fronteira extrativista e pela multiplicação de formas de resistências sociais a estes projetos; (3) a Fase da Exacerbação, de 2013 a 2015, que seria a continuidade da primeira mas de forma mais intensificada devido à disseminação incessante dos megaprojetos e dos conflitos socioambientais. Portanto, a partir do entendimento destas fases é possível observar que a fronteira extrativista nunca retraiu, apenas expandiu, nas últimas décadas e embora a crise financeira de 2008 tenha impactado negativamente na valoração de produtos primários nos anos seguintes, a tentativa de mitigação dos efeitos negativos da crise se deu apenas pela estratégia de aumentar a exploração dos recursos naturais.

A Fase da Proliferação de projetos também torna necessário repensar o próprio extrativismo para além daquelas atividades comumente associadas a ele como a mineração, a extração de combustíveis fósseis e a agropecuária; passando a incluir toda a infraestrutura que acompanha a implementação desses projetos. Grandes projetos extrativistas demandam uma grande quantidade de energia elétrica e uma cadeia logística robusta para que sejam capazes de despejar esses recursos naturais no mercado internacional, então, no cálculo dos seus impactos e na própria conceitualização de neoextrativismo, deve-se também considerar a construção das estradas, das ferrovias, das hidrelétricas, dentre outros projetos secundários que são desenvolvidos para que seja possível o neoextrativismo ser expandido. É devido a tal necessidade e projetos de infraestrutura que os governos progressistas que administravam esses territórios neste período apropriaram-se do discurso desenvolvimentista, associando-o principalmente ao crescimento econômico e combate à pobreza, por isso que Svampa (2019) identifica as práticas criminalizadoras e tendencialmente repressivas desses governos.

Este estudo considera essa prática repressiva dos governos ao longo das fases do neoextrativismo identificada por Svampa (2019) como securitização socioambiental, que seria um mecanismo adotado por governos (progressistas ou não, mas nesse caso do neoextrativismo, de maioria mais à esquerda do espectro político) para amarrar o discurso do desenvolvimentismo e tudo que este discurso evoca (crescimento econômico, geração de empregos, geração de renda, combate à pobreza, combate à fome, produção científica, entre outras questões) ao discurso em favor do neoextrativismo. Uma vez que um indivíduo ou um coletivo critica o neoextrativismo e a implementação dos seus projetos, este indivíduo ou coletivo também se colocaria contra esta série de benefícios socioeconômicos que ele supostamente traz para a nação, por isso diversas manifestações populares contrárias a

implementação de grandes projetos foram desmobilizadas por estes governos. Também não é atoa que a terceira fase do neoextrativismo é marcada por conflitos socioambientais protagonizados principalmente por comunidades tradicionais, povos originários e movimentos camponeses, pois são os grupos mais diretamente afetados pela expansão da fronteira extrativista e que por muito tempo foram deixados à margem das decisões políticas e econômicas que impactam diretamente em suas vidas, tendo suas manifestações desmobilizadas e suas vivências estigmatizadas perante suas nações.

Exemplos destas práticas de securitização se encontram na marcha de povos indígenas bolivianos para a capital em junho de 2010 contra o extrativismo dos recursos naturais de seus territórios autorizado pelo governo de Evo Morales, com isso, a resposta do presidente boliviano foi que aquelas manifestações foram resultado de uma manipulação de movimentos de direita promovidos pelos Estados Unidos contra seu governo. Concomitantemente a este evento, no Equador, povos indígenas manifestaram suas rejeições às leis de utilização da água e de mineração aprovadas pelo governo de Rafael Correa o qual respondeu que os equatorianos não deveriam seu potencial extrativo em nome de um “ecologismo extremo” (BLASER, 2013). Nestes dois casos a luta dos povos indígenas contra a exploração de seus territórios foram esvaziadas de significado, colocando-as como movimentos extremistas e os presidentes desses países colocaram-nos em posição de “inimigos nacionais” ou “inimigos do desenvolvimento”.

Em vista de tais conflitos, identifica-se os conceitos de território e de territorialidade são disputados por diferentes segmentos sociais (povos originários, movimentos socioambientais, governos, empresas, entre outros) e têm centralidade na discussão acerca do neoextrativismo na América Latina (SVAMPA, 2019). De forma sintetizada, existem duas formas de valoração do território que divide tais segmentos sociais: a primeira lógica é norteadada pelo produtivismo-desenvolvimentista, isto é, identificar espaços geográficos onde podem ocorrer determinadas atividades extrativas para adquirir ganhos econômicos que estão sendo “improdutivos” e “desocupados” e integrá-los à cadeia produtiva global instalando projetos extrativistas de diversas naturezas, Maristella Svampa (2019) cita os exemplos da Patagônia (Argentina) e da Amazônia (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname) como estas zonas de expansão da fronteira extrativista-produtivista.

Do outro lado da balança têm-se lógicas outras que englobam, por exemplo, a questão da ancestralidade indígena na relação com seu território, a convivência harmônica com o meio de povos ribeirinhos e a agroecologia de movimentos camponeses; estas lógicas outras diferenciam-se a primeira por não ter o produtivismo e a transformação completa e/ou massiva

de determinada região com a finalidade de acumulação de capital com base no extrativismo. Portanto, conforme análise da Svampa (2019) se trata de matrizes político-ideológicas de apropriação do território distintas e inconciliáveis, pois são necessariamente antagônicas e é justamente por isso que a partir da segunda fase do neoextrativismo foi possível observar a disseminação de diversos conflitos socioambientais na América Latina.

Em suma, apesar dos benefícios socioeconômicos que de fato foram conquistados por esta conjuração do contexto do *boom das commodities* e da ascensão de governos progressistas interessados em converter esses ganhos econômicos em desenvolvimento socioambiental, o paradigma neoextrativista não logrou em superar a dependência econômica externa dessas nações e também não conseguiu superar o “paradoxo do fatalismo tropical” na medida em que a expansão desenfreada da fronteira extrativista acabou por reprimarizar essas economias (ACOSTA, 2016). Assim, o desenvolvimento da América Latina dentro dessa matriz político-ideológica capitalista-produtivista-extrativista é uma ideia mais próxima da ilusão do que da concretude. Devido a isso, torna-se imperativo o esforço investigativo para alternativas pós-extrativistas e pós-desenvolvimentistas que promovam, ao mesmo tempo, a eliminação da pobreza, o limite do consumo e o reordenamento produtivo global para que seja possível limitar a apropriação da natureza; assim, seria feita uma transição de um “extrativismo depredador” para um “extrativismo indispensável”, isto é, ter-se a consciência que o extrativismo enquanto forma humana de se apropriar e modificar a natureza nunca será eliminado, mas a forma como está sendo operacionalizado deve ser repensada nos termos da crise ecológica global vigente (GUDYNAS, 2016).

Reitera-se a necessidade de continuar a investigação acerca dos discursos de transição apontados por Arturo Escobar (2015) para buscar alternativas a este cenário de crise generalizada (ecológica, social, política) em direção ao que Svampa chama de Giro Ecoterritorial das Lutas. Acerca de tais discursos, o decrescimento, proeminente nos países industrializados do Norte Global, tem suas origens nos estudos acerca da economia estacionária da obra “Princípios de Economia Política” (1848) de John Stuart Mill. Por economia estacionária entende-se um princípio norteador para as nações desenvolverem-se até o ponto em que fosse possível cessar o crescimento econômico, mantendo a qualidade de vida de todas as pessoas, assim, por mais que Mill não almeja abolir as classes sociais e a concentração de riqueza, já é possível identificar nesta obra a primeira problematização entre teóricos europeus-ocidentais das ciências econômicas em questionar a lógica produtivista do crescimento como equivalente do desenvolvimento e motivação final da economia (ACOSTA, 2019). Assim, o

decrescimento busca superar a dicotomia sociedade-economia e natureza para construir um pensamento econômico que seja capaz de compreender os limites da natureza, para que seja possível proporcionar bem-estar às pessoas ao mesmo tempo que busca o equilíbrio ecológico planetário.

Alberto Acosta aponta que não há uma definição clara de decrescimento, mas que este discurso de transição busca englobar uma série de reivindicações no sentido de desacelerar a lógica de consumo e de exploração de recursos naturais em níveis globais para que o equilíbrio ecológico não encontre seus limites irreversíveis. Dentro desta perspectiva, os países subdesenvolvidos do Sul Global não deveriam almejar atingir os padrões de consumo dos países industrializados, mas buscar outros meios de garantir o atendimento às necessidades básicas de todas as pessoas, garantindo qualidade de vida, mas sem precisar repetir o mesmo padrão civilizatório moderno. Por outro lado, os países industrializados do Norte Global devem trabalhar no estabelecimento de limites de consumo e de produção, quebrando a lógica produtivista de crescimento descontrolado e promovendo processo de equidade social (ACOSTA, 2019). Desse modo, decrescimento, então, é um conceito amplo que busca condensar iniciativas intelectuais (em sua maioria do Norte Global) para pensar em uma virada ecológica global.

Todavia, apesar de tal esforço intelectual da própria academia ocidental, a referência global de construção do conhecimento conforme as imposições coloniais, o que se tem observado é o fracasso de diversas convenções climáticas globais em resolver toda a complexidade da crise ecológica e, mais que isso, o agravamento de desigualdades socioeconômicas, intensa devastação ambiental e aparelhamento de Estados por corporações multinacionais e pelo capital financeiro (LANDER, 2016). Edgardo Lander (2016) então define o que chama de crise do padrão civilizatório hegemônico enquanto uma crise generalizada (social, política, econômica e ambiental) consequente da dominação científico-tecnológica-capitalista sobre a natureza que as negociações internacionais tentam, e fracassam em, controlar. Por mais que esta seja uma visão fatalista, tal dominação científico-tecnológica-capitalista mencionada pelo autor pode ser encarada como uma chave para pensar na construção alternativas (no plural) a partir de contribuições de diferentes experiências, cosmologias e epistemologias.

Pensar em soluções globais para a tal crise do padrão civilizatório hegemônico, portanto, necessita de um diálogo a nível global maior e mais diversificado geograficamente e cosmologicamente. Para tanto, uma corrente de pensamento latino-americana que tem ganhado

proeminência nos últimos anos nas discussões acadêmicas para se construir uma visão alternativa ao desenvolvimentismo (tanto sua versão predatória, como sua versão “sustentável”) é o Bem Viver. Trata-se de uma proposta centrada na ideia de construir um bem-estar entre as pessoas e a natureza, baseada “na forma de vida dos povos originários do Abya Yala (América Latina)” (CAPITÁN, et al., 2019, p. 8), assim, esta proposição rejeita o desenvolvimentismo por considerar que em diferentes países do mundo, sobretudo aqueles historicamente colonizados, dependentes e de economia extrativista; tal matriz política-ideológica tem levado os povos a um “*mal-desarrollo*”, pautado na heteronormatividade, na patriarcalidade, na colonialidade (do ser, do saber e do poder), na desigualdade socioeconômica e na destruição ambiental (CAPITÁN, et al., 2019).

O conjunto de literatura acerca do Bem Viver pode ser identificado a partir de ao menos três correntes discursivas conforme TORRES-SOLIS e RAMÍREZ-VALVERDE (2019) identificaram: a corrente socialista, a ecologista e a pós-desenvolvimentista. A primeira destas correntes, relacionada, principalmente, com os discursos de governos progressistas latino-americanos consiste em utilizar o Bem Viver como uma forma complementar do pensamento neomarxista, mas que ainda deixa de lado algumas questões como a relação com a natureza e questões identitárias e culturais. Por outro lado, as correntes *indigenista* e *pós-desenvolvimentista* já englobam também outras correntes de pensamento como a feminista, a decolonial, a cooperativista, a ecologista, entre outras; ou seja, são correntes que se propõem analisar de forma mais ampla a realidade para pensar na construção do Bem Viver. Mas em suma, apesar destas diferentes abordagens do Bem Viver na literatura recente, todos partem de um entendimento de necessidade de construção de uma proposta educativa global para a retomada de valores comunitários-coletivos capazes de superar as relações de dominação entre os seres humanos e destes seres com seres não-humanos e com a natureza; aplicando práticas de cuidado e de aproveitamento responsável dos recursos da Mãe Terra.

De acordo com Vanhulst (2020), para chegar nestas diferentes correntes, o Bem Viver passou por três momentos: sua emergência e expansão discursiva a partir da publicação do *Plan Amazanga* em 1992 (documento produzido por intelectuais indígenas equatorianos, o qual definiu Bem Viver como *Sumak Kawsay*); sua hibridização discursiva à medida que diversas contribuições teóricas passaram a incorporar as discussões do Bem Viver (correntes culturalistas, ecologistas, neomarxistas, indigenistas e pós-desenvolvimentistas), sobretudo quando tal conceito foi reivindicado nas constituintes do Equador e da Bolívia; e sua deslocação discursiva para se transformar nas três correntes teóricas supracitadas (VANHULST et al.,

2020). Em síntese, o conceito de Bem Viver tem origem no *Sumak Kawsay*<sup>3</sup> (“vida em plenitude”, na tradução direta), conjunto de princípios para se atingir a vida em plenitude material e espiritual, com harmonia entre os homens e destes com a natureza (MACAS, 2010); com a participação de movimentos sociais nas constituintes da Bolívia e do Equador, este conceito passa a ser discutido em termos de políticas públicas e a receber diversas contribuições teóricas de atores políticos e, a partir desta experiência, difunde-se em três vertentes ou correntes discursivas (neomarxista, indigenista e pós-desenvolvimentista).

Conforme pensado por Choquehuanca (2010), MACAS (2010) e Huanacuni (2010), o mundo é dividido em dois paradigmas antagônicos e contrastantes: O Paradigma Indígena e o Paradigma Ocidental, o primeiro tem suas bases de pensar e seu *modus operandi* centrado nas ideias de Viver Bem ou *Sumak Kawsay* e o segundo paradigma teria suas bases no pensamento do Viver Melhor, isto é, viver melhor que o outro, dominando-o e explorando-o a seu favor. Portanto, o Paradigma Ocidental do Viver Melhor tem seu modelo de organização econômica capitalista, baseado no consumismo e na exploração da natureza para fins de acumulação de capital; enquanto o Paradigma Indígena organiza-se de forma comunitária, tendo a ideia da complementariedade com a natureza (o homem como parte da natureza e não algo separado) e a busca da vida em plenitude. Para os três autores, a ideia de desenvolvimento, seja qual for o tipo de desenvolvimento abordado, deve ser superada, pois em todos os cenários há a lógica de crescimento e da exploração da natureza, o que mudaria, por exemplo, em relação ao desenvolvimento sustentável seria apenas controlar a dominação sobre a natureza, sem aboli-la de forma concreta.

Hoje a principal iniciativa global pensada a partir da identificação da crise climática-ecológica são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), atualmente da agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU); objetivos estes frutos de um suposto consenso internacional para que as nações consigam transicionar para o que consideram o desenvolvimento sustentável. Tal ‘consenso internacional’ é o primeiro ponto de crítica de teóricos do Bem Viver, bem como de lideranças da APIB, acerca do desenvolvimento sustentável e dos ODS na medida em que se trata de mais um modelo econômico e matriz político-ideológica produzido predominantemente por países ocidentais-industrializados para

---

<sup>3</sup> Existem dois conceitos oriundos de experiências indígenas andinas que se encontram na definição deste paradigma indígena, bem como nos debates pós-extrativistas: O Bem Viver e o Viver Bem. Bem Viver advém da expressão quéchua *Sumaq Kawsay* e Viver Bem, da expressão aymara *Suma Qamanã* (FÉLIX, 2012). A literatura utilizada neste capítulo teórico utiliza a denominação Bem Viver para definir este conjunto de cosmovisões baseadas na ideia do coletivo e da simbiose entre os seres humanos e a natureza (em contraste com a divisão homem-natureza do pensamento moderno-ocidental).

ser copiado e implementado em todos os outros territórios do mundo (CAPITÁN, et al., 2019). Faz-se também a ressalva de que a própria lógica desenvolvimentista ocidental imposta globalmente é a responsável pela crise generalizada que os ODS e a ONU tentam discutir e resolver, então como mascarar ecologicamente a causa do problema traria a solução dele? Isto é, o chamado “desenvolvimento sustentável” segue a mesma lógica de mercantilização da natureza, a diferença consiste no controle dos danos causados pela exploração dos recursos. Aliás, este é um ponto que poderá ser percebido ao longo da análise das discussões ocorridas nos Acampamentos Terra Livre.

Sendo assim, os ODS são limitados para solucionar a crise climática-ecológica pelas próprias limitações da matriz político-ideológica que os produziram (são pensados dentro da lógica capitalista, produtivista e antropocêntrica), e que, portanto, deveriam ser substituídos pela matriz do Bem Viver na medida em que os ODS não conseguem contribuir de forma eficaz para a melhora do bem-estar humano, ser mais um mecanismo de colonialidade por ser um modelo criado pelo Norte Global para ser replicado no Sul Global e não superar o antropocentrismo e a lógica produtivista de exploração da natureza para fins de acumulação de capital. Levando em consideração os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e tendo esta crítica a partir da perspectiva do Bem Viver, conclui-se que tais metas acabam por apenas tentar mitigar a crise climática-ecológica global para que o próprio *modus operandi* da economia mundial permaneça como está por mais tempo (CAPITÁN, et al., 2019).

À vista disso, os Objetivos do Bem Viver (OBV) em escala global seriam: (1) sustentabilidade biocêntrica/ecocêntrica (a harmonia de todos os seres vivos com a natureza); (2) equidade socioeconômica (harmonia entre todos os seres humanos); (3) satisfação pessoal (plenitude espiritual e material). Para tanto, seria necessário operacionalizar uma série de objetivos específicos, como por exemplo: a regeneração dos ecossistemas, superar o mau-desenvolvimento para uma economia verdadeiramente sustentável desvinculada da lógica produtivista de crescimento e de acumulação de riqueza; transformar cadeiras produtivas para escalas locais, implementar políticas baseadas na soberania alimentar, regulação de mercados, progressividade fiscal associada à redistribuição de renda e reconhecimento da interculturalidade e da diversidade humana e natural global (CAPITÁN, et al., 2019). Portanto, os OBV seriam a superação do pensamento moderno homogeneizante dos ODS.

Dentro deste debate de desenvolvimentos sustentável (e seus objetivos) e as cosmologias indígenas representadas pelo Bem Viver, deve-se ressaltar que é uma discussão que vem sendo desenvolvida dentro da academia, mas que é marginalizada dentro dos debates

das conferências internacionais. Quando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil participa de conferências como as COPs, este é um ponto que sempre é levantado nos discursos de suas lideranças, afinal, o desenvolvimento sustentável está sendo discutido há décadas, mas seus objetivos nunca são postos plenamente em prática e seus resultados estão muito longe de serem positivos. No capítulo deste trabalho em que serão analisados os ATLS e as participações da APIB nas COPs será possível perceber este ponto da crítica das lideranças indígenas, bem como a forma que estes líderes encontraram de se projetar neste debate como uma possível via de solução para a crise ecológica-climática global.

Esta crítica elaborada por Capitán, Álvarez, Guevara e Carranco (2019) pode ir além, sendo não apenas uma crítica aos ODS, mas também ao próprio decrescimento enquanto essa linha de pensamento que se desenvolveu predominantemente no Norte Global. Assim, a questão chave seria: por mais que o iminente colapso climático-ecológico possa ser evitado (ou atrasado) com iniciativas como redução do consumo, reordenamento de cadeias produtivas, reciclagem, redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs), políticas de redistribuição de renda, entre outras; o cerne da problemática do Viver Melhor (CHOQUEHUANCA, 2010) e do Paradigma Ocidental (HUANACUNI, 2010) não é superado. Isto não quer dizer que as medidas mencionadas não sejam positivas em certa medida, mas elas atuam como remediadoras dos sintomas, sem promover ativamente a cura da Mãe Terra.

Sendo assim, o Bem Viver e o *Sumak Kawsay* também se assemelham aos conceitos de *Pacha* e *Pachamama*, (“Mãe Terra”, em tradução livre) à diferença que os primeiros são conceituações sintetizadas por atores acadêmicos e políticos (inicialmente apenas indígenas, posteriormente, com contribuições outras) e os segundos são parte das tradições orais seculares indígenas andinas (ACEVEDO, 2017). Assim, estes saberes indígenas, tendo síntese construída dentro da academia ou sendo parte das tradições têm muito a contribuir para as discussões a respeito da crise climática-ecológica, do desenvolvimento, do extrativismo e da modernidade. Uma das principais inovações da incorporação das discussões do Bem Viver e de todo este arcabouço de saberes indígenas seria justamente subverter a lógica antropocêntrica de pensar a economia, a política e a própria ecologia para uma lógica ecocêntrica.

Dentro da lógica antropocêntrica vigente, existe uma clara distinção entre humanidade e natureza e esta segunda somente teria valoração a partir da vontade e da necessidade da primeira, ou seja, somente se reconhece o valor da natureza quando este concede algum benefício ao ser humano, seja este benefício a oportunidade explorar recursos naturais para consumo, seja a conservação dos biomas para mitigar a crise climática-ecológica para garantir

a continuidade da sobrevivência humana. A transição para uma lógica ecocêntrica, o valor da natureza seria o mesmo valor que o ser humano tem (a dignidade e o direito à vida), findando a dualidade humanidade-natureza e transformando-a em uma comunidade biótica (ACEVEDO, 2017). Reverter esta lógica de separação do homem e da natureza e estabelecer uma crítica ao desenvolvimento sustentável é parte do que a APIB vem defendendo em suas participações nas COPs, por isso a importância de compreender este debate.

Em vista da discussão acerca do (neo)extrativismo na América Latina e das buscas por alternativas, identificou-se a matriz político-ideológica de apropriação da natureza baseada em uma divisão internacional do trabalho que surgiu a partir da experiência colonial, tal divisão segue a dinâmica na qual os países industrializados-desenvolvidos (antigas metrópoles) importam bens primários ao passo que os países extrativistas-subdesenvolvidos (antigas colônias) e isto implica na continuidade de relações de dominação. O neoextrativismo enquanto uma categoria de análise de um novo momento na história da América Latina entende que o *boom das commodities* experienciado na virada do século XX para o século XXI associado à guinada à esquerda da região possibilitou uma janela de crescimento econômico que, em associação com políticas públicas de redistribuição de renda, contribuiu para a criação da lógica do extrativismo como via de desenvolvimento.

No entanto, diversos autores de vertentes teóricas como o pós-desenvolvimentismo, pós-extrativismo e Bem Viver apontam que, apesar dos ganhos socioeconômicos deste período neoextrativista, este modelo econômico e de apropriação da natureza além de não desenvolver as nações latino-americanas nos moldes europeus-ocidentais, causaram a intensificação e o surgimento de uma série de conflitos socioambientais e o que se define por mau-desenvolvimento ou desenvolvimento empobrecedor, com reprimarização econômica, baixa diversidade produtiva e poucos ganhos sociais em detrimento do enorme volume de recursos explorados. Para além dos efeitos locais desastrosos, a superexploração dos recursos naturais também provoca efeitos nocivos a nível global que compõem as causas da crise climática-ecológica que organismos internacionais como a ONU buscam encontrar soluções.

Desenvolvimento sustentável, economia verde e outras variações conceituais buscam trazer soluções para as crises climático-ecológica e socioeconômicas que estão sendo experienciadas no mundo, porém, como apontado pelas correntes teóricas críticas ao extrativismo e ao desenvolvimentismo, não resolvem o problema e, em um cenário muito positivo de cumprimento de metas como os ODS, apenas garantem maior longevidade para o atual modo de produção, de apropriação da natureza e de organização econômica global. Neste

cenário, as contribuições teóricas indígenas possibilitam uma inovação dentro deste campo de estudo, que ainda possui suas bases no pensamento moderno-ocidental, para superar a lógica antropocêntrica, produtivista e exploratória de acumulação das economias; remodelando a relação dos seres humanos entre si e com a natureza para transformá-los em uma comunidade biótica global em que o bem-estar (humano e não-humano) tenha centralidade nos planejamentos de políticas públicas e da economia.

A inovação para o campo de estudos em relação às propostas teóricas dos povos indígenas, no entanto, não é uma inovação em termos de práticas uma vez que esses povos secularmente já desenvolvem suas relações entre si e com a natureza de uma forma “sustentável”, em termos modernos-ocidentais. Nas últimas décadas o que tem ocorrido é que cada vez mais temos suas participações em publicações de livros, artigos e revistas; em redes e mídias sociais e nas instituições políticas de suas nações e em organizações internacionais; promovendo um diálogo de epistemologias e de cosmologias que muito tem a contribuir para o arcabouço teórico das Relações Internacionais, dos discursos de transição e para a própria discussão acerca da crise generalizada global (climática, ecológica, social, política e econômica). À vista disso, a próxima seção deste capítulo conduz o leitor à compreensão destas contribuições teóricas indígenas latino-americanas, em especial, brasileira, tendo em vista a problemática desta investigação.

### **2.3 EXTRATIVISMO E COLONIALISMO SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO INDÍGENA LATINO-AMERICANO**

O arcabouço de produções intelectuais produzidos diretamente por indígenas latino-americanos ou por autores não indígenas que investigam os fenômenos a partir de tais cosmologias e epistemologias indígenas constituem um movimento de superação do monopólio das teorias anglo-saxãs no estudo das relações internacionais. Conforme analisado por Steve Smith (2000), Stanley Hoffmann (1995), Williams Gonçalves e Leonardo Monetiro (2015), o campo de estudos das relações internacionais por mais que se proponha a ser uma disciplina global, não tem como marca um pluralismo epistemológico, mas a hegemonia de teorias postuladas principalmente nos Estados Unidos e, em segunda medida, no Reino Unido, tornando o circuito anglo-saxão um verdadeiro centro de poder de como pensar os fenômenos internacionais. Sendo assim, as RI são analisadas no mundo inteiro a partir de lentes teóricas bastante específicas, devendo ao fato da própria disciplina ter surgido no contexto pós-Primeira

guerra mundial e consolidação dos Estados Unidos como superpotência global, requerendo maiores investimentos em um campo científico que lhes fornecessem a compreensão da realidade internacional.

O próprio caminho do desenvolvimento da disciplina a partir dos grandes debates replicado neste mesmo trabalho é fruto das teorias e das discussões realizadas dentro do circuito estadunidense, idealismo-liberalismo, realismo, neorealismo e até mesmo as primeiras críticas chamadas de pós-positivistas foram formuladas dentro do circuito anglo-saxão. Portanto, as RI reproduzem o que Gonçalves e Monteiro (2015) definem como comportamento paroquial, no qual há um núcleo fechado de produção teórica, o qual referencia a si mesmo e debate somente entre si, impedindo que uma disciplina que se propõe a compreender fenômenos globais tenha uma produção teórica plural e, de fato global. Devido a isso, torna-se imperativo o esforço de incluir produções teóricas de fora deste circuito, entender como as RI estão sendo pensadas na América Latina, na África, na Ásia e em outras regiões para além dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, assim, esta seção é fruto de um esforço de investigação sobre o pensamento indígena latino-americano e suas contribuições para se pensar as RI.

Conforme visto na seção anterior deste capítulo, o pensamento indígena latino-americano já está estabelecido dentro das discussões acerca do desenvolvimento, da sustentabilidade e da ecologia. O *Sumak Kawsay* e o Bem Viver são propostas surgidas a partir de cosmovisões indígenas andinas para repensar diversos aspectos da estrutura do sistema internacional moderno-colonial que está levando a humanidade ao enfrentamento de uma crise generalizada. Aspectos como a relação homem-natureza, as hierarquizações humanas geradas a partir da divisão internacional do trabalho e do processo de racialização e o modo de produção capitalista consumista e dependente do extrativismo progressivo são exemplos desta virada teórica. Portanto, contribuições do pensamento indígena latino-americano por meio de sua cosmovisão, de sua epistemologia e de seu conhecimento ancestral adentra nos debates das Relações Internacionais dando um passo além do que foi feito pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, trazendo proposições que não necessariamente discordam de tudo que foi posto pelo esforço dos movimentos pós-coloniais, mas ampliam as fronteiras da disciplina para novas possibilidades analíticas.

Simón Yampara Huarachi (2009, 2011) explica que o encontro de povos e de civilizações a partir da experiência colonial resultou em uma egopolítica do conhecimento, na qual os europeus se comportam como deuses portadores de um conhecimento universal, global e científico, colocando-se fora da pacha (concepção holística indígena andina que representa a

interconexão do tempo e do espaço) para dominar e explorar o mundo. Com isso, Yampara (2009) defende um outro modelo (ou outros modelos, no plural) sistema educacional no sentido de construir ativamente diálogos entre os saberes milenares indígenas e os saberes centenários ocidentais em condições de equidade; compartilhando, complementando e intercambiando reciprocamente saberes e valores. Portanto, as ciências sociais precisam afastar-se dos moldes coloniais que promoverá uma virada na cosmovisão hegemônica e, conseqüentemente, uma progressiva superação do processo colonial.

Atualmente, matriz colonial de poder e de conhecimento que pretender ser universal, acaba por converter-se na ideologia neoliberal, tendo o nacionalismo e o processo de modernização como ferramentas para negar e estigmatizar o indígena como um ser primitivo preso em seu tradicionalismo e que, portanto, não consegue se “modernizar”. Tal questão do nacionalismo e da modernização são evocadas para se justificar a apropriação das terras pelos Estados e pelas corporações transnacionais, promovendo o saqueio dos recursos naturais à proveito de interesses privados das castas sociais oligárquicas capitalistas (YAMPARA, 2009). Por isso que Simón Yampara (2005) defende que o processo de descolonização deve ocorrer tanto na estrutura mental, na estrutura ideológica-política e, sobretudo, na estrutura territorial; isto é, os territórios indígenas devem ter autonomia política ou autodeterminação para tomarem decisões sobre as terras que ocupam para que não fiquem dependentes de decisões políticas tomadas fora dos seus territórios por gestores não-indígenas do Estado no qual estão inseridos

Esta autonomia defendida por Yampara (2005) é de extrema importância para o processo de regeneração pensado por Taiaiake Alfred e Jeff Corntassel (2005), este que consiste em um processo interno de cada indivíduo indígena que busca retomar um “tradicionalismo autoconsciente” baseado nos ensinamentos e nos valores tradicionais e ancestrais para superar a “corrupção das culturas indígenas a partir do contato colonial”. A corrupção das culturas indígenas seria a absorção de perspectivas como o individualismo a desconexão espiritual, a desconexão com a terra; portanto, a regeneração seguiria cinco mantras: a retomada de maneiras linguísticas dos povos se conectarem sem a interferência mental e ideacional do colonialismo, o controle dos medos impostos pelos colonizadores por meio da espiritualidade, a reconexão com a terra, a descolonização da dieta e a reconstituição das relações de mentoria e de aprendizagem comunitárias (ALFRED; CORNTASSEL, 2005). Estas ideias de processo de regeneração, autonomia e valorização dos saberes ancestrais são amplamente defendidas pelas lideranças da APIB conforme será visto no terceiro capítulo deste trabalho.

Estes pontos levantados por Yampara (2005), Taiaiake e Corntassel (2005) também estão conectados com a atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil no sentido de que a articulação busca a autonomia e a autogestão dos territórios indígenas, além de os próprios indígenas estarem participando dos processos de tomada de decisão sobre políticas públicas do Estado que os envolvam ou os afetem indiretamente, como é o caso de projetos extrativistas e de infraestrutura. Tudo isso, sem renunciar às suas cosmovisões, ao seu conhecimento ancestral e à sua identidade indígena, na perspectiva de conciliar a preservação dos seus modos de viver, mas também participando das políticas do Estado enquanto uma instituição moderna e reprodutora de colonialidade, mas que se torna inevitável de se negociar. O exercício desse diálogo também pode ser útil para a superação da egopolítica, nas palavras de Yampara (2009, 2011) para que o conhecimento moderno universalizante também reproduzido pelo Estado em seus discursos possa ser questionado, possibilitando maior diálogo com outras formas de conhecimento para pautar as políticas públicas.

Alfred e Corntassel (2005) escrevem a partir de localidades geográficas que este estudo definiu anteriormente como Norte Global, o que à primeira vista pode parecer um deslocamento da proposta desta sessão de investigar o pensamento indígena latino-americano, porém em termos epistemológicos e ontológicos podemos considerar seu pensamento como partindo do Sul Global geopolítico. Sua discussão acerca do processo de regeneração (entenda-se também por descolonização) e o próprio entendimento que os autores fornecem no texto a respeito da construção da identidade coletiva indígena a partir da experiência colonial (inicialmente em um processo de diferenciação daqueles povos com os colonizadores e depois sendo incorporado às lutas políticas desses povos como forma de unificá-los em suas causas) são questões que afetam povos indígenas do mundo inteiro. Tais reflexões elucidam como a colonização é um processo complexo que vai muito além da ocupação territorial e do assassinato direto de pessoas originárias, mas que exerce diversas formas de controle dessas pessoas por meio da linguagem, do pensamento, das leis, da dieta, e da própria forma de se relacionar com o outro humano e não-humano; a “corrupção da cultura indígena” seria, portanto, a culminação do projeto colonial-moderno de poder.

Na publicação “Proceso Constituyente y Buen Vivir 2007-2022”, editado por Francisco Hidalgo Flor, algumas lideranças indígenas equatorianas foram entrevistadas acerca da data comemorativa de 15 anos da etapa eleitoral da Assembleia Constituinte, a qual teve início em novembro de 2007. As perguntas questionaram justamente a participação dos povos indígenas na Constituinte, a incorporação do Sumak Kawsay na carta e as ações continuadas

pelos movimentos indígenas equatorianos até o ano de 2022. Nina Pacari, liderança indígena de origem Quechua e atual presidenta do Instituto para as Ciências Indígenas Pacari, explica que a refundação do Estado do Equador já era pensada pelo movimento indígena na década de 1990, pois, na constituição de 1998, houve as primeiras conquistas do movimento indígena com o reconhecimento de seus direitos coletivos, porém sem fazer isso de uma forma que alterasse as lógicas de poder e que, de fato, estes direitos fossem efetivados. Devido a isso, no processo da nova Constituinte o movimento indígena articulou para ir além do que foi feito em 1998, incorporando à constituição equatoriana o Sumak Kawsay e, sobre esta incorporação, Pacari destaca que esta é resultado de uma luta histórica dos povos originários, portanto uma conquista coletiva, e não uma conquista do Governo Rafael Correa.

O Sumak Kawsay, conforme visto na discussão sobre desenvolvimento, extrativismo e sustentabilidade; em tradução literal seria “Bem Viver” ou “Vida em plenitude” e Pacari identifica que alguns atores políticos acabaram por incorporar tal conceito e tratá-lo como uma forma de se atingir o bem-estar individual, porém, Sumak Kawsay é muito mais que o bem-estar por si só, também é muito mais do que uma questão individual, mas um projeto coletivo (FLOR, 2021). Macas (2010), por exemplo, define alguns princípios que guiam as relações comunitárias indígenas por meio do Sumak Kawsay, estes seriam: (1) *randi-randi* (princípio da reciprocidade e da redistribuição), *ruray, maki-maki* (princípio da organização do trabalho comunitário) e *ushay* (princípio da organização social e política indígena, no qual é predominante a política de consenso). Portanto, o Sumak Kawsay, no entendimento de Nina Pacari e Luis Macas, se converte em um pensamento surgido nas lutas de resistência do movimento indígena equatoriano e continua a ser desenvolvido, com uma série de outras contribuições, para se tornar um paradigma que seja capaz de fortalecer as vivências comunitárias de maneira que também possa reverberar globalmente para a superação do “Paradigma Ocidental”, nos termos de Huanacuni (2010).

Sumak Kawsay, nas palavras de Nina Pacari, então, é uma proposta para um novo modelo político econômico e um novo estilo de vida, indo muito além do pensar a ecologia da economia, isto é, não se restringe no pensar dos impactos ambientais causados pelo modo de produção capitalista e modelo de apropriação extrativista da terra, mas vai além e coloca no centro da problemática a própria modernidade, o antropocentrismo e o racismo (FLOR, 2021). Assim, este pensamento propõe pensar sociedade, economia e natureza não como setores independentes e separados, mas como partes interconectadas e interdependentes da vida, revertendo a lógica do Viver Melhor (exploração dos outros e da natureza como parte deste

outro para fins de mera acumulação de capital) para um Bem Viver. Nas cosmovisões andinas, o Sumak Kawsay estaria presente nas relações dos humanos com a Pachamama, relacionando-se com a materialidade e com a espiritualidade de forma que haja um equilíbrio entre todos os seres (humanos e não-humanos) na Pacha (tempo-espço); na modernidade e no antropoceno, tal equilíbrio é progressivamente destruído sobretudo pela constante expansão da fronteira de exploração da terra.

No entanto, conforme apontado por Guillermo Churuchumbi, primeiro prefeito indígena do município de Cayambe, também em entrevista à Francisco Flores (2021), quinze anos após os movimentos indígenas equatorianos lograrem incorporar o conceito de Sumak Kawsay na constituição, está se tornando uma “letra morta”, em suas palavras. Isto é, o neoeextrativismo do equador não deixou de avançar, os exemplos da indústria petroleira e mineradora comprovam o ponto de Churuchumbi. Então, na medida em que a incorporação do Sumak Kawsay na constituição de forma isolada também não foi capaz de promover mudanças efetivas na lógica do planejamento político-econômico conforme apontado por Nina Pacari como a expectativa dos povos indígenas à época da constituinte, Churuchumbi defende que o Bem Viver deve deixar de ser pensado para que seja um planejamento a partir do Estado, e se torne uma forma de organização social coletiva a partir das universidades e dos movimentos sociais de forma que as mudanças almejadas sejam construídas de baixo para cima e não de cima para baixo.

Luis Macas, também entrevistado na publicação de Francisco Flor (2021), defende a necessidade do reconhecimento da plurinacionalidade pela Constituição equatoriana de 2007, e seu argumento pode ser expandido para se pensar as relações de todos os povos originários indígenas da América em relação aos Estados nos quais foram incorporados no processo de formação das fronteiras nacionais. O pensamento de Macas acerca da plurinacionalidade parte do entendimento que a formação da sociedade nacional equatoriana foi pautada no não reconhecimento dos povos originários enquanto nações indígenas pré-estabelecidas no continente, sendo, portanto, absorvidos pelo processo de colonização, tendo seus territórios ocupados e inseridos no contexto genocida e modernizante que inicialmente tinha moldes do colonialismo e, posteriormente, assumiu uma nova roupagem republicana. À vista disso, o Estado nacional assumiu um modelo ideal de viver, fazendo com que sua criação e suas políticas públicas promovessem um processo de exclusão e de desaparecimento da diversidade cultural dos povos originários absorvidos pelo processo de formação da sociedade nacional e, tendo este histórico pontuado, a plurinacionalidade viria como uma forma de horizontalizar as relações

ente estas diversas nações pertencentes ao mesmo Estado, redistribuindo a qualidade administrativa e a tomada de decisão das políticas públicas (MACAS, 2001, 2004).

Para além das experiências equatorianas e bolivianas com a plurinacionalidade, se pensarmos os povos originários a partir da perspectiva de nações indígenas podemos chegar de forma indutiva na conclusão de que praticamente todos os Estados do continente americano deveriam ser plurinacionais na medida em que suas formações históricas foram diretamente impactadas pelo processo de colonização com posteriores investidas no desenvolvimento de identidades nacionais próprias capazes de unir populações diversas dentro de fronteiras artificiais. Além disso, o conjunto de ideias envolvendo a plurinacionalidade, o Sumak Kawsay (ou Bem Viver) e o próprio processo de regeneração indígena poderiam, então, ser considerados como pilares para o pensamento indígena para se pensar a problemática da modernidade/colonialidade e do (neo)extrativismo no continente.

Por outro lado, há também processos que devem ocorrer na sociedade como um todo (entenda-se por além do Estado), como os mencionados por Churuchumbi (2021) e Taiaiake (2005); o primeiro em relação à incompatibilidade dos movimentos indígenas com as vontades do Estado capitalista, o que necessitaria de uma organização coletiva partindo das universidades e dos movimentos sociais para superar esta condição que seria também uma contradição dentro da estrutura plurinacional do Estado equatoriano; o segundo, em relação à necessidade dos povos originários conseguirem autonomia política e territorial para que possam realizar um processo de reconexão (ou regeneração) com suas tradições para que não tenham suas identidades apagadas pela continuidade das relações coloniais de poder. Esta perspectiva parece se conectar mais à estratégia que a APIB vem desenvolvendo nas últimas décadas, tendo em vista que a luta pela plurinacionalidade não está nas prioridades do movimento indígena brasileiro, ao passo que o processo de demarcação de terras e de regeneração da natureza se fazem presentes em todos os debates analisados posteriormente.

A partir dessas discussões sobre plurinacionalidade, Sumak Kawsay e regeneração, nota-se que nas últimas décadas e gradativamente, os movimentos indígenas também passaram a desenvolver a discussão acerca da crise climática-ecológica global a partir das suas experiências, como identificar-se-á que a própria APIB tem feito nos últimos anos. Em sua obra “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), Ailton Krenak, escritor e liderança indígena brasileira, disserta acerca da ideia de “fim do mundo” ou fim da humanidade em decorrência da crise climática-ecológica a partir de duas ideias centrais: humanidade e consumo. Em relação à humanidade, seria uma concepção utilizada para distinguir os povos do mundo, de um lado

haveria uma humanidade esclarecida (europeia, moderna, civilizada) e, de outro, uma humanidade obscurecida (primitiva e incivilizada). A modernização seria o processo necessário para esclarecer aquela humanidade obscurecida, fazendo isso por meio do enclausuramento das pessoas em grandes centros urbanos que seguem um modelo organizacional europeu, transformando-os em cidadãos consumidores empobrecidos, desvinculados de suas memórias ancestrais e alienados do organismo que fazem parte (Terra) (KRENAK, 2019).

Àqueles que permanecem “agarrados na terra”, lhes são conferidas categorias de sub-humanidade por este vínculo primordial com a natureza ser considerado bruto, rústico, atrasado. Portanto, para atingir a categoria de humanidade esclarecida, esses povos devem passar por um processo de geração de ausência do sentido de viver, na medida em que estas pessoas se tornam o que Krenak (2019) entende por “humanidade zumbi”, que é quando entra a ideia de consumo, as pessoas passam a viver para consumir, sem autonomia de viver seus sonhos. Dessa forma, a humanidade “esclarecida” transforma (e destrói) o meio natural para transformá-lo em itens de consumo para alimentar a lógica do capital e isto nos direciona para um futuro no qual a humanidade não resistirá aos impactos ambientais do próprio consumo e o mundo chegará ao seu fim, ou melhor, o mundo humano terá seu fim com a extinção de todos, mas a Terra seguirá em seu processo de regeneração.

Se por muito tempo o projeto colonial e a implementação da lógica capitalista de produção e de consumo ameaçou a extinção dos povos indígenas do mundo, agora, com a crise climática-ecológica o que está em jogo é a própria continuidade da vida como a conhecemos, por isso a humanidade esclarecida busca incessantemente por soluções como o desenvolvimento sustentável, que sustente a lógica de consumo por mais tempo. Mas a via da sustentabilidade, por continuar a seguir a lógica do consumo, está fadada ao fracasso na missão de resolver tal crise, em contrapartida, o que a humanidade precisa é repensar a própria relação com a natureza, ao despersonificar o rio, a montanha e a floresta, a humanidade esclarecida permite que estes lugares se tornem repositórios de recursos para a atuação do extrativismo e da indústria. Assim, a humanidade caminha para este grande abismo do antropoceno causado pela própria alienação em relação à natureza e pela lógica consumista moderna resultante de um processo histórico iniciado pelo projeto colonial (KRENAK, 2019).

Em “A vida não é útil” (2020) e “O amanhã não está a venda” (2020), Krenak reflete a partir do contexto da Pandemia do Covid-19 e os problemas persistentes da modernidade e da economia capitalista-consumista; isto é, defende-se que o contexto pandêmico deveria ser lido a partir de uma visão crítica da maior evidência dos problemas globais da modernidade: a

sociedade de consumo, a destruição da Terra e a própria alienação humana. Dentre os pontos levantados, Krenak questiona novamente o antropocentrismo na medida em que interpreta a pandemia como um momento de demonstração da fragilidade humana perante à natureza, assim, por mais que a ideologia antropocêntrica dominante coloque a humanidade e seu racionalismo como algo superior, momentos como a pandemia e os eventos naturais causados pelas mudanças climáticas demonstram como, na verdade, somos uma pequena parte da natureza (não algo separado) e, assim como a Mãe Terra existia antes da humanidade, continuará existindo em um futuro em que não existamos mais.

Dessa forma, Krenak (2020) traz para o centro da discussão a vida e as percepções do que é útil e o que é inútil na perspectiva hegemônica ocidental-moderna, assim, realiza uma série de críticas como à superconcentração de riqueza, o poder centralizado em grandes corporações que muitas vezes se sobrepõem até mesmo ao Estado, o cientificismo que renega as cosmovisões indígenas, o extrativismo (o qual o autor cita como enigma “BHP-Samarco-Vale”) e o antropocentrismo. À vista disso, a humanidade se encontra em uma situação-limite na qual é necessário um ajuste de foco, mas tal ajuste necessariamente quer dizer superar todas as situações supracitadas e não na produção de um “mundo capitalista ajustado”, nas palavras do autor. Portanto, Krenak (2020) também tem o entendimento de Huanacuni (2010) de que é necessária a superação do paradigma ocidental a partir do paradigma indígena, o que, basicamente, seria a superação da condição consumista no capitalismo para uma relação outra com a natureza, abandonando o antropocentrismo e abraçando o ecocentrismo.

Em consonância com a defesa de Krenak, a obra “A queda do céu” (2019) de Bruce Albert e Davi Kopenawa é uma etnografia partindo do pensamento do próprio líder xamã yanomami, mas também é um manifesto político e um relato de experiências e de cosmovisões de grupos indígenas amazônicos denominados yanomamis. A obra apresenta uma rica descrição das concepções yanomamis sobre o universo e seu surgimento, a relação com a floresta e seus espíritos, a experiência de Kopenawa ao vivenciar a invasão da floresta pelo povo da mercadoria e o processo que ele passou para se tornar xamã. Acerca do conceito de “povo da mercadoria” é bastante sintomático que Kopenawa escolha esta maneira de descrever o homem branco que chega às suas terras em busca dos metais preciosos guardados debaixo de suas terras pelos espíritos da floresta, isso demarca a diferente forma que os povos indígenas se relacionam com o meio no qual estão inseridos à diferença dos povos brancos (modernos e ocidentais, ou ocidentalizados). Em verdade, este esforço de diferenciação está presente em todos os textos e falas indígenas dispostos nesta pesquisa. A concepção de que os povos modernos-ocidentais

partem do entendimento da separação da humanidade da natureza e transformando-a em mero meio de exploração é compartilhada por todas essas lideranças indígenas e é apontada como o principal motivo pelo qual a vida na Terra está ameaçada, o título do livro “A queda do céu” é justamente isso, é uma metáfora para o fim da vida como a conhecemos, resultado do desequilíbrio ecológico e espiritual resultante desta relação mercantil para com a natureza (KOPENAWA; ALBERT, 2019).

Para além da destruição da floresta pelo garimpo, essa chegada do homem branco também é acompanhada de violências físicas, missões religiosas cristãs e a introdução de doenças nas comunidades indígenas, provocando uma sequência de epidemias. Em certas passagens do Livro, Kopenawa relata violências vividas pelos yanomamis pelas missões religiosas, as quais tentaram transformá-los em brancos, isto é, os missionários religiosos cristão buscaram fazê-los suprimir suas identidades, crenças, valores e costumes tradicionais em favor de sua cristianização (KOPENAWA; ALBERT, 2019). Algo interessante de se pontuar, é que, conforme relatado por Kopenawa, os primeiros contatos dos yanomamis com os não-indígenas ocorreu muito recentemente na história (em meados do século XX), uma vez que essas comunidades estão localizadas no coração da floresta Amazônica em uma região de fronteira e de difícil acesso entre o Brasil e a Venezuela, portanto seu contato já foi diretamente com Estados republicanos (não por colônias), o que não os impediu de ter uma experiência de contato semelhante a outros povos indígenas que viveram essa experiência séculos atrás nas primeiras instalações das colônias ibéricas.

O caso yanomami relatado em “A queda do céu” (2019) demonstra como as práticas do colonialismo no período republicano brasileiro permaneceram as mesmas que as praticadas no período colonial propriamente dito: a instalação de uma missão religiosa civilizatória, a disseminação de doenças altamente infecciosas e mortais, a utilização do indígena para que os invasores conheçam mais o território a fim de explorar seus recursos naturais a benefício econômico próprio, os massacres provocados pelos desentendimentos entre indígenas e não-indígenas e um Estado (ora colonial, ora republicano) condescendente que olha aquele genocídio indígena, mas que tem como prioridade “ocupar” aquele território por questão de soberania. Devido a isso, a vida de Davi Kopenawa foi para o reconhecimento do território yanomami, o que ocorreu em 1992 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso; mas ainda é uma luta pela desintrusão de garimpeiros que estão destruindo a floresta e também pelo reconhecimento da diversidade de saberes e de formas de interpretar os fenômenos para que o povo da mercadoria não queira transformar os povos indígenas à sua imagem.

Eloy Terena, advogado e atual secretário-executivo do Ministério dos Povos indígenas, tem uma leitura jurídica que defende a indissociabilidade do indígena com a terra, regatando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e no Artigo 231 da Constituição Federal (CF), as quais definem o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas de viverem sua cultura (entenda-se cultura por organização social, costumes, línguas, crenças e tradições), terem controle das suas próprias instituições e suas terras tradicionalmente ocupadas devidamente demarcadas, destinando-se para sua posse permanente (DUPRAT; TERENA, 2021). Por isso, toda tentativa de retirar essa garantia de direito à terra do indígena é considerada uma prática de genocídio, pois retirá-lo de sua terra compromete a continuidade de suas práticas e de suas relações tradicionais naquele e para com aquele meio. Retirar o indígena de sua terra para “integrá-lo a sociedade nacional” ou a suposição de que o indígena estaria “evoluindo” de forma a não mais necessitar viver em suas terras originárias são exemplos de vontades genocidas do ex-presidente da república Jair Bolsonaro conforme levantamento de discursos feitos por Duprat e Terena (2021).

Dessa forma, em meio às discussões acerca do neoextrativismo, do colonialismo e de seus impactos socioambientais, há também uma disputa de diferentes mundos ou paradigmas, nos termos de Rojas (2016) e Huanacuni (2010), na qual a lógica ocidental-moderna tem sido incisivamente contestada pelo seu caráter colonial e destrutivo, tendo nos povos indígenas latino-americanos a possibilidade de ampliar perspectivas teóricas e cosmológicas para um futuro mais desejável e equilibrado ecologicamente. Portanto, por mais que, após décadas de discussões teóricas dentro da academia, práticas outras para além da lógica capitalista-consumista não estão amplamente difundidas nessa sociedade moderna, dando às discussões promovidas por lideranças indígenas na América latina grande importância não somente para esta ampliação de perspectivas teóricas e cosmológicas, mas principalmente para servir como uma inserção estratégica dos movimentos indígenas nas discussões de problemas globais; auto apresentar-se como uma solução aos problemas globais, por exemplo, é colocar-se na centralidade da narrativa, subvertendo uma marginalização histórica de toda a práxis colonial.

Marisol de La Cadena (2010) argumenta que a separação homem-natureza e o fenômeno do racismo são responsáveis por uma exclusão de atores dentro do campo de disputa da política, atores estes que podem ser humanos racializados como inferiores socialmente e intelectualmente (por exemplo, o caso dos povos originários), assim como também podem ser atores não humanos como os “seres terra”, aquilo que o ocidente chama de “natureza”. Evidentemente, isso faz parte da política liberal racionalista herdada da imposição moderna-

colonial e demonstra como se torna importante a atuação cosmopolítica dos povos indígenas na América latina, destacando-se o que de La Cadena (2010) de fine como hibridismo, isto é, os povos originários conseguem ter acesso aos “dois mundos” (o moderno-ocidental e o indígena), conseguindo ter uma visão mais ampla da política do pluriverso, diferentemente da sociedade ocidental-moderna, que não consegue enxergar nada para além da lógica racionalista e cientificista.

Bold (2019), por meio de um levantamento de dados envolvendo diversos povos originários latino-americanos, identifica que estas comunidades compartilham a concepção da coexistência dos humanos com os espíritos da natureza e que quando esta relação não é respeitada o “mundo acaba”. Neste contexto, as mudanças climáticas são fruto deste desrespeito à harmonia dessas relações entre humanos e espíritos e alguns fenômenos climáticos e biológicos já estão afetando modos de vida de diversos povos indígenas do mundo, tornando necessária a execução de negociações cosmopolíticas entre indígenas e não-indígenas sobre mudanças climáticas por ser uma problemática que os afeta mutuamente e ambos possuem cosmovisões distintas de como “resolver”. Bold (2019) exemplifica essas negociações cosmopolíticas através das organizações e dos movimentos indígenas formados para combater megaprojetos extrativistas, protestando, reivindicando direitos e falando não apenas em nome de si, mas também em nome da Mãe Terra (dentre outras denominações a depender de cada povo); outro exemplo dado pela autora é a diplomacia ambiental protagonizada por Davi Kopenawa e o cientista Antônio Nobre na qual Nobre se surpreendeu com o conhecimento de Kopenawa acerca da relação entre a floresta e o ciclo de chuvas no continente, ao questionar Kopenawa onde ele havia aprendido aquilo a resposta foi: “com os espíritos”.

Nesse contexto, as negociações cosmopolíticas também podem ser entendidas como um diálogo de visões de mundo distintas analisando um mesmo objeto e, neste caso das mudanças climáticas, buscando um mesmo fim: o equilíbrio ecológico global. Ademais, Escobar (2017) entende que existe uma ocupação ontológica do território originário (isto é, a compreensão deste território como algo vivo e dinâmico, com relações mutuamente construídas e transformadas entre os seres humanos, seres não-humanos e todo o restante do que se considera como natureza) que os povos indígenas dão a vida por ele se necessário e esta ocupação ontológica quando trazida para as disputas políticas por meio das negociações cosmopolíticas pode fornecer sustentação para se pensar em um mundo pós-capitalista, pós-colonial e com uma pluralidade modos de viver sustentáveis. Conforme será visto nos próximos capítulos, o caso da APIB se enquadra perfeitamente nesta ideia de negociações cosmopolíticas

na medida em que articula o conhecimento científico aos saberes ancestrais indígenas para denunciar a destruição da socionatureza e propor soluções para este problema global.

À vista do exposto desta seção, pode-se perceber que partindo de diferentes localizações geográficas e diferentes povos, de modo geral, os pensamentos indígenas se posicionam e fazem demandas com certas similaridades. Nota-se a questão da ancestralidade, da conexão com o território e da construção de relações harmônicas e simbióticas entre as pessoas e a natureza (as quais ganharam a nomenclatura de Sumak Kawsay e/ou Bem Viver a partir da sistematização acadêmica), a resistência às práticas colonialistas do Estado e a luta contra o avanço da fronteira extrativista sobre seus territórios são pontos de convergência em todas as lideranças indígenas que constroem este pensamento indígena latino-americano. Portanto, o pensamento indígena latino-americano tem muito a contribuir com as teorizações anticoloniais nas Relações Internacionais, bem como para se pensar na problemática do Neoextrativismo no continente.

Trata-se também de uma resistência a nível global não apenas ao paradigma colonial e neoextrativista, mas também à imposição de uma epistemologia e de uma cosmologia moderna-ocidental, isto é, o conhecimento ancestral destes povos por muito tempo, a partir do processo de colonização, foi invalidado por não estar dentro dos padrões cientificistas modernos-ocidentais, porém em vista do atual contexto de crise generalizada que a humanidade está passando e pela busca por alternativas ao que está posto, este mesmo conhecimento ancestral surge como uma nova lente para se pensar os horizontes de possibilidades que a humanidade não-indígena pode aprender para “adiar o fim do mundo” nos termos de Ailton Krenak. Internamente entre as comunidades indígenas, há também o pensamento da necessidade de se reconectar mais ainda com sua ancestralidade, sua terra, seus valores e costumes que muitas vezes determinados grupos indígenas acabam se afastado ao longo do contato com a sociedade moderna-ocidental, por isso, a questão da regeneração pensada por Taiaiake também é um ponto importante.

No Brasil, esta resistência ao colonialismo e ao neoextrativismo tem sido protagonizada por lideranças e movimentos indígenas que se conglomeram na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Em vista de colocar esta revisão teórica envolvendo as teorizações anticoloniais das Relações Internacionais, os Debates pós-extrativistas e o pensamento indígena latino-americano para análise de caso concreto, esta pesquisa seguirá para o levantamento de dados envolvendo as edições do Acampamento Terra Livre (ATL), o Acampamento Luta pela Vida e a atuação internacional da APIB nas Conferências das Partes

das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. No entanto, antes disso, o próximo capítulo fará um esforço de sintetizar de forma clara e objetiva a história dos Povos Indígenas do Brasil uma vez que as mobilizações e a luta indígena atual é fruto de um processo histórico envolvendo todo o contexto colonialista, genocida e de apagamento dessas vozes que resistem.

### 3 HISTÓRIA DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO

Quando viram aqueles forasteiros pela primeira vez, nossos maiores acharam que fossem fantasmas. Ficaram com muito medo, e disseram a si mesmos: “Devem ser os fantasmas dos mortos que voltam entre nós!”. Mais tarde, entenderam que podia tratar-se dos ancestrais de Hayowari que Omama havia transformado em estrangeiros napê. Pensaram então que aqueles habitantes de terras longínquas deviam ter retornado à floresta por generosidade, para trazer suas mercadorias para os Yanomami, que não possuíam nenhuma. Hoje, ninguém mais pensa nada disso! Vimos os brancos espalharem suas epidemias e nos matarem com suas espingardas. Vimo-los destruírem a floresta e os rios. Sabemos que podem ser avarentos e maus e que seu pensamento costuma ser cheio de escuridão. Esqueceram que Omama os criou. Perderam as palavras de seus maiores. Esqueceram o que eram no primeiro tempo, quando eles também tinham cultura (KOPENAWA; ALBERT, 2019, p. 195).

Nesta citação extraída da obra ‘A Queda do Céu’, Davi Kopenawa relata a experiência vivida pelo povo Yanomami nos primeiros contatos com as pessoas não-indígenas até os dias atuais. Os Yanomamis são um povo indígena localizado no extremo norte da Amazônia brasileira que, em virtude do difícil acesso à região central da floresta, tiveram um contato relativamente tardio com “os brancos” em relação a outros povos indígenas que viviam mais ao litoral do sudeste brasileiro. Estes primeiros contatos ocorreram na década de 1940 e, desde então, os Yanomamis passaram a enfrentar uma série de problemas e violências causados pela abertura da Rodovia Perimetral Norte e implementação do Projeto Calha Norte, parte dos investimentos feitos pelos governos militares para “ocupar” a região Amazônica. No entanto, não apenas os povos indígenas amazônicos, como os Yanomamis, sofreram com o desenvolvimentismo colonialista da Ditadura Militar, em todo o território nacional os povos indígenas se encontram na necessidade de construir uma organização que fosse capaz de enfrentar o genocídio ao qual eles estavam sendo condenados e daí surge o que é entendido como movimento indígena.

Dessa forma, sua importância dentro desta pesquisa está em compreender a origem do movimento indígena no Brasil, buscando compreender o momento histórico em que isto ocorre e quais foram os desdobramentos deste movimento ao longo das décadas até o surgimento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Com isso, a este capítulo será atribuído o objetivo específico de compreender como os movimentos de resistência indígena ao extrativismo surgiram e como foram se articulando no Brasil desde a década de 1960. Para tanto, este capítulo possui dois momentos: primeiramente, será dedicado um momento para a compreensão do surgimento do movimento indígena no contexto da Ditadura Militar brasileira; seguidamente; serão analisados os desdobramentos da Constituinte, promulgação da Constituição cidadã e reestruturação do movimento indígena no Brasil.

### **3.1 SURGIMENTO DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO, DITADURA MILITAR E PRIMEIRAS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS**

Ao chegar nas terras em que hoje se localiza o território brasileiro, os colonizadores europeus se depararam com diversas sociedades de nativos com população estimada entre quatro e dez milhões de pessoas (OSSAMI, 1993). Estes colonizadores tiveram como primeira atividade de exploração econômica a extração do pau-Brasil, matéria prima altamente requerida na Europa à época utilizada para tingimento de tecidos, e, num primeiro momento, utilizaram-se de relações de escambo com populações indígenas para obter esta matéria prima. Este primeiro modelo de exploração funcionava basicamente dessa forma: populações indígenas já tinham conhecimento do local e realizavam a extração do pau-Brasil para os colonizadores, que em troca lhes entregavam ferramentas como machados, facões, entre outros; ou seja, os indígenas utilizados para a extração do pau-Brasil trabalhavam em troca das próprias ferramentas de trabalho e este sistema durou até 1531, quando começam a ser instaladas fazendas de açúcar e algodão e passou-se a demandar mão de obra escrava (AZANHA, VALADÃO, 1992).

Dessa forma, a utilização do trabalho escravo nas fazendas de açúcar e algodão inicia-se com os povos indígenas até que fosse substituída pelo tráfico de pessoas escravizadas oriundas do continente africano. Para que relações de escambo com algumas comunidades não fossem afetadas pela captura de indígenas para escravização, os colonos utilizavam-se de indígenas prisioneiros de guerra e assim seguiram até a substituição pela mão de obra escravizada oriunda do tráfico do Atlântico e a chegada das missões religiosas dos Jesuítas, os quais tinham como missão converter os indígenas em cristãos, protegendo-os em sua liberdade e educando-os (AZANHA, VALADÃO, 1992). Assim, os indígenas eram considerados como povos menos evoluídos, mas que, dentro das concepções religiosas da época, possuiriam alma e por isso poderiam ser educados e civilizados, por isso tinha-se a concepção que os indígenas eram uma página em branco, ou seja, eram como crianças que poderiam ser ensinadas e educadas para se tornarem pessoas evoluídas e modernas e esta é uma concepção que perdura por séculos e estava presente até o século XX com o sistema de Tutela como será tratado no próximo tópico deste capítulo.

O século XIX como um todo foi um período de grandes mudanças políticas-econômicas, o Brasil neste século passou de Colônia, para Império e República. Ao longo dessas mudanças políticas, a situação dos povos indígenas deixou de ser uma questão de mão de obra associada à extração de matérias primas e produção de insumos como o caso do trabalho

nas fazendas de açúcar e de algodão, para se tornar uma questão de ocupação de terras, isto é, precisava-se transformar os indígenas em pessoas “civilizadas e cristãs” para que suas terras pudessem ser utilizadas ao bem da economia nacional e sua população pudesse ser transformada em trabalhadores desses primeiros ciclos econômicos extrativistas (DA CUNHA, 2013). Quando o Brasil se torna império, com a vinda da família real portuguesa em 1808, intensificam-se estas políticas civilizatórias em relação aos povos indígenas fundamentando-se no binômio “civilização e catequese” e impulsionando a ideia de criação de uma unidade nacional, um único povo, objetivo este baseado em ideais positivistas (AZANHA, VALADÃO, 1992; VIEIRA, 2015).

Tendo esta contextualização e com base no referencial teórico do capítulo anterior, pode-se entender que a história do colonialismo se cruza com a origem do modelo de apropriação extrativista da natureza, as metrópoles europeias àquela época já precisavam de materiais primas para suprir suas necessidades econômicas e para impulsionar seu desenvolvimento e industrialização séculos mais tarde. Para tanto, ao se darem conhecimento da existência de outras terras supostamente desocupadas, optam por um modelo econômico de exploração que se torna o que hoje definimos como sistema colonial. Mais do que um sistema de apropriação de terras e de recursos, o sistema colonial também opera sobre os povos que os colonizadores europeus foram encontrando ao longo do tempo e é nesse contexto que o racismo surge como uma ferramenta chave para se justificar toda a violência que este sistema colonial proporcionava a esses povos. Para a história do Brasil, isso não foi diferente, da colônia à república os povos indígenas foram entendidos como comunidades humanas incivilizadas e inferiores à sociedade moderna e tudo isso para que lhes fossem negados direitos aos seus territórios, às suas tradições, aos seus idiomas e às suas histórias.

No entanto, também não se pode cair no imaginário do indígena como um sujeito passivo de sua história atravessada pelo colonialismo, desde os primeiros contatos com os europeus colonizadores existiam grupos indígenas aliados e grupos indígenas inimigos (também chamados de bárbaros). Enquanto os primeiros se tratava de grupos que estabeleciam algum tipo de intercâmbio pacífico com os colonos e normalmente associados ao perfil de acessível ao trabalho cotidiano; os segundos guerreavam contra os colonos e seus aliados indígenas (BEZERRA, 2018). Assim, os povos indígenas não podem ser pensados como um povo homogêneo com mesmos interesses e mesmas condutas e tomadas de decisão, talvez durante os períodos Colonial e Imperial esta heterogeneidade fosse mais latente devido a estes

dois perfis de indígenas documentados pelos colonos, mas até os dias de hoje essa diversidade muitas vezes acaba também por ser uma dificuldade para se construir um movimento unificado.

Portanto há que se compreender que quando se trata de história dos povos indígenas, não há que se cair nas armadilhas narrativas de que esses povos eram completamente passivos ao que o colonialismo os impunha como condição política, econômica, social e cultural; nem mesmo na ideia de que se tratava de um grande grupo populacional homogêneo que tinha os mesmos objetivos, práticas e relações com os colonos. Nesse ínterim, as relações entre os povos originários do Brasil com os colonos europeus sempre estiveram atravessadas pelos interesses econômicos da metrópole em relação às terras e aos recursos encontrados nelas ou que poderiam ser produzidos nela a partir de sua ocupação pela máquina colonial e assim se sucederam diversos ciclos econômicos focados em matérias primas como foram os casos do Pau-Brasil e do Açúcar.

Tendo este contexto estabelecido, inicia-se o período de análise deste capítulo na Ditadura Militar (1964-1985), o qual foi um dos mais violentos para os povos indígenas do Brasil na história da República na medida em que a implementação forçada de grandes empreendimentos extrativistas e logísticos (a exemplo da implementação de usinas hidrelétricas como a de Itaipu e a de Tucuruí e da abertura de estradas associadas a projetos de colonização) desencadeou uma série de violências e de massacres contra estas populações. A premissa dos governos militares deste período era integrar regiões mais distantes do centro econômico-produtivo nacional, como é o caso da Amazônia, ao eixo Sul-Sudeste, baseando-se em uma ideia securitária de manter a soberania nacional nestes locais. Dentro dessa lógica, tanto em termos de desenvolvimento nos padrões do Norte Global como em termos de controle soberano do território, os povos indígenas foram enquadrados enquanto ameaças para a segurança e para a soberania, bem como uma barreira ser superada para que o Brasil se desenvolvesse (HECK, 2021).

Este enquadramento narrativo de que os povos indígenas representariam o atraso ou, até mesmo, uma ameaça à soberania nacional deve-se às influências do ideal positivista presente desde a transição do Império para a República. O positivismo e o liberalismo estruturaram ideologicamente a política-economia nacional republicana de forma que os povos indígenas eram considerados como grupos “estagnados” na escala evolutiva, grupos estes que se encontravam dispersos no território e, sobretudo, em terras que precisavam ser liberadas para exploração extrativista em nome do desenvolvimento nacional. Assim, fazia-se necessário eliminar a identidade e a cultura indígena, transformando estas pessoas em cidadãos brasileiros

modernos para que servissem de mão de obra e liberassem o caminho da expansão da fronteira extrativista, principalmente nas regiões do extremo Oeste o Norte, as quais estavam planejadas para serem integradas produtivamente e logisticamente ao Sul-Sudeste (HECK, 2021; BARRETO, EITERER, 2015).

Em virtude desta suposta ameaça que os povos indígenas apresentavam ao Estado brasileiro, ao longo do século XX vigorou o sistema de Tutela dos Povos Indígenas, o qual concedia ao Estado os poderes sobre os territórios (à época chamados de “reservas indígenas”) e sobre as pessoas indígenas partindo do entendimento de que estes indivíduos seriam incapazes de se autogovernarem e, sobretudo, de gerenciar os territórios nos quais estavam inseridos (HECK, 2021; DE SOUSA LIMA, 2012). Este sistema de tutela é um reflexo jurídico daquele positivismo evolucionista e surgiu no Código Civil de 1916, o qual considerou que os indígenas eram pessoas parcialmente capazes de desenvolverem aptidões específicas, em outras palavras, eram adultos incapazes de serem emancipados, mas que poderiam aprender a falar português e poderiam aprender algum tipo de trabalho (BARRETO, EITERER, 2015). Neste ponto destaca-se o quão conveniente este tipo de pensamento racista era conveniente às elites nacionais interessadas na exploração dos territórios e da mão de obra indígena à época.

Ainda acerca das mudanças e continuidades jurídicas da temática indígena, a promulgação da Constituição de 1934 não apenas manteve o regime de tutela, como também reconheceu o respeito à posse das terras indígenas, atribuindo à União a competência de elaborar normas acerca da incorporação dessas pessoas à sociedade nacional. Por serem considerados incapazes, a proteção dos povos indígenas era de competência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o qual foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, uma mudança institucional que representaria uma mudança na forma como o Estado trataria os povos indígenas (CABRAL; DE MORAIS, 2020; DE BARROS LIMA; BEZERRA, 2023). Enquanto o SPI foi criado na década de 1910, tinha como objetivo gerir a integração dos povos indígenas à sociedade moderna; por outro lado, a criação da FUNAI na década de 1960 já sinalizava a proteção ao indígena e suas culturas e tradições. Contudo, há que se destacar que, em virtude do período ditatorial vigente neste período, pode-se dizer que pouca ou quase nenhuma mudança prática pôde ser vista tendo em vista o que ocorreria na década seguinte.

Com o endurecimento da política indigenista no Ato Institucional número 5 (AI5), promulgado em 1968, o caráter “protetivo” (apesar de este termo poder ser problematizado) é praticamente anulado e é quando surgem as prisões indígenas (CABRAL; DE MORAIS, 2020). Devido a isso, Egon Heck (2021) em sua pesquisa sobre as reservas indígenas durante a

Ditadura Militar chega a equiparar estas reservas, controladas pelos militares, aos campos de concentração do Regime Nazista tendo em vista que as pessoas somente poderiam sair de lá mediante autorização prévia escrita pelo chefe do posto. Soma-se a isso diversas situações de trabalho forçado, torturas como castigo por diversos tipos de “desobediências” e desaparecimento de pessoas. O Reformatório Frenak localizado no município de Resplendor no Estado de Minas Gerais, foi uma prisão indígena que exemplifica concretamente esta equiparação proposta pelo pesquisador Egon Heck (2021) na medida em que era um local para onde indígenas infratores eram destinados e, muitas vezes desapareciam. Dentre as infrações cometidas que poderia destinar uma pessoa ao reformatório estavam: ociosidade no trabalho forçado, pederastia, consumir álcool dentro das reservas, roubos e homicídios (BARRETO, EITERER, 2015).

Dessa forma, o contexto ditatorial evidenciou como as violências contra povos indígenas no Brasil, por estarem atreladas à questão racial e de sua conexão com a terra, estão diretamente conectadas ao paradigma colonial e extrativista discutido no capítulo anterior. À época em que este texto se refere as pessoas indígenas ainda eram classificadas como grupos de sub-humanos, isto é, seres humanos inferiores por supostamente não terem logrado desenvolver racionalidade, por isso o Regime Tutelar foi utilizado por muito tempo como um mecanismo de controle desses corpos pelo Estado brasileiro. Além disso, também é cabível destacar que este sistema de tutela não difere muito na forma como os povos indígenas foram tratados desde o período colonial, pois desde então não faltaram tentativas de transformá-los em pessoas “modernas e civilizadas”, suas formas de resistência muitas vezes foram respondidas com genocídio e suas participações dentro dos espaços de tomada de decisão política havia sido nulo até então.

Acerca da conexão com a terra, assunto pertinente a todos os povos indígenas, o Brasil teve sua história marcada pela disputa por terra em virtude da grande concentração fundiária herdada do período colonial e soma-se a isso à agenda desenvolvimentista e securitária dos militares que tomam o poder em 1964. O eixo norteador da política-economia durante a ditadura militar era expandir a área de exploração extrativista aos interiores do país, considerados “terras sem gente”, entendendo que haveria o risco de perda de território nacional com a suposta desocupação. Portanto, o extrativismo nunca deixou de ser um fator catalisador das relações coloniais de poder entre o Estado brasileiro e os povos indígenas na medida em que a posse de terra e sua autogestão significaria, dentro da lógica militar, entregar parte do território nacional

rico em recursos naturais com potencial de exploração para pessoas desinteressadas em torná-lo mera mercadoria.

Ademais há que se pontuar que este paradigma colonial e extrativista não se restringia à política e aos estudos militares que estavam no controle do país, a própria academia também possuía grande influência de teorias evolucionistas e positivistas desde a década de 1940 até a década de 1970. Em campos como ciências políticas, história e antropologia, os povos indígenas eram vistos como indivíduos a-históricos ou estacionados em determinada escala evolutiva que não permitiu que se tornassem civilizados por eles mesmos, mas no momento que o homem branco os civilizasse, eles deixariam de ser indígenas (BRIGHENTI; HECK, 2021). Assim, entende-se que a visão racista e etnocêntrica em relação aos povos indígenas não se restringia ao circuito militar, mas era uma ideia amplamente aceita pela sociedade como um todo, inclusive de grandes estudiosos.

Brighenti e Heck (2021) apontam que este cenário começa a mudar a partir da década de 1970 com a publicação de duas declarações importantes para esta virada no pensamento acerca dos povos indígenas: a “*Declaração de Barbados: pela libertação do indígena*” (1971) e “*Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer. Documento de Urgência de Bispos e Missionários*” (1973). A primeira declaração foi redigida e assinada por antropólogos participantes do Simpósio sobre Fricção Interétnica na América do Sul, ocorrido em janeiro de 1971 e, dentre os brasileiros presentes, somente Darcy Ribeiro assinou o documento final por estar exilado no Chile, os demais brasileiros presentes não assinaram por segurança tendo em vista a vidência do AI5. O segundo documento já foi produzido por bispos e missionários católicos sensíveis à temática da libertação indígena, sendo lançado no Natal de 1973 e sendo um apelo pelos Direitos Humanos dos povos indígenas brasileiros.

A Declaração de Barbados (1971) denuncia o fracasso das políticas indigenistas dos países da América do Sul ao não superarem a imposição da submissão colonial aos seus povos originários e aponta para a necessidade de uma mudança de lógica de inferiorização destas populações para uma posição de respeito e reconhecimento da diversidade cultural sem vieses evolucionistas e racistas. Além disso, o documento levanta alguns pontos em que os Estados deveriam promover mudanças em suas políticas indigenistas: (1) garantir que as populações indígenas possam permanecer como tal, sem tentativas de imposições civilizatórias e modernizantes; (2) reconhecimento de direitos anteriores ao Estado e à sociedade nacional; (3) garantir direito a autogestão e a organização; (4) fornecimento de assistências econômica, social, educacional e sanitária a estas populações; (5) responsabilizar Estado por crimes e

conflitos que resultam no processo de expansão da fronteira nacional; dentre outros apontamentos. Em resumo, o simpósio obteve como resultado a constatação do completo fracasso das políticas indigenistas, bem como do entendimento de que o Estado é o principal responsável pela violência contra essas populações, seja em ação direta ou indireta (como é o caso da negligência) (DECLARAÇÃO DE BARBADOS I, 1971).

Não obstante, o documento também aponta a necessidade da desvinculação da atividade missionária de evangelização com estas populações para a superação do etnocídio, assumindo uma posição de respeito às culturas indígenas. No que se refere ao tratamento dado pelas ciências sociais o documento reconhece o papel que a Antropologia teve como instrumento de dominação colonial, devido a isso, reivindica responsabilidade de pesquisadores para que os povos indígenas não sejam mais tratados como objetos de estudo, mas como atores que sofreram o processo de colonização e comprometem-se com sua libertação (DECLARAÇÃO DE BARBADOS I, 1971). Portanto, dentro e fora do circuito acadêmico no qual esta declaração surge, pode sinalizar o início de uma virada histórica que ocorreria ao longo da década de 1970 e nas décadas seguintes no sentido da organização política dos indígenas no Brasil, bem como os direitos que seriam adquiridos no período pós-Ditadura Militar.

O documento de urgência de Bispos e Missionários intitulado “Y-Juca-Pirama” (1973) denuncia como historicamente os povos indígenas foram submetidos ao esbulho de suas terras e à própria morte, seja de causas sociais como os casos de violência, seja de causas biológicas como foi o caso da introdução de doenças causando muitas mortes nesta população. Há também uma menção ao colonialismo interno da Amazônia, no qual o Estado brasileiro passou a investir na exploração dos recursos naturais e na colonização por meio da abertura de estradas cortando a floresta e territórios indígenas, o que é demonstrado no documento como algo extremamente nocivo pelos motivos supracitados (Y-JUCA-PIRAMA, 1973). Após esta exposição da situação vivida pelos povos indígenas, o documento convida a sociedade a abraçar a causa indígena e afirma que os bispos e missionários se colocam como aliados de sua causa, sem a prática da tutela e sem a intenção de apagar sua indigeneidade para transformá-los em mão de obra barata; sendo considerado documento de grande repercussão e um divisor de águas das atividades que vinham sendo desenvolvidas pela Igreja Católica na época (BRIGHENTI; HECK, 2021).

Ambos os documentos são de grande importância tendo em vista que a academia e a Igreja Católica foram importantes ferramentas de dominação dos povos indígenas no Brasil (a primeira desde o século XIX sobretudo com o surgimento da Antropologia e a segunda desde

o Período Colonial), assim como na América Latina como um todo. Por um lado, a academia desempenhava o papel de produzir teorias evolucionistas que justificassem a suposta inferioridade racial dessas populações, além de as investigações de campo de antropólogos também terem produzido desastrosas consequências (conflitos, doenças, introdução de drogas, entre outras situações). Por outro lado, a Igreja Católica e suas missões evangelizadoras tinham como função transformar os indígenas em fiéis cristãos, mas acima de tudo, em pessoas “modernas” e “civilizadas” dentro do padrão eurocêntrico destas palavras. Portanto, estes documentos marcaram uma significativa mudança na forma como estas instituições tratariam a causa indígena nos anos seguintes.

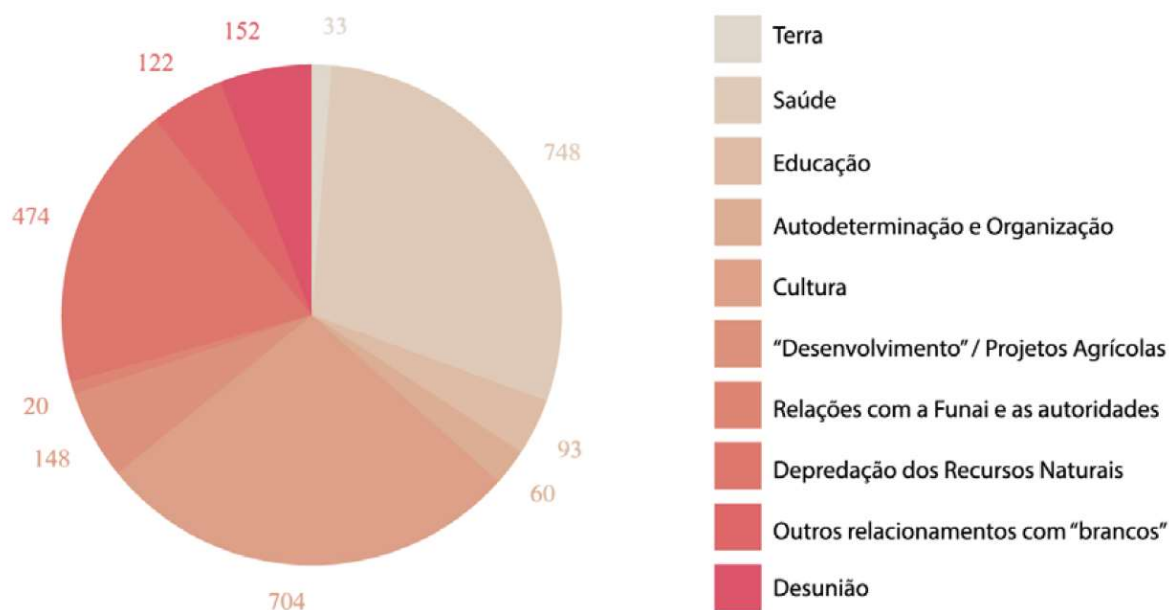
Em relação à Igreja Católica, também durante a década de 1970, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é criado como um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para redimir-se do seu envolvimento histórico com o projeto colonial e para se tornar um aliado da luta indígena sobretudo como vigoroso canal de denúncia em um momento marcado pela censura e repressão (OSSAMI, 1993; DE MELO, 2020). Dentre as metas fixadas pelo CIMI estavam: a luta pela demarcação das terras indígenas, o direito à autodeterminação, o respeito à cultura e às tradições, a transformação sociopolítica global em assuntos indígenas e o ecumenismo com diálogo religioso. Além disso, há também que se ressaltar a importância do CIMI para o estopim do movimento indígena contemporâneo no Brasil devido ao seu envolvimento na organização das Assembleias Indígenas que ocorreram ainda nas décadas de 1970 e 1980. As assembleias se constituíram como os primeiros espaços de articulação interétnica para atuação contra as políticas genocidas do Estado e construção da consciência pan-indígena à medida em que diversos povos passaram a ter contato mais frequente uns com os outros, chegando até mesmo a constituir organizações políticas informais (DE MELO, 2020).

De abril de 1974 a agosto de 1984 ao todo foram realizadas 57 assembleias indígenas em TIs de todas as regiões do Brasil, possuindo uma dinâmica de três atos: (1) apresentação de cada liderança juntamente com explanação sobre seu povo, sua terra e seus problemas enfrentados; (2) busca coletiva de soluções para as problemáticas apresentadas e (3) momento de livre discurso entre indígenas sem participação e intervenção de pessoas não-indígenas (SCHWADE, 2021; OSSAMI, 1993). Assim, em meio ao auge da repressão, da censura e das políticas genocidas da Ditadura Militar; as assembleias foram os espaços políticos em que os povos indígenas tiveram liberdade de articulação e de denúncia das condições que estavam enfrentando à época. Mais que isto, as assembleias também foram espaços de aproximação dos

“parentes” indígenas e espaços onde desencadearam processos de libertação indígena e camponesa, visto que também foram estopim para a criação da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (SCHWADE, 2021).

Este estopim da libertação indígena e camponesa deveu-se muito aos temas debatidos ao longo destes encontros, conforme levantamento realizado por Marlene Moura (2021):

**Figura 1:** Principais Temas abordados nas assembleias por quantidade de menções.



Fonte: MOURA, 2021, p. 62.

Pela quantidade de menções: Terra, Saúde, Educação, Autodeterminação e Organização indígena, Cultura, Desenvolvimento e projetos agrícolas, relações com FUNAI e autoridades, devastação ambiental e questões internas de cada povo foram as temáticas mais trabalhadas ao longo das assembleias indígenas do período 1974-1984 (OSSAMI, 1993). Como pode ser notado, trata-se de temáticas oriundas de demandas históricas que os povos indígenas possuem e sendo reflexo direto do paradigma colonial e extrativista imposto a esta população. Décadas mais tarde, estas reuniões iriam se deslocar e se concentrar em Brasília, tornando-se o que hoje se chama Acampamento Terra Livre, mas é importante ter conhecimento que as discussões promovidas pelos ATLS, as quais serão abordadas no capítulo seguinte, têm suas origens nas primeiras Assembleias indígenas na década de 1970, tornando-se sintomático pensar como essas demandas se perpetuam até os dias de hoje.

Pela ordem dos temas mais citados (Terra, Saúde, Educação e Autodeterminação) percebe-se também que estes temas estavam mais explícitos pelo próprio contexto da expansão da fronteira extrativista, da abertura de estradas e implementação de projetos de colonização promovidos pelos governos militares e isso tudo somado à atribuição de tutelados aos indígenas que não lhes concedia autonomia decisória e os excluía socialmente. Com as invasões e expulsões de indígenas de suas terras, demandas de saúde cresceram em virtude da disseminação de doenças pelos invasores. Já as demandas pela educação indígena surgem à medida que diversas comunidades precisavam se articular regionalmente e nacionalmente, isto é, por necessitar reunir grandes grupos com uma diversidade linguística muito grande, o português surgiu como uma língua comum nessa articulação por ser a língua falada pelos missionários, antropólogos e as lideranças indígenas, sobretudo as mais jovens que passaram a ser designadas a este ofício de representação justamente pelo conhecimento do português ser facilitador neste contexto (MOURA, 2021).

Conforme apontado por João Pacheco de Oliveira em seu prefácio à obra *O Movimento Indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)* (2021), as assembleias indígenas tiveram um impacto político enorme não apenas quantitativamente em relação à abrangência geográfica de terem ocorrido em 13 Unidades Federativas, mas principalmente por terem tornado visível nacionalmente um novo ator no cenário nacional mediante a cobertura jornalística. Assim, “O indigenismo oficial, tutelar e autoritário, de aparência paternalista, mas incluindo práticas arbitrárias e etnocêntricas, exibia os seus limites e fragilidades através da crítica dos próprios líderes indígenas” (DE OLIVEIRA, 2021, p. 11). Além disso, as assembleias também serviram ao movimento indígena a união em torno de mesmas bandeiras, a principal delas a demarcação das terras indígenas, procedimento que passou a ser conhecido por todas as comunidades a partir desses encontros e tornou-se a principal reivindicação do movimento, como permanece até os dias atuais.

A partir das assembleias também surgem as primeiras organizações indígenas, tanto as de mesma base étnica como as de base pluriétnica, como por exemplo o Conselho Geral da Tribo Tikuna/ CGTT (1982), o Conselho Indígena de Roraima/CIR (1987), a Federação dos Povos Indígenas do Rio Negro (1987); posteriormente, a Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB (1989) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo/APOINME (1990). Organizações estas que na década de 2000 passariam a se aglutinar para formar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em 2005. Logo, pode-se perceber que como produto das assembleias,

disseminou-se entre os povos indígenas a prática de constituir organizações como forma de manter contato entre si e de organizar sua luta dentro de pautas em comum, tendo suas criações formalizadas e declaradas a partir do fim da Ditadura Militar, tendo em vista que este tipo de organização política não era permitido durante o regime (BRIGHENTI; HECK, 2021).

Não obstante, é também em meio a esta efervescência de construção de organizações concomitantemente ao processo de redemocratização do Brasil que surge a União das Nações Indígenas (UNI). Em Abril de 1980, durante o seminário de Estudos Indígenas do Mato Grosso do Sul realizado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e pela FUNAI, a UNI surge com a missão de unificar as distintas vozes e demandas indígenas em torno de pautas em comum, algo que hoje é desenvolvido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) (LOPES, 2011). Além desta árdua tarefa de unificar forças em torno de uma mesma agenda, a UNI também tinha o desafio de legitimar o movimento indígenas perante a sociedade não-indígena, ocupar espaços, obter credibilidade enquanto organização e buscar visibilidade dentro deste novo contexto de redemocratização, e tudo isso era muito urgente tendo em vista o crescimento da violência contra indígenas, a estagnação do processo de demarcação e de todas as ameaças que a expansão da fronteira extrativista impunha a esses povos (DEPARIS, 2007).

Uma das iniciativas promovidas pela UNI que se pode destacar é a participação, em 1981, em conferências internacionais promovidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) no Equador; pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Costa Rica; e pela Organização das Nações Unidas (ONU); participando de discussões para se construir alternativas e soluções para as problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas latino-americanos. Além da participação nestas conferências promovidas por organizações internacionais multilaterais, a UNI também participou de congressos, assembleias e seminários indígenas na Colômbia, no Peru e na Argentina (DEPARIS, 2007). Assim, estas participações demonstram que a UNI já buscava uma atuação para além do território nacional e de negociações com o Estado brasileiro, buscando aproximar-se de debates internacionais que estava ocorrendo em torno da temática indígena e levando a imagem do movimento indígena organizado que estava se estruturando no Brasil.

A UNI teve como primeiro presidente Domingos Veríssimo Marcos, do Povo Terena, e como vice-presidente Marçal de Souza, do Povo Guarani além de outros integrantes diretores que também faziam parte do Povo Terena. É importante mencionar esta proeminência de participação de pessoas do Povo Terena na liderança da UNI pois ao longo da década de 1980 a organização passaria por uma crise de representação à medida que outras lideranças indígenas

passaram a reivindicar maior participação dentro da UNI, bem como a questionar a apropriação da organização pelo povo Terena (DEPARIS, 2007). Isso demonstra o grande desafio de constituir uma organização indígena que atue para centralizar demandas e posicionar-se por todos os povos indígenas devido à grande diversidade étnica e de demandas que esses povos possuem. Além desta crise, a UNI também enfrentou problemas de legitimidade de representação perante o governo em virtude da FUNAI se recusar a reconhecê-la como um ator político legítimo, visando isolar a organização e reforçando junto à opinião pública a ideia da ilegalidade do modelo de associação adotado (DEPARIS, 2007). Assim, apesar de a UNI surgir em um período que se dava início ao processo de redemocratização do Brasil, ainda havia no cenário nacional uma grande influência do pensamento securitário de que as organizações indígenas representariam alguma ameaça à segurança.

Apesar dessas crises de representação interna da organização e externa em relação ao governo, a UNI articulou para o meio de suas lideranças a busca por legitimidade para representação do movimento indígena no Brasil e a integração nacional dos povos indígenas com o apoio externo do Conselho Indigenista Missionário e da Comissão Pró-Índio. Em 1982, a atuação do movimento indígena conquistou a eleição do Deputado Federal Mário Juruna, primeiro parlamentar indígena da história do país, impulsionando a visibilidade do movimento indígena no centro da política nacional (DEPARIS, 2007). A eleição de Mário Juruna também demonstra de na década de 1980 o movimento indígena já havia desenvolvido a ideia de necessitar ocupar espaços políticos Estatais, algo que a Articulação dos Povos Indígena do Brasil tem buscado desenvolver atualmente, tornando esta ocupação mais uma forma de resistência e de luta pelas demandas indígenas no país. Mário Juruna não retornou para um segundo mandato, quase foi cassado, sofreu censura do governo de João Figueiredo, denunciou compra de votos para as eleições indiretas para presidente em 1985 e foi responsável pela criação da Comissão Permanente do Índio, a qual teve grande importância para as mobilizações durante a Assembleia Nacional Constituinte (STREIT, 2018).

Com suas atividades encerradas no ano de 1988, a União das Nações Indígenas enfrentou crises sucessivas desde 1985 envolvendo falta de reconhecimento de base (muitos povos e grupos de lideranças indígenas não se viam representados pela organização); o Estado e suas instituições, até o ano de 1988, se recusava em reconhecer legitimidade da organização indígena, encarando-a ainda como uma ameaça de segurança nacional; e a própria organização carecia de recursos financeiros e materiais para estabelecer uma sede e para garantir a locomoção das lideranças que compunham seu quadro de representação (DE OLIVEIRA,

2010). A Comissão pró-índio e o CIMI eram entidades facilitadoras no sentido de fornecimento de recursos para assembleias, para deslocamento das lideranças e para divulgação de suas ações. Assim, a UNI acabou por sucumbir pela falta de recursos e de legitimação perante o Estado brasileiro e a própria base do movimento indígena, o que refletiu na década de 1990 como um momento em que o movimento indígena não conseguiu reorganizar a criação de outra organização a nível nacional até a criação da APIB em 2005.

A promulgação da Constituição de 1988 marcou um novo momento no movimento indígena brasileiro com a conquista de direitos no capítulo “Dos Índios”, o qual concedia aos indígenas o amparo legal para reivindicar seus direitos. Sendo assim, passaram a ser reconhecidos como direitos dos povos indígenas: a posse de Terra, a consulta prévia, a preservação da cultura e das tradições, a autonomia, o atendimento à saúde e a proteção (DEPARIS, 2007). Com isso, as lutas indígenas passaram por um processo de regionalização, na qual organizações próprias de cada povo ou organizações regionais passaram a ter mais protagonismo de lutas locais em detrimento de uma organização nacional, o que gradativamente ocasionou a desintegração da estrutura organizacional da UNI. Mas antes de entender a atuação dessas organizações regionais, faz-se necessário compreender como foi o processo da conquista de direitos durante a Constituinte de 1988.

### **3.2 CONQUISTA DE DIREITOS E REESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO**

Da série histórica de cartas magnas brasileiras, as Constituições de 1824 (Constituição Imperial) e de 1891 (A primeira Constituição republicana) nem sequer mencionaram povos indígenas e seus direitos, como se estas populações inexistissem ou não tivessem relevância alguma para o país. A Constituição de 1934 é a primeira a mencionar direitos dos povos indígenas, reconhecendo por meio do seu artigo 129 a posse de suas terras vedando-lhes a alienação; ela foi seguida por duas outras cartas que não conferiram mais nenhuma inovação ou acréscimo de direitos, mas que mantiveram o reconhecimento à posse de terra, sendo promulgadas nos anos de 1937 e 1946, respectivamente. Mais tarde, a Constituição de 1967 inclui as terras indígenas aos bens da União e concede aos indígenas o direito de usufruto exclusivo dos recursos delas. Finalmente, a Constituição de 1988, por ter sido construída em um processo mais democrático e com manifestações e participações de representantes indígenas, amplia os direitos indígenas para lhes conferirem cidadania, respaldar seus direitos

ao território e suas culturas e tradições; superando a condição de tutelados e de presunção de inferioridade cultural que estava intrínseco no próprio sistema de tutela (TOMPOROSKI; BUENO, 2020; LOPES, 2011).

Assim, é bastante sintomática a violência colonial enraizada ao notar que ao longo de 500 anos de história desde o início do processo de colonização do Brasil, somente no final do século XX que os povos indígenas foram reconhecidos como pertencentes ao território nacional como cidadãos dotados de direitos, antes sendo entendidos como uma categoria sub-humana que sequer necessitava de menção nas leis ou quando mencionados ainda eram entendidos como incapazes a serem emancipados. Ademais, também se destaca que as conquistas de direitos com a Constituição Cidadã de 1988 muito se deveu às mobilizações indígenas e ao apoio conferido de participantes não-indígenas da constituinte que eram simpatizantes e/ou apoiadores da luta indígena. Sem dúvidas, a constituinte foi um exercício de democracia de deve servir de exemplo para organizações indígenas como a APIB até os dias de hoje e por isso também sendo um momento divisor de águas na história da organização política indígena no Brasil.

Em 18 de junho de 1985, deu-se início aos trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CPEC) presidida pelo jurista Afonso de Melo Franco e estruturada em dez subcomissões temáticas que buscavam estudar e produzir um anteprojeto, dentre os temas discutidos estavam: os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), as garantias aos direitos individuais, relações internacionais, estrutura fundiária e tributária, educação, cultura, comunicações, saúde, meio ambiente, entre outros. Uma inovação executada pela CPEC de 1985 foram os Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte, os quais permitiram maior participação da população brasileira nas discussões sobre o anteprojeto constitucional. Estes plenários de participação popular na CPEC permitiram que a UNI pudesse participar das propostas no que se referiria aos direitos indígenas a serem incluídos no texto da carta magna (LOPES, 2011).

Inicialmente havia um artigo do anteprojeto escrito pelo jurista José Afonso da Silva intitulado “Das Terras Indígenas” que reconhecia a posse da terra pelos indígenas, bem como o direito de exploração dos recursos apenas por eles e a nulidade de quaisquer efeitos jurídicos que tenham como objetivo o domínio ou a ocupação de terras indígenas. Com a participação da UNI na CPEC a organização realizou a contraproposta de que as terras deveriam ser inalienáveis com o uso exclusivo do solo e do subsolo e com a adição de que ficaria reconhecido o direito dos povos indígenas de se organizarem segundo sua estrutura social, tradições, costumes e línguas. Assim, em 1986, a CPEC aprova o capítulo constitucional “Das Populações

Indígenas”, o qual reconhece as populações indígenas como parte integrante da comunidade nacional, permitindo-as usufruir da condição de igualdade e de liberdade, da assistência socioeconômica e da proteção às suas terras pelo Estado (LOPES, 2011). Dessa forma, a participação ativa da UNI durante a fase de anteprojeto possibilitou discussões para a ampliação dos direitos previstos na futura constituição, melhor atendendo os anseios das populações indígenas que passaram a ser reconhecidas como brasileiras pela lei máxima do país.

Em maio de 1986, a coordenação nacional do movimento indígena da UNI, em conjunto com as organizações de apoio, lançou a campanha da “Luta decisiva dos índios na Constituinte”; um manifesto assinado por 29 organizações incluindo movimentos sociais rurais e urbanos, centrais sindicais e instituições eclesíásticas. Este manifesto defendia a aprovação dos artigos elaborados durante a CPEC com as proposições da UNI para garantir os direitos territoriais de demarcação, inalienação e proteção do Estado; o reassentamento de posseiros pobres que se encontravam em terras indígenas e o reconhecimento da legitimidade das organizações indígenas. Apesar disto, a participação de lideranças indígenas durante a constituinte acabou ficando restrita às propostas de ementas populares e atuação em subcomissões devido à falta de representantes indígenas e simpatizantes suficientes no congresso Constituinte formado por eleições neste mesmo ano (BARBOSA, FAGUNDES, 2018).

Em fevereiro de 1987, após as eleições para a constituinte realizadas no ano anterior, dá-se início aos trabalhos das comissões da constituinte. Durante a constituinte, a participação popular era realizada por meio de audiências públicas organizadas pelas comissões e a apresentação de Ementa Popular ao anteprojeto mediante coleta de 30 mil assinaturas cada uma mais o respaldo de três entidades associativas legalmente reconhecidas; ao todo foram 122 ementas propostas de mais de 12 milhões de assinaturas coletadas. Além dessas duas formas de contribuição com o texto constitucional, os movimentos sociais organizados, dentre eles o movimento indígena representado pela UNI e por lideranças de diversos povos, ocuparam as galerias, corredores e os gramados do Congresso Nacional para articular a inserção de pautas de seus interesses com entidades de apoio e grupos de poder como Conselho Indigenista Missionário, Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Brasileira de Advogados, militares, industriais, entre outros (LOPES, 2011).

Conforme apontado por Danielle Lopes (2011), a experiência da constituinte exigiu das lideranças indígenas uma grande habilidade de articulação interétnica e com os outros grupos não indígenas que se encontravam reunidos discutindo o anteprojeto. Não obstante,

também foi de grande perspicácia a habilidade de conseguir converter o tema mais em voga à época, que era a cidadania, trazendo-a para uma perspectiva do indígena no Brasil para buscar formas de garantir seus direitos à terra, à cultura, à educação e à saúde; demonstrando como a cidadania historicamente foi negada para esta parcela da população e que, portanto, a então apelidada de “Constituição Cidadã” deveria conferir-lhes cidadania. Portanto, buscar apoio com grupos de poder, construindo uma base de apoio com diversas entidades e instrumentalizando a principal temática discutida a época foi a receita perfeita para que os representantes indígenas conseguissem se inserir nos debates e conquistarem o capítulo dedicado aos povos indígenas que temos na Constituição atualmente.

A defesa das ementas populares ocorreu em quatro de setembro de 1987, na ocasião, Ailton Krenak fez a defesa da Ementa das Populações indígenas vestindo um terno branco e pintando seu rosto com tinta preta à base de jenipapo. Seu discurso associado à sua performance foi de grande importância para que a causa indígena ganhasse as atenções das mídias nacional e internacional, mostrando que essas populações estavam sendo representadas no processo da constituinte (BARBOSA, FAGUNDES, 2018). Dessa forma, apesar da ausência de representantes congressistas indígenas durante o processo da constituinte concomitantemente à ampla representação de setores da sociedade brasileira que se posicionavam contrários aos direitos indígenas ainda influenciados por uma ideia de que isto representaria uma ameaça à segurança e à soberania nacionais; eles conseguiram se fazer presentes participando ativamente da elaboração de propostas como foi o caso da ementa popular, mas também articulando suas propostas com seus aliados e congressistas simpatizantes da causa, conquistando um capítulo da constituição que lhes conferiu direitos que nunca antes haviam sido reconhecidos:

## CAPÍTULO VIII

### DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados

com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL. [Constituição (1988)], 1988).

Ao fazer-se a leitura dos parágrafos e artigos que compõem o capítulo dedicado aos povos indígenas da Constituição, percebe-se como a terra, seu uso e seus recursos constitui a principal característica inerente à identidade indígena, sendo imprescindível para a continuidade das suas práticas e rituais e sua reprodução social. Dessa forma, do parágrafo primeiro ao sétimo do artigo 231, o texto define as terras indígenas enquanto áreas tradicionalmente ocupadas por eles, conferindo-lhes posse permanente, inalienável e imprescritível; determinando o uso exclusivo dos recursos naturais pelos indígenas; isto é, nenhum agente externo à comunidade indígena pode ocupar ou usufruir dos seus recursos naturais salvo o que dispõe no artigo terceiro mediante autorização do Congresso Nacional e ouvidoria com comunidades afetadas.

O artigo 231 também tem a importância histórica de superação da condição de tutela e de toda imposição de apagamento da identidade indígena ao reconhecer sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras. Por séculos as populações indígenas estiveram sujeitas ao desejo do Estado e da Igreja de serem convertidos em cidadãos urbanos ou rurais cristãos, ou seja, ao desejo de transformá-los em não indígenas. Por séculos os indígenas não também estavam presentes no texto constitucional e fazendo-se presente no imaginário social como representações da incivilidade, do atraso e da ameaça. Portanto, a Constituição de 1988 também veio para garantir os dispositivos legais para que este genocídio causado pelas práticas colonialistas do Estado e demais instituições da

sociedade civil não seja mais permitido e, mais que isto, que os indígenas tenham a capacidade de recorrer à lei máxima do país caso seja necessário, conforme disposto no artigo 232.

Dessa forma, o movimento indígena organizado teve seu surgimento nas assembleias interétnicas da década de 1970, as quais ocorreram com apoio de organizações indigenistas como o CIMI e a despeito das tentativas de proibições e das ameaças feitas em virtude da Ditadura Militar. Por anos as primeiras organizações indígenas que viriam a se unir para formar a UNI precisaram atuar na ilegalidade e na informalidade até o Brasil estar no momento de transição democrática, o que, por um lado, já representou uma melhora de cenário na medida em que as organizações não precisavam mais se esconder das forças de segurança do Estado, porém elas enfrentaram muitos problemas para ter reconhecimento e legitimidade perante órgãos do Estado como a FUNAI. A transição democrática brasileira culminou na Constituinte de 1987 com a promulgação da nova carta no ano seguinte, sendo um período de intenso esforço de diversos movimentos sociais inclusive do movimento indígena para articular suas demandas e aprovar artigos no texto final que contemplassem suas demandas. Mesmo com a ausência de parlamentares indígenas na constituinte a UNI, com seu principal porta-voz da época Ailton Krenak, conseguiu se fazer presente; as lideranças indígenas buscaram apoio com parlamentares, organizações e movimentos sociais simpatizantes da causa, propuseram ementas populares e ainda conseguiram chamar atenção da mídia nacional para a necessidade da inclusão de um capítulo que tratasse dos direitos indígenas na Constituição, sendo o Capítulo VIII, acima disposto, a concretização dessa luta.

Após a promulgação da Constituição Cidadã e a desestruturação da União das Nações Indígenas, o movimento indígena tendeu ao processo de regionalização. Conforme sintetizado por Andrey Ferreira (2017), antes da criação da APIB houve duas tentativas de consolidar uma organização indígena de âmbito nacional, sendo elas a UNI, a qual de fato teve um período de atuação durante o processo da constituinte, mas que acabou tendo sua estrutura dissolvida por divergências internas; e o Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (CAPOIB), que foi uma tentativa feita entre os anos de 1990 e 1995 de reconstrução esta organização de instância nacional, mas que não teve êxito. Além das divergências internas das organizações, após a promulgação da Constituição de 1988 uma contradição entre povos veio à tona: havia uma divisão de demandas entre os povos indígenas que possuíam terra, sua maioria habitantes da região Norte e Amazônica, e povos sem terras em luta por demarcação, sua maioria concentrada na região Nordeste (FERREIRA, 2017). Assim, a década de 1990 foi marcada no movimento indígena como um período de voltar-se para organizações regionais, sendo criadas

a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) foi criada no ano de 1989 como uma instância macrorregional para representar organizações indígenas localizadas na Amazônia Legal e com a missão de lutar pela demarcação e pela garantia das terras indígenas, bem como pela preservação das tradições culturais e pela autodeterminação dos povos. A partir de 1994 a COIAB passou a integrar instituições governamentais com lideranças indígenas eleitas, dentre as instituições estavam: Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI), entre outras. Na década seguinte esta participação da COIAB em instituições governamentais se ampliaria para parcerias com os Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e do Desenvolvimento Agrário (CRUZ, 2018). Com isso, a COIAB se consolidou como o principal interlocutor dos povos indígenas da Amazônia brasileira, ocupando cada vez mais espaços de articulação política dentro do Estado brasileiro e em conjunto com outras organizações da sociedade civil, sobretudo àquelas ligadas à temática socioambiental.

Hoje, a COIAB aglutina 75 organizações indígenas localizadas na Amazônia brasileira em representação de 165 povos indígenas localizados em nove unidades federativas (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), possuindo uma sede em Manaus e uma representação em Brasília. Além de reunir todas essas organizações e povos e trabalhar para garantir os direitos dessas populações, bem como a demarcação e proteção de suas terras; a COIAB também possui vínculo com uma rede latino-americana de organizações indígenas denominada Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) com sede em Quito, no Equador. Tendo esta abrangência macrorregional amazônica, a COIAB desenvolveu desde então uma estratégia de formação técnica e de fortalecimento de lideranças indígenas regionais e a estratégia de ocupação de espaços políticos governamentais, conforme supracitado (OLIVEIRA, 2012). Com estas estratégias de atuação, portanto, a COIAB sempre buscou ampliar sua influência perante a sociedade civil, organizações não governamentais e órgãos governamentais; fazendo isso por meio do estímulo à formação de lideranças indígenas que possam ocupar cargos políticos em representação aos povos que compõem esta grande rede de organizações indígenas.

Um ano após a criação da COIAB, em 1990, é criada a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) a qual atuou

por cinco anos como uma articulação informal, sendo instituída no ano de 1995 mediante publicação de seu estatuto. Desde então, a organização atua junto a uma população de mais de 200 mil indígenas que vivem ao longo de dez unidades federativas, sendo: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (APOINME, 200-; DE OLIVEIRA, 2010). Conforme disposto em sua apresentação no seu site, a APOINME possui quatro eixos norteadores de sua atuação: (1) a luta pela Terra, (2) a formação política e técnica de lideranças e bases (em semelhança ao que é desenvolvido pela COIAB), (3) afirmação da autonomia indígena e (4) defesa dos direitos dos povos indígenas.

Em relação ao primeiro eixo (luta pela Terra), ele pode ser melhor entendido a partir da diferenciação histórica de experiências que os povos indígenas das regiões Nordeste e Sudeste tiveram em relação aos povos indígenas da Amazônia (predominantemente da região Norte, apesar de a Amazônia Legal também considerar parte do Estado do Mato Grosso e do Maranhão). Por um lado, os povos indígenas da costa leste foram os que tiveram os primeiros contatos com colonizadores e é onde pode-se observar ao longo da história políticas muito fortes de “pacificação” e imposição do assimilacionismo, além da mais avançada faixa de expropriação de territórios, especialmente na região Nordeste. Com isso, até mesmo no campo acadêmico, por muitas décadas os povos indígenas do Nordeste eram considerados como “pouco diferenciados” da população não indígena, que inevitavelmente seriam incorporados à sociedade brasileira não-indígena, sendo uma questão residual do período que antecede à colonização (APOINME, 200-; DE OLIVEIRA, 2010). Este panorama já os diferencia grandemente da experiência dos povos indígenas da Amazônia tendo em vista que por serem de uma região de acesso extremamente difícil, até a interiorização dos projetos de desenvolvimento durante a Ditadura Militar, muitas terras indígenas permaneceram intocadas pelo Estado brasileiro até meados do século XX, quando projetos extrativistas esbarraram ou se sobrepuseram a elas.

Dessa forma, a década de 1990 foi marcada pela reorganização do movimento indígena brasileiro em torno de articulações regionais na medida em que as tentativas de criação de uma entidade a nível nacional falharam anteriormente, tendo em vista a experiência da UNI. Então, a COIAB e a APOINME se consolidam como estas organizações regionais e viriam a inspirar, mais tarde, a criação de outras organizações regionais como: a ARPINSUL (Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul), criada no ano de 2006; a ARPINSUDESTE (Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste), criada em 2009; o Conselho Terena, criado em 2012; dentre outras organizações que também passariam a fazer parte da Articulação dos Povos Indígenas

do Brasil (APIB) (APIB, 200-). Apesar dessa divisão em regionais, essas organizações ainda mantêm objetivos e estratégias semelhantes, entendendo que há que se organizar uma luta pela garantia dos direitos reconhecidos constitucionalmente e para isso dever-se-ia trabalhar na formação técnica de lideranças indígenas para que atuem na ocupação de espaços políticos representando toda esta população; isto é, formar indígenas capazes de se comunicarem fluentemente no português, que entendam ao menos a base da legislação brasileira e que possam atuar fazendo esta ponte entre os povos indígenas aldeados e urbanos, suas organizações, as organizações parceiras e as próprias organizações/instituições do Estado brasileiro.

Também é o longo da década de 1990 que, enquanto as organizações do movimento indígena se reestruturam, centenas de Terras Indígenas (TIs) foram demarcadas e homologadas pelos presidentes em exercício, uma série de vitórias em termos de reconhecimento político e jurídico do direito dessas populações. A Tabela 2 disposta abaixo faz parte de um levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2023 acerca do histórico de homologação de Terras Indígenas no Brasil ao longo dos governos.

Tabela 2: Histórico de Demarcações de Terras Indígenas

Presidente [período]	TIs Declaradas		TIs Homologadas	
	Nº	Extensão (Ha)	Nº	Extensão (Ha)
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2023 - atual]	0	0	6	615.237
Jair Bolsonaro [jan 2019 - dez 2022]	0	0	0	0
Michel Temer [mai 2016 a dez 2018]	3	3.397.569	1	19.216
Dilma Rousseff [jan 2015 a mai 2016]	15	932.665	10	1.243.549
Dilma Rousseff [jan 2011 a dez 2014]	11	1.096.007	11	2.025.406
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2007 a dez 2010]	51	3.008.845	21	7.726.053
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2003 a dez 2006]	30	10.282.816	66	11.059.713
Fernando Henrique Cardoso [jan 1999 a dez 2002]	60	9.033.678	31	9.699.936
Fernando Henrique Cardoso [jan 1995 a dez 1998]	58	26.922.172	114	31.526.966
Itamar Franco [out 1992 a dez 1994]	39	7.241.711	16	5.432.437
Fernando Collor [mar 1990 a set 1992]	58	25.794.263	112	26.405.219
José Sarney [abr 1985 a mar 1990]	39	9.786.170	67	14.370.486

Fonte: Instituto Socioambiental, 2023.

Com este levantamento do ISA (2023), percebe-se a importância e o impacto da Constituição de 1988 para o processo de demarcação de TIs, os governos que se estendem pelos anos de 1990 foram os mais expressivos em quantidade de terras homologadas (fase em que o presidente em exercício decreta o reconhecimento da terra). Para melhor compreensão do processo de demarcação, este procedimento é definido pelo Decreto nº 1775, de 08 de Janeiro

de 1996, o qual estabelece as seguintes fases procedimentais: (1) Fase de Estudo (antropológico, histórico, fundiário, cartográfico e ambiental), a qual visa identificar e delimitar a área de ocupação da TI; (2) Fase de Delimitação, na qual a FUNAI publica no Diário Oficial da União e do Estado em que se localiza a delimitação da área identificado pelo estudo; (3) Fase de Declaração, na qual o processo é submetido à apreciação do Ministério da Justiça (esta fase é a que está identificada na Tabela 2 na segunda coluna); (4) Fase de Homologação na qual os limites georreferenciados da terra é publicada via decreto presidencial, passando a ser reconhecida como Terra Indígena e (5) Fase de Regularização na qual a FUNAI e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) fazem o registro em cartório da área homologada (FUNAI, 2023).

A Tabela 2 também já sinaliza para um contexto político que será mais bem analisado no capítulo seguinte, que é o período após o Golpe Parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Roussef em 2016. Os governos que seguiram com a presidência de Michel Temer e de Jair Bolsonaro apresentaram um vazio intencional de procedimentos de homologação, enquanto Temer homologou somente uma TI, Bolsonaro não homologou nenhuma; apesar de ainda haver centenas de terras reivindicadas e em processo de demarcação. De acordo com dados do Painel Terras Indígenas do Brasil produzido e disponível pelo Instituto Socioambiental (2023), hoje, há 144 terras em fase de identificação (de estudo); 46 terras já identificadas e aguardando processo de declaração e 66 terras declaradas (ISA, 2023). Portanto, ainda há muitas terras indígenas pendentes de homologação, tornado sua demarcação cada vez mais urgente tendo em vista a progressiva ameaça da expansão da fronteira extrativista, ameaças legislativas como a Tese do Marco Temporal e os diversos casos de violência contra povos indígenas.

A década seguinte já é marcada por um lado pelo contexto neoextrativista e de ascensão de um governo intitulado progressista presidido por Lula da Silva conforme visto no capítulo anterior, mas também pelo surgimento de uma nova organização do movimento indígena em instância nacional, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Depois de décadas de luta pela legalização do movimento indígena, luta por direitos na constituinte e de construção, desconstrução e reconstrução de organizações, as lideranças indígenas conseguiram se organizar no entorno da APIB, a qual vem mantendo e aprimorando suas atividades até o ano em que este trabalho está sendo escrito (2023). O próximo capítulo irá se debruçar sobre a atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil desde sua criação até o ano de 2023.

#### 4 A ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Estamos muito confiantes de que é um ministério que veio para ficar. Tanto que a gente fala que o nosso ministério é considerado o ministério internacional por toda a amplitude e por todo esse trabalho que os povos indígenas fazem, não só para nós, mas para o Brasil e para o mundo (Sônia Guajajara, 2023).

Esta fala de Sônia Guajajara, em entrevista para o Jornal Metrôpoles em Novembro de 2023, faz-nos refletir sobre muitas questões, dentre elas: os povos indígenas e suas organizações de base podem (e devem) ser considerados como agentes internacionais de transformação na medida em que estão cada vez mais inseridos nas discussões globais e se tornando protagonistas do importante movimento de combate às mudanças climáticas; a organização do movimento indígena brasileiro em torno da APIB e de suas organizações associadas obteve grandes conquistas recentemente as quais são fruto de décadas de mobilizações e de articulações e a sua resistência centenária ao paradigma colonial e extrativista se torna uma esperança para o futuro da humanidade devido ao trabalho de cuidado com a Mãe Terra que acompanha esta trajetória. Assim, os povos indígenas, que por muito tempo foram subalternizados como selvagens, agora se projetam como uma solução para uma das maiores crises globais que ameaça a própria sobrevivência humana nas próximas décadas e este capítulo almeja fazer compreender como se chegou a este momento.

Sendo assim, este capítulo será redirecionado para o terceiro objetivo específico, o qual consiste em “catalogar documentos, registros escritos e audiovisuais das ações da APIB nos acampamentos e nas conferências do clima para analisar como essas mobilizações contribuem não apenas para o reconhecimento dos direitos dos povos originários, mas também como resistência ao colonialismo interno e externo e ao paradigma neoextrativista brasileiro”. Esta análise que se propõe terá como base teórica e histórica os capítulos antecedentes e direcionarão a pesquisa para resposta da pergunta problema e da hipótese levantada no capítulo introdutório. Para tanto, o capítulo está dividido em três momentos: primeiramente dar-se-á um foco nas mobilizações dos Acampamentos Terra Livre e os desdobramentos das políticas indigenistas durante o período observado ao longo dos governos progressistas (2004-2015), compreendendo as primeiras fases do Neoextrativismo teorizadas por Svampa (2019); posteriormente, será analisado o contexto pós-crise política com a ascensão dos governos anti-indígenas e todos os desdobramentos até resultar em uma mudança política que foi capaz de trazer novas vitórias ao movimento indígena (2016-2023); finalizando com a investigação da atuação da APIB nas Conferências das Partes das Nações Unidas sobre mudanças climáticas.

#### **4.1 OS ACAMPAMENTOS TERRA LIVRE E OS GOVERNOS PROGRESSISTAS NAS PRIMEIRAS FASES DO NEOEXTRATIVISMO (2004-2015)**

Sendo a maior mobilização indígena brasileira e com periodicidade anual, o Acampamento Terra Livre (ATL) surge a partir de articulações e mobilizações de 31 etnias na reivindicação pela homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em abril do ano de 2004. Esta primeira reunião, ocorrida em Brasília, buscou consolidar uma consciência pan-indígena, no sentido de construir pautas comuns aos povos indígenas ali representados e, ao longo dos cinco dias de acampamento, foi produzido um documento final com as reivindicações gerais daquelas lideranças sobre urgência na demarcação, proteção e desintração das Terras Indígenas (TIs) e outras pautas como educação escolar indígena diferenciada, atendimento à saúde indígena, programas de promoção cultural indígena, entre outras pautas (SODRÉ, 2022; SOUSA, 2022). No ano seguinte, a partir de negociações feitas no primeiro ATL, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) surge como uma aglutinação de organizações indígenas regionais responsável por representar os movimentos indígenas brasileiros em instâncias nacionais e internacionais.

Com a criação da APIB, a organização do ATL passou a ser de sua responsabilidade e o acampamento passou a ter como objetivo “reunir em grande assembleia lideranças dos povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil para discutir e se posicionar sobre a violação dos direitos constitucionais e originários dos povos indígenas e das políticas anti-indígenas do Estado brasileiro” (DE AZEVEDO BRUNORO; TANNUS, 2020, p. 138). Para além da assembleia e dos discursos centrais, geralmente de caráter denunciativo em relação às políticas do Estado e às violências sofridas pelos povos, as delegações estabelecem uma série de trocas de mercadorias, de experiências e de informações sobre os seus povos, portanto, mais do que um momento de reunir forças para lutar pela efetivação dos seus direitos, o acampamento também é um momento de aproximação afetiva entre os “parentes” (forma de tratamento adotada pelos indígenas brasileiros para remeter às suas conexões ancestrais).

A lógica do acampamento está na ocupação física e simbólica de um espaço para reivindicar direitos, como direito à terra, direito à saúde, à educação, entre outros. Se nos voltarmos para os acampamentos organizados por movimentos camponeses, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o acampamento é uma forma legítima de reivindicação de reforma agrária no Brasil a ponto de o Estado conferir legitimidade a estes movimentos rurais por meio da desapropriação e redistribuição da terra (DE SOUSA, 2021). Júnia Matos de Sousa (2021) propõe um olhar antropológico de pensar os acampamentos como

categorias analíticas por serem lugares onde as relações sociais materializam a luta pela terra. De Sousa (2021) pensa a partir do seu estudo de campo de acampamentos camponeses vinculados ao MST no Estado do Sergipe; mas se trazermos esta ideia para o contexto dos acampamentos indígenas, podemos pensá-los como uma ocupação temporária e esporádica de um espaço de poder do país para se construir sua luta por terra e pelos seus direitos.

Não obstante, podemos também ir além e pensar os Acampamentos Terra Livre simbolicamente como ocupações-resposta, tendo em vista o contexto histórico em que os povos indígenas estão inseridos de terem suas terras invadidas e/ou afetadas por projetos extrativistas ao longo de toda a história do país. Se todo este tempo a sociedade dita “moderna” tem ocupado territórios indígenas, então o movimento indígena brasileiro deve ocupar um território da sociedade moderna em resposta contrária a este projeto político colonial extrativista que impõe progressivamente o genocídio indígena no Brasil. Como consequência disso, estes acampamentos também são importantes para a reverberação nacional das ações do movimento indígena por meio da cobertura dos acontecimentos pela mídia, mídia esta que por décadas promoveu um apagão da temática indígena, apenas citando estes povos quando ocorria algum tipo de crime que os envolvia como crimes ambientais e assassinatos de indígenas (JÚNIOR, 2020). Dessa forma, há também uma disputa simbólica que ainda busca superar a construção daquele imaginário de que os povos indígenas estariam vivendo no passado, desorganizados e incivilizados; revertendo a lógica para demonstrar como, na verdade, eles estão mais organizados que nunca e dispostos a lutar por sua sobrevivência e pela continuidade da existência da sua identidade indígena e de sua cultura como um todo.

Conforme disposto em seu “site”, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil tem como missão a “Promoção e defesa dos direitos indígenas, a partir da articulação e união entre os povos e organizações indígenas das distintas regiões do país” e dentre os objetivos citados pela organização estão: a promoção das mobilizações em níveis regionais e nacional, a implementação de um programa de formação de lideranças e organizações indígenas, avaliar e incidir na construção e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, desenvolver um programa de informação e comunicação junto às bases do movimento, construir e fortalecer alianças do movimento indígena nacionalmente e internacionalmente e garantir infraestrutura institucional e organizacional para o desenvolvimento, bem como um corpo técnico e político para a execução do plano de ação da APIB (APIB, 20--). Assim, o capítulo seguirá com o levantamento de dados e com a análise acerca deste objetivo de promoção de mobilizações.

Cabe ressaltar que o primeiro ATL surge em um contexto de crescente violência contra povos indígenas, com invasões de terras, queima de escolas indígenas e assassinato de lideranças concomitantemente à lentidão do governo da época (primeiro mandato do presidente Lula da Silva) em agir para resolver estes conflitos e atender demandas indígenas devido aos acordos políticos assumidos com blocos de poder favoráveis a estas invasões de terras indígenas para transformá-las em áreas de exploração extrativista. Este primeiro acampamento contou com uma coordenação totalmente indígena (diferentemente as assembleias que aconteciam nas décadas anteriores), com representantes de povos de todas as regiões do país, sendo eles: Leonardo Guarani, Maurício Guarani, Aniel Pripá Xokleng, Vicente Kaingang, Rildo Kaingang, Marcos Xucuru, Galdino Macuxi, Joênia Wapichana, Julio Macuxi, Davi Kopenawa Yanomam, Jecinaldo Saterê-Maué, Agnelo Xavante, Agnaldo Pataxó Hã Hã Hãe, Valdelice Tupinambá, Acari Pataxó, Sebastiana Tapuia, Ramão Terena e Torobairí Karajá (RIBEIRO, 2016).

Estas lideranças presentes na coordenação do primeiro ATL foram responsáveis pela organização das passeatas indígenas, pela elaboração do documento final do ATL além de terem participado das reuniões ministeriais, articulando uma audiência pública em alusão ao Dia do Índio, a qual se concretizou no dia 19 de abril conforme previsto. Neste dia, mais de 300 participantes atravessaram juntos a esplanada dos ministérios em direção ao plenário da Câmara dos Deputados, fazendo uma entrada com cânticos, vestindo seus cocares e pinturas corporais com traços característicos de cada povo e balançando seus maracás. Ao final da audiência, presidida pela deputada Perpétua Almeida (PcdoB), Júlio Macuxi, anunciou que nenhum representante indígena presente naquela sessão iria se retirar do local até que uma audiência com o presidente Lula da Silva fosse agendada (RIBEIRO, 2016). Este corajoso movimento demonstrou que aquelas lideranças estavam dispostas a lutar pelos seus direitos e não iriam permitir que o governo utilizasse daquela ocasião como uma forma de demonstração de apoio vazio do governo perante os povos indígenas.

Com a ocupação da Câmara feita, houve momentos de confusão, discussão entre lideranças e parlamentares, acionamento da segurança do Congresso Nacional e tentativas de negociação por parte de deputados da base aliada do Governo com as lideranças indígenas para deixarem a Câmara ao final da audiência. Depois de um tempo, as lideranças indígenas optaram por sair do plenário e ocuparam o Salão Verde, onde permaneceram por nove horas dançando, fumando cachimbos e cantando, dentre os cânticos a frase “Pisa ligeiro, pisa ligeiro. Quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro!”. Conforme avisado por Macuxi, as lideranças

indígenas só deixaram o Salão Verde quando lhes foi confirmada a data para a primeira audiência do movimento indígena com o presidente da república, deixando pacificamente o prédio e reunindo-se no acampamento para uma confraternização em comemoração à audiência conquistada, uma das metas que os indígenas tinham naquele primeiro Acampamento Terra Livre (RIBEIRO, 2016).

À vista disso, considera-se o Acampamento Terra Livre enquanto um acontecimento de grande potencial transformador das políticas indigenistas do Estado brasileiro e estratégico para o próprio movimento indígena devido a esta possibilidade de maior articulação entre as próprias nações indígenas para se organizarem e fecharem acordos que ganhem a forma de ação pela APIB. Ademais, o ATL também possui um mérito indiscutível de conseguir impor a legitimidade das organizações indígenas (à diferença do que era feito durante a Ditadura Militar, conforme visto no capítulo anterior) e colocar o próprio indígena para tratar de suas demandas e de suas denúncias perante o Estado. Portanto, para se compreender como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil desenvolveu suas ações e sua estrutura organizacional ao longo dos anos, modelando os caminhos tomados pelo movimento indígena brasileiro, faz-se necessário entender os desdobramentos dos ATLs ao longo das últimas décadas.

Os documentos finais das primeiras quatro edições do Acampamento Terra Livre (2004-2007) destacam reivindicações por demarcações de Terras Indígenas (TI), desintrusão de TIs já homologadas bem como em processo de homologação, reestruturação e captação de investimentos nos âmbitos da saúde e da educação indígenas e mecanismos de proteção dos direitos já reconhecidos pela Constituição aos povos indígenas. Nestes primeiros anos de acampamento também foi denunciada a negligência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em relação aos processos de identificação, de estudo e de regularização de TIs; além de rechaçar discursos políticos da época que sugeriam a demarcação de TIs como um benefício social ao invés de uma obrigação do Estado brasileiro haja visto o que está escrito em sua própria Constituição. Em meio a estas denúncias, os ATLs de 2004 e 2005 deram um enfoque maior na reivindicação da homologação da TI Raposa Serra do Sol; o que ocorreu no ano de 2005 após assinatura da Portaria nº 534, do Ministério da Justiça, pelo então presidente Lula da Silva, caso este que mais tarde também estaria fazendo parte da Tese do Marco Temporal (APIB, 2004, 2005, 2006, 2007, 2022).

De 2008 a 2012, dentre todas as discussões feitas nos ATLs é possível destacar aquelas referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e seus grandes projetos de infraestrutura como a instalação de usinas hidrelétricas (especialmente a UHE de Belo Monte,

devido à sua magnitude e potenciais impactos), siderúrgicas, empreendimentos industriais e o projeto de transposição do rio São Francisco; diversas obras que impactaram diretamente e indiretamente povos indígenas por todo o país e que são fruto deste modelo de apropriação da natureza denominado neoextrativismo, utilizado retoricamente pelos governos como via de desenvolvimento nacional. Chama-se atenção para o documento final do ATL 2009, pois é o primeiro desta série cronológica de acampamentos que relaciona os povos indígenas aos cuidados com a Mãe Terra, reivindicando para si a posição de guardiões do equilíbrio ecológico global e mitigação das mudanças climática; além de denunciar as obras do PAC como violadoras de convenções assumidas pelo Brasil com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) como a Convenção 169 (1989) e a própria Legislação ambiental brasileira, demonstrando tudo que os governos estavam dispostos a passar por cima em nome do “desenvolvimento nacional” (APIB, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2022).

Em relação ao PAC, dois grandes projetos frutos deste programa receberam intensas mobilizações de povos indígenas contrários à sua execução: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a Transposição do Rio São Francisco. A primeira sendo a terceira maior usina hidrelétrica do mundo e um exemplo dos mais de 70 projetos semelhantes de implementação de usinas hidrelétricas na Bacia Amazônica, cuja construção prejudicou o uso simbólico e econômico do rio Xingu por populações ribeirinhas e indígenas dos povos Xikrin do Bacajá, Arara da Volta Grande do Xingu e Juruna do Paquiçamba pelos impactos ambientais na interrupção do ciclo natural das águas e na reprodução de espécies de peixes que tiveram seu ciclo de reprodução afetados pela barragem. Em relação ao segundo projeto, a transposição do São Francisco foi uma idealização de Dom Pedro II e que começou a sair do papel no primeiro mandato de Lula da Silva, ele impactou diretamente 5 povos indígenas com implicações de perdas territoriais, sendo eles os povos Tumbalalá, Truká, Pipipã, Anacé e Kambiwá. Não obstante, ainda estão previstas a construção de duas usinas hidroelétricas na mesma bacia, o que pode chegar a impactar mais 24 povos indígenas além destes citados, implicando não apenas em perda territorial, mas também em impactos ambientais (ANDRADE, 2015).

Estes dois são apenas exemplos de projetos financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento dentre outros que foram postos em execução ao longo dos anos e recebem menções acerca destes impactos socioambientais no documento final do ATL 2008. A utilização de regiões como a Região Norte (predominantemente amazônica) e a Região Nordeste como zonas de exploração de potencial de recursos naturais é reflexo do paradigma colonial-neoextrativista, isto é, o Estado brasileiro repete uma lógica de apropriação territorial

por meio da exploração econômica, buscando o desenvolvimento com uma econômica extrativista e reproduzindo padrões coloniais de poder. Com isso, os primeiros e os mais impactados por toda esta empreitada colonial-extrativista são os povos indígenas que têm seus territórios violados seja diretamente com a sobreposição desses projetos, seja indiretamente, quando os impactos desses projetos atingem a ecologia local (reprodução de espécies animais e vegetais, ciclo da água e qualidade do ar e do solo). Assim, é interessante perceber como ao longo dos anos este debate sobre cuidados com a Mãe Terra (concepção surgida a partir de cosmologias indígenas andinas) foi sendo incorporado aos discursos e aos documentos dos ATLS, sendo o documento final do ATL 2009 o primeiro a registrar este debate.

O documento final do ATL 2008 também denuncia o processo de criminalização e de extermínio de lideranças indígenas. O documento reivindica tomada de ações para as violências que as lideranças indígenas estavam sofrendo, muitas sendo presas de forma arbitrária ou assassinadas a mando de fazendeiros ou de outros invasores de suas terras, é afirmado que, somente no ano de 2007, 92 líderes foram assassinados. Esta denúncia de criminalização de lideranças indígenas também reaparece no documento final do ATL 2011, conforme passagem destacada:

Denunciamos a articulação existente entre o judiciário, órgãos de segurança e interesses privados, fazendeiros, sobretudo, para criminalizar líderes indígenas. Em alguns estados as polícias militar, civil e federal, e a força nacional ou são omissas ou são utilizadas para expulsar indígenas das terras retomadas. Os fazendeiros, como no sul da Bahia, formam milícias inclusive com a participação de membros da polícia militar e federal.

De acordo com o InfoPen/MJ, pelo menos 748 indígenas estão presos, sendo que muitos são lideranças e outras por luta são perseguidos, submetidas a atos de violência, processos judiciais e com ordem de prisão decretada. Em Pernambuco, a cabeça de uma das lideranças está anunciada por 500 reais. Lideranças indígenas, mulheres e homens, são assassinados, e os criminosos estão soltos e não são tomadas providências. Reivindicamos que sejam julgados e punidos os mandantes e executores de crimes (assassinatos, esbulho, estupro, torturas) cometidos contra os nossos povos e comunidades.

Juízes ocupantes de terras indígenas ou que defendem interesses de fazendeiros e até de grileiros assentados em áreas demarcadas ou reivindicadas não podem julgar as ações relativas às nossas terras. Devem, portanto, serem impedidos uma vez que são partes interessadas nas ações. (APIB, 2011)

Portanto, há uma denúncia de aparelhamento das forças policiais na participação destes assassinatos e prisões, bem como na omissão para os casos de violência contra pessoas indígenas, sendo uma situação não solucionada até os dias atuais tendo em vista que até mesmo o Conselho Indigenista Missionário chegou a fazer uma denúncia durante a reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2022 sobre contínuos massacres e assassinatos de lideranças indígenas, de ativistas climáticos e de defensores de direitos humanos no Brasil nas

últimas décadas (CIMI, 2022). Esta denúncia ocorreu logo após o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, caso que ficou internacionalmente conhecido e que é fruto de um histórico de violência que vem sendo denunciado ano após ano nos acampamentos.

Outro ponto levantado nesta passagem é o envolvimento de juízes que possuem ligações com estas invasões de terras e violências cometidas ao mesmo tempo em que julgam os processos correndo nas instâncias de justiça. No fim das contas, a colonialidade do poder associada ao racismo contra os povos indígenas acaba por retroalimentar um processo contínuo de genocídio promovido não apenas por aqueles que estão na linha de frente das invasões de terras e da exploração de recursos naturais indevidamente, mas também por aqueles representantes das forças estatais (governo, polícia, juízes, entre outros) que são omissos e/ou atuam em concordância destes crimes. Tendo em vista que o Brasil pode ser considerado uma economia extrativista conforme definição trabalhada no capítulo teórico, esta colonialidade do poder está intrinsecamente ligada ao controle e à posse de terras e seus recursos, daí o motivo pelo contínuo extermínio de lideranças indígenas e ativistas indigenistas e climáticos que buscam desafiar este status quo colonial extrativista da política-economia brasileira.

No ano seguinte (2009) o documento final do ATL trouxe um trecho bastante pertinente para a discussão que está sendo desenvolvida acerca do paradigma colonial e neoextrativista:

Reivindicamos do Governo Lula que não ceda às pressões e à voracidade de setores e representantes do coronelismo, agronegócio e remanescentes da ditadura, que em nome do desenvolvimento, e até da democracia e do povo brasileiro, declaram publicamente, de forma aberta ou camuflada, que somos uma ameaça para o país, seu desenvolvimento e unidade política e territorial, visando não entanto, a usurpação e destruição dos nossos territórios e dos recursos naturais, hídricos e da biodiversidade existentes neles, para por fim, conseguir a nossa total integração à dita comunhão nacional, senão, a nossa extinção enquanto povos étnica e culturalmente diferentes.

Como dissera o nosso líder Davi Kopenawa Yanomami, a Natureza vale mais que o dinheiro, e não admitiremos que seja arrancada de nós a nossa Mãe Terra, e tudo o que nela até hoje, milenarmente, preservamos, com o qual continuamos contribuindo para o equilíbrio global, a mitigação das mudanças climáticas e, por tanto, ao bem-estar da humanidade (APIB, 2009).

Esta passagem além de trazer um pouco da definição do que este estudo entende como paradigma colonial e neoextrativista ao mencionar os setores políticos remanescentes da Ditadura Militar que são aliados deste projeto mascarado de desenvolvimentismo. Também já é apontado lá no ano de 2009 para estas disputas de cosmologias nas quais os mundos indígenas se chocam com este mundo moderno-colonial, ambos mundos com premissas distintas e, muitas vezes, inconciliáveis. Ao mundo moderno-colonial não cabe a definição da significância

inestimável da Mãe Natureza para os povos indígenas, assim como para os povos indígenas é inconcebível atribuir um valor financeiro-monetário à esta Mãe. No final deste trecho ainda é mencionado o contexto de crise global e mudanças climáticas, fazendo um raciocínio que se tornaria estratégico para os anos seguintes de reconhecer que o modo de vida indígena cuida desta Mãe Terra e que, portanto, seria uma contribuição para a manutenção deste equilíbrio ecológico global.

Ainda se tratando de mudanças climáticas e políticas de sustentabilidade, anos depois, no documento final do ATL 2012 há também destaque para o repúdio, para além da implementação forçada dos grandes projetos de infraestrutura do PAC1 e PAC2, à atuação de instituições financeiras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento destas obras sem prévia consulta das comunidades indígenas e não indígenas afetadas. Não obstante, também há uma crítica aos contratos de REDD (sistema de compensamento financeiro de países em desenvolvimento em relação aos seus resultados de conservação de floresta) e ao Sistema de crédito de carbono por serem falsas soluções que não resolvem o problema ambiental e ainda seguem a mesma ideia de mercantilização da natureza. Estes apontamentos do documento final do ATL 2012 explicitam bem a dinâmica colonial-extrativista que o Estado brasileiro atua frente aos territórios indígenas e mostra também a insatisfação desses grupos com algumas medidas de “sustentabilidade” adotadas no âmbito financeiro; mostra também esta disputa que vai muito mais além de uma disputa territorial propriamente dita, mas uma disputa de cosmologias na medida em que temos de um lado povos indígenas lutando pelo seu território em nome da Mãe Natureza; do outro, temos um Estado incapaz de compreender essas cosmologias outras e somente consegue gerir sua atuação por meio do capitalismo-productivismo-extrativismo (APIB, 2012, 2022).

Neste ponto da crítica feita ao sistema de crédito de carbono, é interessante perceber como as lideranças indígenas já denunciavam esta falsa solução para a questão climática lá no ano de 2012 enquanto na literatura que foi analisada no capítulo teórico esta crítica está sendo estruturada em anos mais recentes, o artigo de Svampa e Bringel sobre o consenso da descarbonização foi publicado em 2023, por exemplo. Assim, o que se nota é que os povos indígenas conseguiram enxergar a problemática envolta nessas soluções de sustentabilidade muito tempo antes que a academia consolidasse esta crítica e isso se deve à habilidade que esses povos possuem de acessar os dois mundos (citar de la cadena, ano). No mais, este exercício de estabelecer uma crítica ao sistema de crédito de carbono também é um exercício de negociação

cosmopolítica na medida em que ocorre mediante a interseção de conhecimentos científicos e saberes ancestrais.

Em relação à estas críticas acerca das medidas de sustentabilidade que buscam mascarar os reais impactos do avanço desenvolvimentista e neoextrativista, a temática ambiental foi se tornando cada vez mais importante ao longo dos anos desde a década de 1990 e o Brasil passou a assumir um papel de grande importância nas discussões internacionais a níveis globais e regionais sobre meio ambiente, não apenas em decorrência da sua rica biodiversidade, mas também pelo seu perfil diplomático mediador (SANTANA, 2021). Sendo assim, as discussões internacionais acabam refletindo internamente nas políticas públicas, as quais passaram a considerar elementos de sustentabilidade (entenda-se como redução de danos), mas sem alterar a lógica colonial-extrativista voltada para o consumo, esta, inclusive, é uma das críticas proferidas por Ailton Krenak em suas obras conforme visto anteriormente. Não obstante, é também bastante estratégico a percepção do movimento indígena de notar o crescimento da importância da temática ambiental e trazê-la para a centralidade da sua luta, pois defender a Mãe Terra passa também a ser a defesa dos Povos Indígenas.

De 2013 a 2015, anos que foram marcados por uma intensa crise política a nível nacional no Brasil, os ATLS focaram nos ataques legislativos que estavam ocorrendo no Congresso Nacional brasileiro no sentido de retirar mecanismos de garantia de direitos dos povos indígenas, muito em conta de as bancadas legislativas terem sido ocupadas amplamente por deputados alinhados do agronegócio, os quais almejavam, por exemplo, transferir a competência de demarcações de TIs do poder executivo para o poder legislativo vide PEC 215/00. Além disso, o ATL 2014 teve um enfoque direcionado às candidaturas à presidência da época, reiterando todas essas demandas feitas ao longo dos anos, que não se concretizaram, e com a vitória eleitoral da presidenta Dilma Rousseff para seu segundo mandato, o ATL 2015 teve seu documento final direcionado a ela peticionando o fim da paralização da identificação e do processo de homologação de novas TIs, além da mudança do presidente da FUNAI da época, o qual também estava atuando em favor dessas paralizações (APIB, 2013, 2014, 2015, 2022).

O Documento final do ATL 2013 se dedica a tratar da inviabilização e impedimento de demarcação de Terras Indígenas concomitantemente a uma série de portarias e de projetos de leis que buscaram viabilizar a ampliação da fronteira extrativista, inclusive sobrepondo territórios tradicionalmente ocupados por indígenas. Em relação à inoperância de processos demarcatório, as lideranças indígenas denunciam que a FUNAI estava desautorizada pelo

executivo de criar outros grupos de trabalho para estudos de identificação e de delimitação de novas terras indígenas. Para a análise da APIB, disposta no documento publicado, esta desautorização da presidência para novos estudos de identificação de TIs era um aceno aos representantes do agronegócio no legislativo, levando em consideração que neste ano estava começando a se instalar a crise política que, mais tarde culminaria no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Não obstante, a presidenta também já havia publicado o Decreto nº 7.957 em 13 de março de 2013 o qual criava o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para proteção do Meio Ambiente, regulamentando a atuação das forças armadas na proteção ambiental, sendo considerado pela APIB como um instrumento estatal militarizado para representação de todos os grupos que se manifestam contrários à expansão da fronteira extrativista.

Este mesmo documento também traz denúncias de articulações ocorrendo nas duas casas do Congresso Nacional para dificultar o processo demarcatório de terras indígenas. Em 2012, assim como atualmente, a chamada bancada do Boi (entenda-se como representantes dos setores do agronegócio) já possuía relevante parcela dos deputados e dos senadores eleitos. Com isso, acontecem eventos como a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 215/00 (PEC 215) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados e a iminência da votação da PEC 038/99 no Senado; ambas com o objetivo de transferir a competência de demarcação de terras indígenas do executivo para o legislativo. Nenhuma delas chegou a vigorar, mas suas tramitações são uma clara demonstração de como os direitos dos povos indígenas ainda são muito frágeis tendo em vista a expressiva presença de representantes de setores extrativistas (agropecuários, minerados, madeireiros, entre outros) no Congresso Nacional. Anos mais tarde, em 2022, a APIB ingressaria em uma campanha eleitoral com diversos nomes de lideranças indígenas candidatos às vagas no legislativo, é bastante provável que isso tenha partido do entendimento que se faz cada vez mais necessário ocupar este espaço, assim como ocupar cargos dentro do Poder Executivo para ter maior influência sobre as tomadas de decisão que lhes afetam.

No ATL de 2015, tendo em vista o período de crise política já instalada, as políticas indigenistas são abaladas pelo desgaste entre os poderes executivo e legislativo. Com isso, a APIB publica, ao final do acampamento, uma carta destinada à então presidenta Dilma Rousseff na qual destaca-se o trecho abaixo:

Não admitimos que seu governo continue com a decisão política de paralisar os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. Por isso reivindicamos que a Senhora Presidente assine os decretos de homologação das mais

de 20 terras indígenas que estão sobre sua mesa uma vez que estas estão sem qualquer impedimento judicial e/ou administrativo para o ato. Da mesma forma, reivindicamos que o ministro da justiça publique as portarias declaratórias que estão na mesma situação, e que a Fundação Nacional do Índio (Funai) também publique os Relatórios Circunstanciados de terras concluídos e até hoje engavetados. Em fim, queremos que seu governo dê continuidade à demarcação de todas as terras indígenas do Brasil, muitas das quais estão até hoje sem nenhum procedimento demarcatório instituído, ao invés de tentar modificar os procedimentos demarcatórios e publicar sucessivos instrumentos como a Portaria 60/2015, que pretende agilizar e encurtar os prazos para licenciamentos ambientais que impactarão os nossos territórios, em detrimento da nossa autonomia e flagrante desrespeito à legislação nacional e internacional de proteção e promoção dos nossos direitos, principalmente a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Pedimos que seu governo, ao invés de se dobrar aos interesses do capital, endossando iniciativas legislativas que atropelam e buscam suprimir os nossos direitos, como o PL 7735/2014, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais, adote postura de defesa irrestrita dos nossos direitos inviabilizando a aprovação de Projetos de Lei e Propostas de Emenda Constitucional como o PL 1.610/96, da mineração em terras indígenas, e a PEC 215/2000 que transfere ao Congresso Nacional a prerrogativa constitucional, atualmente do Executivo, de demarcar as terras indígenas, titular as terras dos quilombolas e criar unidades de conservação.

Da mesma forma queremos que o governo trabalhe junto ao Poder Judiciário, principalmente a Suprema Corte, para impedir que decisões parciais de anulação de portarias declaratórias e decretos de homologação se consolidem, considerando como marco de ocupação tradicional o 5 de outubro de 1988. Tal interpretação, se confirmada, irá restringir os direitos territoriais de muitos outros povos, aumentando decisões contra procedimentos de demarcação de terras e o clima de conflitos e violências contra os nossos povos (APIB, 2015).

Este trecho reflete bastante o cenário de exacerbação do neoextrativismo tendo em vista que representantes dos setores econômicos extrativistas passaram a ocupar cada vez mais cadeiras do legislativo, tanto no Congresso Nacional, como no Senado Federal e isso implicou inevitavelmente em ameaças legislativas como as supracitadas, bem como em maior pressão sobre do poder executivo para frear políticas como a homologação de novas terras indígenas. Trata-se de uma equação bastante simples, quanto maior a presença de representantes do (neo)extrativismo no legislativo e no governo, mais ameaçados os povos indígenas estarão devido à completa incompatibilidade de suas demandas e de suas aspirações, por um lado temos os povos indígenas ainda lutando pela demarcação de todos os territórios ancestrais, mesmo já se tendo passado mais de décadas da promulgação da constituição cidadã; por outro lado, é do interesse os setores extrativistas o enfraquecimento dos mecanismos de proteção ambiental e de homologação das terras indígenas para que possam expandir sua área de exploração.

Não obstante, este trecho também menciona o “marco de ocupação territorial”, que se trata do Marco Temporal, uma tese jurídica que ameaça os processos demarcatórios ao limitá-los àqueles povos que estavam em plena ocupação de seus territórios no dia da promulgação da constituição de 1988. Esta tese e as mobilizações da APIB que decorrem dela serão melhor

analisadas na seção seguinte ao tratar da “Primavera Indígena” ou Acampamento Luta pela Vida, porém é importante perceber como a APIB já vinha denunciando desde muito tempo antes esta tese o que não tinha surtido muito efeito para o impedimento do andamento de sua tramitação, sobretudo tendo em vista o contexto político que o país passaria nos anos seguintes em que o executivo e o legislativo estariam alinhados em prol de maiores desregulações ambientais e menores investimentos em políticas públicas voltadas para os povos indígenas. Em contrapartida, a APIB precisou expandir sua rede de conexões com outras organizações e movimentos sociais ao mesmo tempo que intensificou suas mobilizações nacionais principalmente por meio dos acampamentos.

No mais, os documentos finais dos Acampamentos Terra Livre desse primeiro período definido pela pesquisa compreenderam as primeiras fases do Neoextrativismo conforme teorizado por Maristella Svampa (2019) compreendendo o período que vai de 2003 a 2015, perpassando as fases do otimismo, da proliferação dos megaprojetos e da exacerbação. Com isso, é possível perceber nos documentos finais analisados o aumento das denúncias envolvendo violências, ameaças legislativas e impactos envolvendo megaprojetos. Ademais, também é bastante notável o aumento da qualidade técnica que os documentos vão progressivamente ao passar a discutir projetos de lei e políticas públicas e passando a direcionar estas discussões às autoridades e aos órgãos responsáveis, conforme expressado pela própria APIB, as lideranças indígenas têm estudado cada vez mais para aumentar sua capacidade técnica e conseguirem fazer a melhor intervenção possível para cada demanda que possui.

O que vem a seguir parece ser um período de interrupção do Neoextrativismo, tendo em vista o perfil dos governos que assumem após a saída de Dilma Rousseff da presidência. Uma vez que o Neoextrativismo possua a premissa de ser um modelo político-econômico de desenvolvimento (apesar das ressalvas já feitas no capítulo teórico desta investigação) no qual a exploração dos recursos naturais também são convertidos em ganhos sociais, fica difícil classificar governos como de Michel Temer e Jair Bolsonaro como neoextrativista na medida em que os ganhos sociais obtidos da superexploração de recursos naturais por eles promovida foram praticamente insignificantes, quiçá nulas tendo em vista que em uma janela de pouco mais de cinco anos o Brasil retornou ao mapa da fome monitorado pela ONU, de onde tinha saído desde 2014 (Berlinck; Oliveira, 2023). Dessa forma, a seção seguinte dará continuidade das análises aqui iniciadas, mas agora tratando de um contexto político diferente, com governos não mais progressistas e declaradamente anti-indígenas.

## **4.2 OS ACAMPAMENTOS TERRA LIVRE, OS GOVERNOS ANTI-INDÍGENAS E NOVAS CONQUISTAS (2016-2023)**

Seguindo na linha do tempo, de 2016 até 2022 foi um período conturbado na história política do Brasil e, conseqüentemente, um período ainda mais desafiador para a resistência do movimento indígena brasileiro pois em sequência de fatos: Dilma Rousseff foi deposta em um golpe parlamentar, Michel Temer assume a presidência com a promessa de desfazer ganhos sociais dos últimos mandatos petistas; em seguida, Jair Bolsonaro é eleito presidente e tem seu mandato marcado pela Pandemia do COVID-19 e por sua postura anti-indígena, encerrando em 2022 com uma disputa acirrada com o atual presidente Lula da Silva vencendo e iniciando seu terceiro mandato em 2023 (APIB, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022). Devido a este contexto, os documentos finais dos ATIs de 2016 a 2022 refletem bastante o caráter denunciativo das lideranças indígenas em relação aos retrocessos e à falta de vontade desses governos em dialogar com as demandas que estavam sendo postas; os documentos finais também passam a se utilizar mais fortemente da questão ambientalista no sentido de associar a demarcação de TIs como forma de cuidar da Mãe Natureza, preservar biodiversidade e combater as mudanças climáticas, o problema é que nem mesmo a causa ambiental estava sendo tomada como prioridade por esses governos, muito pelo contrário, foram responsáveis por enfraquecer mecanismos de proteção ambiental como os do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente.

A crise política enfrentada pelo Brasil que culminou no Golpe Parlamentar que fez Michel Temer chegar à presidência resultou em grandes perdas em direitos sociais para a população brasileira como um todo, para os povos indígenas, representou o fim do diálogo que as lideranças ainda tinham com setores do governo, além do total desmantelamento das políticas públicas voltadas para estes povos, conforme trecho em destaque:

Desde que tomou o poder, o governo Michel Temer tem adotado graves medidas para desmantelar todas as políticas públicas voltadas a atender de forma diferenciada nossos povos, como o subsistema de saúde indígena, a educação escolar indígena e a identificação, demarcação, gestão e proteção das terras indígenas. Além disso, tem promovido o sucateamento dos já fragilizados órgãos públicos, com inaceitáveis cortes orçamentários e de recursos humanos na Fundação Nacional do Índio (Funai) e com nomeações de notórios inimigos dos povos indígenas para cargos de confiança, além de promover o retorno da política assimilacionista e tutelar adotada durante a ditadura militar, responsável pelo etnocídio e genocídio dos nossos povos, em direta afronta à nossa autonomia e dignidade, garantidos expressamente pela Lei Maior.

No Legislativo, são cada vez mais frontais os ataques aos direitos fundamentais dos povos indígenas, orquestrados por um Congresso Nacional dominado por interesses privados imediatistas e contrários ao interesse público, como o agronegócio, a mineração, as empreiteiras, setores industriais e outros oligopólios nacionais e

internacionais. Repudiamos com veemência as propostas de emenda constitucional, projetos de lei e demais proposições legislativas violadoras dos nossos direitos originários e dos direitos das demais populações tradicionais e do campo, que tramitam sem qualquer consulta ou debate junto às nossas instâncias representativas, tais como a PEC 215/2000, a PEC 187/2016, o PL 1610/1996, o PL 3729/2004 e outras iniciativas declaradamente anti-indígenas. (APIB, 2017).

Dessa forma, esta mudança de governo representou o retorno de um perfil de políticas indigenistas de caráter assimilacionistas, à semelhança do que era visto nos tempos da Ditadura Militar. As conquistas que o movimento indígena tinha logrado nas últimas décadas de articulação de repente estavam estagnadas, regredidas ou anuladas pelo governo de Michel Temer. Quando Bolsonaro assume o poder em seguida, a situação permanece desafiadora para a articulação da ABIP e ainda é agravada pelo contexto da Pandemia da COVID-19.

Esta crise política demonstrou como apesar das dificuldades, das insuficiências de algumas políticas e da lentidão em que as demandas foram sendo atendidas ao longo dos governos anteriores, todas as conquistas que estavam gradativamente sendo implementadas estavam correndo risco de serem perdidas com a eleição de um presidente declaradamente anti-indígena<sup>4</sup>. De acordo com o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas dados de 2021, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 2022, o ano de 2021 apresentou um aumento dramático de invasões de terras indígenas e de violência contra estes povos, aumento este que estava sendo registrado nos seis anos anteriores. Este ano também foi o terceiro ano de governo Bolsonaro, o qual manteve sua postura de paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas e a completa omissão em relação à proteção das terras indígenas e dos direitos dessa população, isso sem levar em consideração às diversas declarações de cunho racista e anti-indígena proferidas pelo próprio presidente e por membros do seu governo e base aliada (CIMI, 2022).

Como consequência dessa postura do governo Bolsonaro, o CIMI registrou neste mesmo ano 305 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”, os quais atingiram 226 terras indígenas em 22 unidades federativas. Para efeito de comparação, no ano anterior, em 2020, foram registrados 263 casos de invasão e exploração indevida de recursos e se olhar para o ano que antecede o início do mandato de Bolsonaro

---

<sup>4</sup> A definição de Anti-indígena que é utilizada nesta seção de capítulo para definir perfil de governo e iniciativas legislativas leva em consideração a perspectiva defendida pelas lideranças indígenas da APIB ao longo dos documentos finais dos ATLS de ser aquilo que é intencionalmente averso ao indígena. Isto é, apesar de os povos indígenas terem divergências históricas com os governos e o Estado brasileiro pela própria forma de ocupação territorial, existem grupos político-econômicos que são explicitamente e intencionalmente anti-indígenas tanto pelo caráter do racismo (de considerá-los inferiores e passíveis de dominação), como pelo caráter econômico (da intenção de utilizar seus territórios como fontes de exploração econômica).

(2018), foram registrados três vezes menos casos, totalizando 109 casos desse mesmo tipo. Portanto foi bastante sintomática a postura genocida deste governo em relação aos povos indígenas. Em governos anteriores, apesar de já ser possível observar significantes casos de invasões e de violência contra povos indígenas tendo em vista o contexto expansionista do neoextrativismo, os governos ainda buscavam estabelecer diálogo com as lideranças indígenas, o que deixou de ocorrer após o golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff e os sucessivos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

O ATL 2019 refletiu bastante o caráter denunciativo do perfil anti-indígena do Governo de Jair Bolsonaro, o documento final deste acampamento possui uma sessão inteiramente destinada a colocar o posicionamento do movimento indígena brasileiro perante os ataques sofridos pelo governo, conforme destacado:

Indignados pela política de terra arrasada do governo Bolsonaro e de outros órgãos do Estado contra os nossos direitos, viemos de público manifestar:

- O nosso veemente repúdio aos propósitos governamentais de nos exterminar, como fizeram com os nossos ancestrais no período da invasão colonial, durante a ditadura militar e até em tempos mais recentes, tudo para renunciarmos ao nosso direito mais sagrado: o direito originário às terras, aos territórios e bens naturais que preservamos há milhares de anos e que constituem o alicerce da nossa existência, da nossa identidade e dos nossos modos de vida.
- A Constituição Federal de 1988 consagrou a natureza pluriétnica do Estado brasileiro. No entanto, vivemos o cenário mais grave de ataques aos nossos direitos desde a redemocratização do país. O governo Bolsonaro decidiu pela falência da política indigenista, mediante o desmonte deliberado e a instrumentalização política das instituições e das ações que o Poder Público tem o dever de garantir.
- Além dos ataques às nossas vidas, culturas e territórios, repudiamos os ataques orquestrados pela Frente Parlamentar Agropecuária contra a Mãe Natureza. A bancada ruralista está acelerando a discussão da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, em conluio com os ministérios do Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura. O projeto busca isentar atividades impactantes de licenciamento e estabelece em uma única etapa as três fases de licenciamento, alterando profundamente o processo de emissão dessas autorizações em todo o país, o que impactará fortemente as Terras Indígenas e seus entornos.
- O projeto econômico do governo Bolsonaro responde a poderosos interesses financeiros, de corporações empresariais, muitas delas internacionais, do agronegócio e da mineração, dentre outras. Por isso, é um governo fortemente entreguista, antinacional, predador, etnocida, genocida e ecocida (APIB, 2019).

Este trecho extraído do documento final do ATL 2019 denuncia como este primeiro ano de Governo Bolsonaro atuou na facilitação do aumento da exploração extrativista no país por corporações nacionais e internacionais, passando por cima dos direitos originários dos povos indígenas. Seria uma fase de exacerbação descontrolada conforme teorizado por Gudynas, mas este governo não dava sinais de que iria buscar utilizar ganhos desta exploração extrativista em prol de desenvolvimento socioeconômico, tendo em vista que o discurso oficial

do presidente e de seus ministros demonstravam o interesse contrário: de acabar com diversos programas sociais que estavam sendo desenvolvidos pelos governos anteriores. Este último parágrafo destacado em citação demonstra como o governo, em 2019, por ter um perfil ultraliberal de desregulamentação econômica e ambiental, estava disposto a endossar destruição e extermínio ainda maiores em favor dos interesses dos mais altos setores econômicos privados.

Em outubro de 2019, como uma ação externa às desenvolvidas durante os ATLS, a APIB promoveu a campanha “Sangue indígena: nenhuma gota a mais” com o objetivo de pressionar o Governo Federal e setores do agronegócio de cumprirem acordos internacionais sobre mudanças climáticas e sobre direitos humanos. Com esta campanha, a APIB formou uma comissão de representantes que viajaram por 12 países da Europa e realizaram reuniões com autoridades de Estado, lideranças políticas, deputados do parlamento europeu e da bancada verde, membros do alto comissionado de órgãos de cooperação internacional, além de empresários, artistas e ativistas ambientalistas. Com isso, a comissão formada por Sônia Guajajara, Alberto Terena, Angela Kaxuyana, Célia Xakriabá, Dinaman Tuxá, Elizeu Guarani Kaiowá e Kretã Kaingang deu um novo passo para que a APIB consiga estabelecer uma rede de parceiras internacional localizada em mercados importantes do setor agroexportador nacional, denunciando e dialogando para que, em conjunto a estes parceiros, consigam forçar as autoridades brasileiras e o próprio mercado a se ajustarem para que não mais retroalimentem o genocídio indígena como tem se identificado das últimas décadas (APIB, 2022).

A construção dessas redes de apoio internacional são uma demonstração de como, ao longo das décadas, o movimento indígena brasileiro percebeu que precisa se articular com outros movimentos sociais, com aliados do jogo político, dentro outras formas de apoio que consigam estabelecer. Esta construção de uma rede de apoio em nível nacional já vinha ocorrendo ao longo dos anos de atuação da APIB, acontece que, em meio à crise política passada pelo Brasil que colocou um presidente anti-indígena no comando do governo tornou ainda mais urgente a necessidade de uma articulação internacional para que o movimento indígena como um todo pudesse ter alguma força de resistência frente aos ataques cada vez mais frequentes que passaram a enfrentar. Tendo em vista o modus operandi extrativista da economia nacional, esta visita a 12 países europeus representa a construção de uma articulação política estratégica para pressionar o Estado brasileiro para a urgência de maior atenção para os impactos do extrativismo na destruição dos ecossistemas e no genocídio indígena, os quais a APIB vem denunciando nas últimas décadas.

Para melhor entendimento, de acordo com estudo publicado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), a União Europeia corresponde ao segundo maior comprador das exportações do agronegócio brasileiro, estando atrás somente da China e estando à frente dos Estados Unidos (GHOBIL; ANGELO; OLIVEIRA, 2023), sendo um mercado com maior tendência à regulamentação, sobretudo em partes da economia que perpassam os objetivos de desenvolvimento sustentável presentes nos Tratados da União Europeia. Dessa forma, o aldeamento da política enquanto estratégia da APIB não tem seu potencial limitado às fronteiras nacionais, mas sim passa a atingir instâncias internacionais que possuem potencial transformador do paradigma colonial extrativista. Como visto no capítulo anterior, por séculos a luta indígena foi apagada pelos governos e pela mídia nacional, sendo um instrumento próprio de controle desses povos; hoje, graças à atuação da APIB e de outras organizações, denúncias e notícias sobre os povos indígenas não mais conseguem ser ocultadas. Em se tratando desta articulação internacional, o estabelecimento de uma rede de apoio e a participação de comissões próprias da APIB em reuniões e em grandes conferências internacionais, como é o caso das COPs e destas campanhas pontuais que a APIB desenvolve, apontam para uma progressiva internacionalização da organização.

Outro ponto que precisa ser comentado sobre atuação internacional do movimento indígena se trata da divisão entre o que é uma atuação internacional e o que é uma atuação nacional e o questionamento da necessidade dessas atuações serem vistas como fenômenos distintos e/ou isolados. Vejamos o caso dos Acampamentos Terra Livre, estes acampamentos são eventos que ocorrem no território e no âmbito da política nacional brasileira, é uma forma de resistência indígena frente às políticas e aos ataques legislativos sofridos pelos povos indígenas dentro do Brasil. No entanto, com o passar dos anos, este evento passou a contar com estas comitivas internacionais, além de tratar de temáticas concernentes ao global como é o caso das crises ecológica e climática global. Seguindo a mesma linha de defesa das lideranças indígenas brasileiras, o Brasil em toda sua extensão territorial e biodiversidade, possui decisivo papel para o combate às mudanças climáticas nas próximas décadas e a luta que está sendo desenvolvida ano a ano nos ATLS é de interesse global neste quesito. Portanto, a atuação internacional da APIB não deve ser pensada somente a partir dos discursos de seus representantes em conferências internacionais, para que os estudos de relações internacionais sobre povos indígenas não estejam limitados a somente o que ocorre nestas conferências.

Em virtude da pandemia do COVID-19, os Acampamentos Terra Livre de 2020 e de 2021 precisaram ocorrer na modalidade virtual e ambos possuíram um apelo muito grande para

a crise sanitária que os povos indígenas estavam enfrentando e como a negligência intencional do Governo Federal se traduzia como mais uma estratégia de genocídio para estes povos. Além da questão pandêmica, também foi apontado nesses dois acampamentos online a característica do governo Bolsonaro ter sido subserviente aos interesses econômicos das elites do capital nacional e internacional, estando disposto a restringir os direitos dos povos indígenas à terra e à saúde e a incentivar avanço de práticas ilegais como o garimpo em TIs, o desmatamento, a exploração madeireira, a grilagem e o avanço da agropecuária também sobre TIs; tudo isso com apoio de boa parte do Congresso Nacional e suas conhecidas bancadas “da bíblia, do boi e da bala”(APIB, 2020, 2021).

Dessa forma, os registros dos ATLs neste período de 2016 a 2022 também demonstram algo bastante sintomático nesses dois governos que é a inexistência da possibilidade de diálogo de demandas, se em governos anteriores representantes do Governo Federal ainda recebiam aquelas demandas escritas nos documentos finais e aquilo resultava em algum ganho, ainda que pequeno em relação à quantidade de demandas históricas desses povos. Por outro lado, os governos comandados por Temer e Bolsonaro viraram as costas para as demandas sintetizadas pela APIB e, mais que isso, atuaram ativamente para beneficiar setores econômicos extrativistas em detrimento de conquistas que já haviam sido estabelecidas pelos povos indígenas, tendo governos orientados para uma espécie de ultraliberalismo conservador (APIB, 2020, 2021, 2022).

Durante a abertura do ATL 2020, primeiro acampamento virtual da APIB, um dos primeiros painéis dedicou-se à exposição das falas de lideranças indígenas atuantes na coordenação da APIB, sendo elas: Sônia Guajajara, Dinaman Tuká, Alberto Terena, Kerexu Yrapyry e Kretã Kaingang. As falas destas lideranças convergiram na defesa da necessidade de desenvolvimento de novas estratégias de resistência dado os contextos do governo Bolsonaro e da pandemia do COVID-19, dentre estas novas estratégias, estaria o que eles chamaram de “demarcação de telas”, ou seja, uma maior ocupação indígena nas redes sociais para divulgar suas ações, fazer suas denúncias e ter mais interação com o público. Outra convergência que as falas dessas lideranças defenderam foi o caráter explícito do projeto genocida que o governo Bolsonaro tinha em relação aos povos indígenas, tendo em vista o desmonte de políticas públicas indigenistas, o enfraquecimento da FUNAI, a paralisação do processo demarcatório e todos os ataques feitos por meio de discursos por membros do governo, inclusive do próprio presidente em questão. Por fim, ratificou-se a importância da demarcação e da desintração das

terras como medidas para impedir o genocídio indígena e para a preservação da natureza (APIB, 2020).

Nos painéis das falas de lideranças regionais de base, ocorridos no dia 27 de Abril, as lideranças reforçam o agravamento do genocídio indígena com a disseminação do coronavírus e com a indiferença do governo federal no combate a esta crise sanitária que estava sendo enfrentada. Em suas falas, os líderes denunciam a chegada do vírus por meio dos invasores dos territórios e a dificuldade das comunidades de fazerem o isolamento social tendo em vista seus modos de vida pautados na coletividade e na interação de toda a comunidade entre si e a natureza, o que facilitou a rápida disseminação da doença entre quase todos os membros dos povos que estavam sendo afetados naquele ano de 2020. Além da questão da Pandemia, outras pautas foram discutidas como a educação indígena e a necessidade de federalizá-la e a necessidade de aumentar o diálogo das lideranças indígenas da cidade e as lideranças aldeadas para um melhor alinhamento das frentes de luta (APIB, 2020).

Estas discussões realizadas nos painéis com as lideranças indígenas da coordenação da APIB e das organizações de bases refletiram no documento final do ATL 2020, no qual, torna-se interessante destacar este trecho:

[...] Assim, esse governo, subserviente aos interesses econômicos nacionais e ao capital internacional, quer restringir os nossos direitos, principalmente territoriais, ao incentivar o avanço de práticas ilegais sobre as nossas terras, tais como: o garimpo, o desmatamento, a exploração madeireira, a pecuária, monocultivos e a grilagem, que está para ser legalizada por meio da MP 910/19, em tramitação no Congresso Nacional, e ainda a grande mineração e diversos empreendimentos de infraestrutura como hidrelétricas, linhas de transmissão e estradas. Tudo isso, numa clara tentativa de transformar as terras públicas em mercadoria.

Todos esses atos ilícitos e inconstitucionais constituem um projeto de morte para os nossos povos. Eles implicam na destruição das nossas matas, dos nossos rios, da biodiversidade, das nossas fontes de vida, enfim, da Natureza, da Mãe Terra; patrimônio preservado há milhares de anos pelos nossos povos e que até hoje contribui estrategicamente para a preservação do equilíbrio ecológico e climático e do bem-estar da humanidade, prestando importantes serviços ambientais ao planeta.

É esse patrimônio que os ruralistas, o agronegócio e as corporações internacionais querem nos roubar, por meio da restrição ou supressão dos nossos direitos constitucionais, alegando que os nossos direitos originários, e a nossa própria existência, constituem um empecilho para os seus empreendimentos e planos de suposto desenvolvimento [...] (APIB, 2020).

Esta conjuntura citada no documento final do ATL 2020 é resultado do momento após a exacerbação do neoextrativismo e é reflexo do paradigma colonial extrativista, o qual existe a mais tempo que o período conceituado por SVAMPA (2019) como as fases do neoextrativismo. O Genocídio indígena provocado por este desenvolvimentismo predador ameaça esses povos, assim como a natureza como um todo, há muito tempo e o que vemos nos

últimos anos é a fronteira extrativista chegando a um ponto de colapso ecológico que ameaça o bem-estar da humanidade como um todo, conforme pontuado pela APIB. Portanto, apesar de o Estado brasileiro ter como sua carta magna um texto que reconhece os direitos indígenas desde 1988, na prática, o que se vê é este mesmo Estado impulsionando a continuidade do ecocídio e do genocídio indígena por meio dos seus planos de desenvolvimento de bases extrativistas, isto é, baseado no investimento na exploração cada vez maior dos recursos naturais para exportação de produtos primários. No mais, as videoconferências e o texto final do ATL 2020 apenas atestam que a diferença do governo Bolsonaro para os que lhe antecederam está apenas na explícita vontade de impulsionar o genocídio indígena, apesar de o desenvolvimentismo extrativista sempre ter estado presente e sempre ser a representação de uma ameaça aos povos indígenas.

Ainda tratando da defesa da Mãe Natureza em relação ao desenvolvimentismo extrativista, a Mesa sobre Mudanças Climáticas, que ocorreu durante o ATL 2021, tratou da relação do indígena com a natureza enquanto uma relação inseparável e que está sendo ameaçada por grandes corporações e por extrativistas ilegais. As lideranças presentes nesta mesa defendem a ideia que a destruição provocada pelo modo de produção capitalista, assumindo esta faceta desenvolvimentista-extrativista no contexto Latino-americano, já impacta há muitos anos os modos de vida indígenas devido à destruição dos ecossistemas e que, devido a isso, os povos indígenas têm buscado ocupar espaços políticos e de produção científica para fazer com que os não indígenas entendam a importância desses povos para o equilíbrio ecológico planetário. Portanto, nesta mesa, defendeu-se o combate às corporações que praticam a superexploração dos recursos naturais de forma legalizada, bem como as práticas extrativistas ilícitas como o garimpo e o desmatamento ilegais; fazendo isso a partir da conjunção dos saberes indígenas com o conhecimento científico (predominante entre os não indígenas) para colocar estes povos no centro do combate às mudanças climáticas em uma perspectiva global (APIB OFICIAL, 2021). Assim como em todos os ATLs e encontros promovidos pela APIB, a defesa da territorialidade ancestral indígena ocupa espaço central na defesa das lideranças e neste caso não foi diferente, também tendo em vista os eventos que seguiriam na luta contra a Tese do Marco Temporal.

No mesmo ano, ocorreu o que ficou conhecido como primavera indígena ou Acampamento Luta pela Vida, denominações dadas pela própria APIB para um acampamento que ocorreu em agosto de 2021, em Brasília, reconhecido como a maior mobilização indígena da história em números de participantes, ao todo foram mais de seis mil indígenas mobilizados

presencialmente. Este acampamento ocorreu em decorrência do julgamento da Tese do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal e dos constantes ataques aos direitos indígenas pelo governo de Jair Bolsonaro, representando o retorno presencial dos manifestantes indígenas à capital do país tendo em vista o período de crise sanitária em decorrência da pandemia do COVID-19. Assim, nota-se que os acampamentos, enquanto estes espaços de negociação e de trocas que ocorrem entre as lideranças, são os principais instrumentos de mobilização adotados pelo movimento indígena, assim como é adotado por outros movimentos sociais como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (APIB, 2021; DARÃ; AWA TENONDEGUA; ANILDO AWAROKADJU, 2022).

Em relação à tese do Marco Temporal, trata-se de uma interpretação jurídica a partir do *Leading case* da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no qual o ministro Carlos Britto definiu entre os critérios de demarcação o marco da tradicionalidade da ocupação e o marco temporal da ocupação. Para o primeiro critério, os povos indígenas deveriam demonstrar o caráter de perdurabilidade da sua relação com a terra por meio do preenchimento dos quesitos de possuírem uma relação imaterial (espiritual, ancestral, psicológico) e material (necessidade de peça, caça, coleta, entre outros) com a terra. Para o segundo critério, estabelece que seriam demarcadas somente aquelas terras que estavam sendo ocupadas no dia da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, portanto, sendo um critério restritivo. O grande problema deste critério está em sua incompatibilidade com o texto da constituição que, conforme citado no capítulo anterior, não define nenhum critério de temporalidade de ocupação para a efetivação do direito à terra pelos povos indígenas e este critério é defendido somente por setores políticos que visam dificultar o processo demarcatório (PEGORARI, 2017).

Previamente a este acampamento, no mês de junho, cerca de 1500 representantes indígenas de 53 povos de todas as regiões do Brasil realizaram o que foi denominado de “Levante indígena” ou “Levante pela Terra”. Estes representantes desempenharam diversas agendas como marchas e atos de protestos, reunião com representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, encontros com comitivas de imprensa, apresentação de demandas ao Ministério da Justiça, participação em audiências públicas na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados e lançamento do Manifesto Levante pela Vida. Além dessas agendas, uma comitiva da APIB foi recepcionada nas Embaixadas da Suécia e da União Europeia em 18 de junho de 2021, nestes encontros a APIB informa que foram discutidas estratégias internacionais como maior fiscalização de acordos que estavam sendo

discutidos como o acordo entre a EU e o Mercosul, além de uma séria de denúncias sobre ameaças e ataques sofridos por populações indígenas no Brasil (APIB, 2021). Cabe destacar que neste mesmo ano a APIB teria uma participação da COP26, assim como no ano seguinte na COP27, ano em que também fariam a campanha “Sangue indígena: nenhuma gota a mais”, impulsionando a internacionalização de sua rede apoio, conforme tratado na seção anterior este capítulo.

Dentre essas agendas realizadas em Brasília, chamou-se atenção à uma tentativa de articulação feita entre lideranças indígenas e a FUNAI, tentativa esta que além de ter sido frustrada pela recusa de receber as lideranças pelo então presidente da FUNAI, Marcelo Xavier, os indígenas foram recebidos com spray de pimenta e bombas de gás pelo grupo de choque da polícia (APIB, 2021) Em nota publicada posteriormente ao ocorrido, a APIB informou que esta hostil recepção ocorreu às ordens do presidente da FUNAI mesmo a organização tendo notificado previamente que se tratava de um ato pacífico e que o tensionamento com a política teve seu estopim quando um dos policiais presentes avançou com violência em direção à uma repórter externa da organização que estava cobrindo aquela manifestação. Não obstante, a APIB denunciou também uma fala que foi dita aos seus advogados presentes pelo ouvidor da FUNAI que informava que “o papel do presidente (da fundação) não é atender índio” (APIB, 2021).

Após este levante ocorrido em junho, já no mês de agosto de 2021, ocorreu o acampamento Luta pela Vida. De acordo com programação disposta no “site” da APIB, o acampamento contou com programações que incluíram marchas, conferências com organizações parceiras como o ISA e o CIMI, informativos gerais sobre saúde e ameaças aos povos indígenas, um ritual espiritual de pacto dos povos e acompanhamento em tempo real do julgamento do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF). (APIB, 2021; DARÃ; AWA TENONDEGUA; ANILDO AWAROKADJU, 2022). No segundo dia, o acampamento também contou com participação de uma comitiva da *Progressive International*, conglomerado de ativistas, de organizações e de partidos políticos de esquerda progressista de diversos países, a qual foi recepcionada por representantes dos povos Munduruku e Kayapó que estavam denunciando impactos de projetos de infraestrutura em suas terras. Além deste apoio internacional sinalizado pela *Progressive International*, o relator especial de Direitos Humanos das Nações Unidas direcionou neste mesmo dia um pedido ao STF para que garanta os direitos dos povos indígenas de terem acesso aos seus territórios e que rejeite argumentos dirigidos por setores comerciais para prejudicar este direito à terra.

O julgamento da tese do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal foi um dos maiores da história da suprema corte do país, ao todo foram 11 sessões das quais duas delas foram dedicadas exclusivamente para a realização de 38 manifestações das partes do processo, de terceiros interessados, do advogado-geral da União e do procurador-geral da República. O julgamento com os votos dos ministros teve início durante as mobilizações do Acampamento Luta pela Vida, inclusive tendo a votação transmitida diretamente para o acampamento, e somente foi encerrado em setembro de 2023 culminando em um placar de 9 votos a 2 em favor da derrubada da tese do Marco Temporal, sendo uma vitória processual de todo o movimento indígena que estava se mobilizando desde 2021 contra esta tese. Os ministros que votaram contra a tese do Marco Temporal ressaltaram que esta interpretação vai contra os princípios constitucionais e do estatuto dos povos indígenas, de que estes povos têm uma ocupação tradicional do território e todos os seus direitos constitucionalmente reconhecidos devem ser garantidos (APIB, 2021; STF, 2023)

Ainda em agosto de 2021, a APIB também publicou um Dossiê Internacional de Denúncias dos Povos indígenas do Brasil, um documento que reúne informações sobre o que a APIB define como abrangente projeto anti-indígena, o qual é instrumentalizado por diversos atores, mas contando com apoio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Brasil para garantir sua continuidade. O documento buscou demonstrar como naquela conjuntura de 2021 em que havia um governo anti-indígena e uma grave crise sanitária devido ao Covid-19 estava muito mais explícita a intencionalidade do extermínio desses povos em detrimento dos interesses econômicos de uma elite local e internacional (se levarmos em consideração os interesses de empresas multinacionais em explorar recursos naturais localizados em territórios ancestrais ou que possam afetá-los indiretamente). Ao seguir para o encerramento do documento a APIB apresenta suas iniciativas em conjunto com organizações parceiras e aliados para enfrentar essa desafiadora conjuntura e seguir na defesa dos interesses e dos direitos dos povos indígenas do Brasil (APIB, 2021).

Na segunda seção deste documento, dispõem-se uma série de denúncias sobre ameaças institucionais que os povos vinham sofrendo em 2021 e em anos anteriores, dentre elas: o desmonte de políticas indigenistas pela FUNAI, com destaque para a paralisação dos estudos de demarcação de TIs; perseguição e criminalização de lideranças indígenas por meio de prisões, conduções coercitivas e perseguições políticas; certificação por parte do governo federal de 114 de fazendas no Sistema de Gestão de Terras (SIGEF) sobrepostas a áreas indígenas não homologadas, a não homologação e devolução de processos de demarcação por

parte do executivo, a publicação da instrução normativa nº 9 autorizando emissão de títulos de imóveis privados em terras indígenas não homologadas e o desmonte da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que aplicou somente 1% do orçamento destinado à prevenção do COVID-19 até a publicação do documento (APIB, 2021). O documento também denuncia a ameaça do direito ao território pela Tese do Marco Temporal, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, temática está que será mais bem analisada na seção seguinte desde capítulo em que será tratado sobre o Acampamento Luta pela Vida.

Com tomada de ação a APIB passou a atuar com organizações parceiras em instituições multilaterais das quais o Brasil faz parte, como o Tribunal Penal Internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Neste mesmo ano do dossiê, uma equipe de advogados indígenas da APIB denunciou o então presidente Jair Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional sobre crimes praticados contra os povos indígenas pelas ações deliberadas do Governo que foram citadas anteriormente e adicionou-se a “ inércia institucional por parte da Procuradoria-Geral da República, instituição que deveria iniciar as investigações perante o Supremo Tribunal Federal (STF)” (APIB, 2021, p. 40). Dentre denúncias em outras instituições, o documento menciona o Apelo urgente ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e denúncia perante a OIT sobre violações cometidas pelo governo brasileiro em suas respectivas convenções (APIB, 2021). É importante mencionar que em todas essas denúncias a APIB tem atuado com uma rede de organizações parceiras que foram unindo esforços ao longo dos anos, demonstrando a importância desta articulação de base que a APIB vem construindo ao longo dos anos; dentre estes parceiros estão: a COIAB, o ISA, o CIMI, Conectas Direitos Humanos, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), entre outras.

Os ATLS 2022 e 2023 ocorrem em um momento de transição política e em ambos se tem a participação de Lula da Silva, em 2022 como candidato à presidência e em 2023 como presidente eleito acompanhado de sua Ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara. Foram acampamentos que nos discursos predominou a referência à ancestralidade, aos cuidados com a Mãe Terra e ao aldeamento da política; sobretudo com o lançamento das candidaturas indígenas da APIB ao Congresso Nacional, resultando na conquista de duas cadeiras a serem ocupadas por: Célia Xakriabá (PSOL-MG) e Sônia Guajajara (PSOL-SP). Com essas vitórias eleitorais, mais a vitória de Lula da Silva para a presidência, o movimento indígena brasileiro teve duas grandes conquistas no que se refere ao aldeamento da política: o Ministério dos Povos Indígenas, pasta até então inédita, e a presidência da FUNAI com a nomeação de Joenia

Wapichana. Com isso, o movimento indígena brasileiro ao longo dos anos de atuação nos ATLS percebeu a necessidade de começar a se inserir diretamente nos espaços políticos que ainda estão dominados por representantes das elites nacionais e de seus projetos políticos de caráter colonial-extrativista, ao todo a APIB lançou 12 candidaturas para Deputados(as) Federais, obtendo duas vitórias (APIB, 2022, 2023).

De forma inédita, após o ATL 2022 a APIB fez o lançamento de uma revista que trouxe os destaques dos ocorridos no acampamento daquele ano, que ocorreu de 4 à 14 de Abril de 2022 no Centro Ibero-Americano de Culturas, na capital brasileira. Este acampamento teve como tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, marcando uma importante retomada dos acampamentos presenciais, após a amenização da crise sanitária da Covid-19. Além disso, este acampamento também marcou um importante passo do que a APIB define como “aldeamento da política” com o lançamento de candidaturas indígenas às eleições que ocorreriam em outubro de 2022 (APIB, 2022). Com isso, após anos de avanços demorados para o atendimento de suas demandas e dois mandatos presidenciais negligentes e, muitas vezes, ativamente contrários aos povos indígenas, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil deu um passo para a entrada de seus membros no jogo da política eleitoral afim de ocupar ativamente espaços de tomada de decisão no legislativo e no executivo, tendo voz própria e sem precisar estar na dependência apenas de aliados da causa indígena, aldeando a política ativamente e simbolicamente contra àqueles que defendem a continuidade do paradigma colonial-neoextrativista.

A revista traz vários recortes transcritos de discursos feitos por lideranças indígenas. Dentre estes recortes, uma fala de Paulo Tupiniquim demonstra para esta investigação a visão estratégica que o movimento indígena está seguindo por meio da APIB:

Por que vamos discutir a retomada do Brasil? Porque o Brasil é nosso! Não é de Bolsonaro, da bancada ruralista, da bancada evangélica e nem da bancada da bala. E por que demarcar a política? Porque lá dentro, os que estão lá [no Congresso Nacional e no Poder Executivo] só querem o mal dos povos indígenas, exceto os nossos aliados. Precisamos aldear a política colocando mais indígenas lá dentro para defender nossos direitos, para defender a nossa causa. Vamos demarcar os nossos territórios a custo de qualquer coisa. Eles são nossos! Independente de sua cosmovisão, permaneçam nesse espaço e ajudem a construir essa política indígena. Precisamos mostrar que estamos aqui em Brasília para construir algo concreto para as populações indígenas do país, e não a passeio (APIB, 2022).

Apesar de curto, este trecho da fala de Tupiniquim traz muito da discussão feita ao longo desta investigação, trazendo a perspectiva das ameaças às populações indígenas por parte de um projeto político fruto do paradigma colonial-neoextrativista e com esta roupagem

ruralista, evangélico, ultraliberal e neoconservador, à época com sua máxima representação o então presidente da República Jair Bolsonaro. Com estas ameaças, entende-se que a política está tomada por estes políticos anti-indígenas e, portanto, faz-se necessária a união dos povos indígenas e seus aliados, independentemente de suas cosmovisões, para construir um contra projeto político que seja democrático e indígena. Apesar de este estudo não conseguir acessar todas as cosmovisões indígenas em todas as suas complexidades, não há como não perceber este grande desafio que é constituir um movimento indígena de nível nacional que tenha suas organizações conglomeradas em uma única grande articulação que seja capaz de definir metas prioritárias que sejam comuns às aspirações de todos os povos na medida em que cada povo constitui uma cosmovisão, uma experiência e um contexto específico de violências enfrentadas.

Em seu discurso, Sônia Guajajara se dedica a destacar como o governo Bolsonaro estava descompromissado com a causa indígena, bem como com diversas outras causas de populações e grupos marginalizados, estando muitas vezes atuando contra grupos minoritários. Para tanto, a liderança defendeu a retomada do Brasil por meio do apoio ao então candidato à presidência Lula da Silva, presente no momento da fala, e o aldeamento da política para que mais indígenas estejam presentes no legislativo e no executivo. Em fala direcionada ao candidato Lula da Silva, Sônia afirma “estamos prontos para que não haja mais Belo Monte no seu governo [...] nós não precisamos dessas hidrelétricas, o que nós queremos são nossos territórios e nossa biodiversidade [...]” (GUAJAJARA, 2022) e completa declarando que, por muito tempo, os povos indígenas não quiseram integrar o governo fazendo parte da SESAI e da FUNAI, mas este é um novo tempo (marcado pelo aldeamento da política) e agora eles estão dispostos e preparados para fazer parte destes e de outros órgãos, não deixando que as decisões que tomarão o rumo do país não tenham participação indígena (MÍDIA NINJA, 2022).

No segundo dia do ATL 2022 a APIB lançou uma Carta Aberta contra o Projeto de Lei (PL) 191/2020, em tramitação no Congresso Nacional na época, que pretendia abrir as Terras Indígenas para a exploração da mineração, de hidrelétricas e de grandes projetos de infraestrutura. Esta carta denunciava uma manobra política que estava sendo posta em prática pelo Governo Bolsonaro de defender a urgência da aprovação deste PL devido à Guerra da Ucrânia que supostamente estaria ameaçando o setor agropecuário pelo fato de a Rússia ser um dos principais fornecedores de fertilizantes para o Brasil, material este que requer exploração de reservas de potássio. De acordo com a APIB, cerca de 2/3 (dois terços) das reservas nacionais de potássio estão localizadas fora da Amazônia Legal e de Territórios Ancestrais, uma reserva que poderia suprir a demanda nacional deste mineral por mais de 80 anos. Dessa forma, tendo

em vista o perfil anti-indígena do governo e o perfil combativo da APIB contra as articulações políticas deste governo, evidencia-se que o período de 2016 a 2022 foi o de maior disputa cosmopolítica entre os povos indígenas e os governos. Disputa cosmopolítica porque mais do que a defesa do território (enquanto uma posse desses povos) e dos direitos básicos, a APIB aprofundou em suas articulações cada vez mais a ideia da Mãe Terra que está sendo agredida e necessita dos cuidados que esses povos podem oferecer (APIB, 2022).

Partindo para a análise das informações dispostas na Revista do ATL 2022 e no Documento Final do ATL 2022, o primeiro dia de ATL foi dedicado à coletiva de imprensa e ao ato de abertura do acampamento, com os discursos de algumas lideranças que estavam ali presentes como Sônia Guajajara, Elizeu Lopes Guarani Kaiowá, Lindomar Terena, Paulo Tupiniquim e Dinamam Tuxá. No segundo dia, o ATL recepcionou representantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas para discutir o Projeto de Lei 191/2020 e lançou da carta aberta contra a aprovação desta proposta. Seguidamente, no terceiro dia, uma plenária reuniu membros da equipe de advocacia indígena da APIB para discutir as ameaças que os povos indígenas estavam sofrendo e as medidas adotadas por eles para tornar o então presidente Bolsonaro réu no Tribunal Penal Internacional vide exposto no dossiê. Nos dias que seguiram foram realizados marchas, debates, momentos de cânticos e danças, recepção do então candidato à presidência Lula da Silva e lançamento de candidaturas indígenas ao legislativo; dentre os debates foram dedicados a diversos temas como preservação do meio ambiente, cuidados com a mãe terra, vivências de mulheres indígenas, vivências de indígenas LGBTQI+, entre outros (APIB, 2022).

Dessa forma, o ATL 2022 teve grande relevância na série histórica por marcar um momento de mudanças políticas no Brasil associado a um perspicaz movimento das lideranças indígenas da APIB ao saber se posicionar estrategicamente em meio a tudo isso. O apoio público concedido ao candidato Lula da Silva e às candidaturas indígenas ao legislativo consolidaram a entrada da APIB de forma mais efetiva na política nacional na medida em que Lula da Silva viria a assumir a presidência tendo firmado compromissos com os povos indígenas e importantes representantes da APIB passariam a fazer parte do governo e da câmara dos deputados, como foi o caso de Sônia Guajajara (deputada eleita e atual Ministra dos Povos Indígenas), Célia Xakriabá (deputada federal) e Joênia Wapichana (atual presidenta da FUNAI). Portanto, este aldeamento da política constitui uma das principais estratégias vigentes do movimento indígena para frear a continuidade do paradigma colonial e extrativista.

O trecho a seguir foi extraído diretamente do documento final do ATL 2022 e aborda justamente esta estratégia de aldeamento da política e a posição combativa que a APIB vem adotando:

[...] Precisamos interromper esses processos de destruição e morte. Nossa luta é por nossos Povos, sim, mas também pelo futuro de todos e todas as brasileiras e pela humanidade inteira! Lutamos por um projeto civilizatório de país e de mundo. Um projeto baseado nos princípios do respeito à democracia, aos direitos humanos, à justiça, ao cuidado com o meio ambiente e com a Mãe Natureza; um projeto que respeite a diversidade étnica e cultural do país do qual fazemos parte, com mais de 305 povos diferentes e 284 línguas indígenas, sem racismo, preconceitos e discriminações de nenhum tipo.

Nesse processo de retomada do país, implodido pelo governo Bolsonaro, e de construção do Brasil que queremos, estamos dispostos e prontos a contribuir, como o fizemos ao longo desses mais de 500 anos. Queremos ser protagonistas dos nossos planos de vida, exercer a nossa autonomia em nossos territórios e o nosso direito de participação na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas que nos dizem respeito. Consideramos também fundamental aumentarmos a nossa representatividade nas Casas Legislativas, não só porque é nelas que correm as principais ameaças aos nossos direitos fundamentais, assegurados pela Constituição Federal de 1988, mas também porque queremos estabelecer um nível de diálogo institucional em condições de igualdade com todas as esferas de governo e do Estado brasileiro.

Assim, conjugado com as lutas nos nossos territórios, as mobilizações permanentes, junto à sociedade nacional e internacional, e a ocupação dos territórios virtuais, de mãos dadas com movimentos e setores aliados da sociedade, iremos removendo com o tempo e a ação coletiva o atual cenário de barbárie do capital, do ódio fascista e do racismo estrutural deste sistema, males implantados que atingem não só a nós os indígenas mas também a outros setores vulnerabilizados como os quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e pobres, principalmente negros e negras, que vivem nas periferias das cidades brasileiras.

Para isso reafirmamos a nossa determinação de continuar lutando, em memória dos nossos ancestrais e pelo bem viver das atuais e futuras gerações dos nossos povos, pela garantia e proteção dos nossos direitos fundamentais, da nossa identidade e dos nossos territórios e tudo que sustenta as condições para a nossa existência física, cultural e espiritual. Se preciso for, daremos a nossa vida para defender o que conquistamos e preservamos até hoje, após muitas perdas e muito sangue dos que nos antecederam nestas lutas.

Por fim, chamamos a todos os nossos Povos, organizações e lideranças para trabalharmos permanentemente pela unidade nas nossas lutas, respeitando a nossa diversidade, de modos de vida diferentes marcados pelos distintos acontecimentos que as políticas e práticas coloniais e neocoloniais promovidas pelos invasores e que nos impactaram ao longo da nossa história.

Reafirmamos que nossa união é fundamental para avançarmos, juntos, rumo ao nosso projeto de país plurinacional, de paz, justiça, e harmonia com nossa Mãe Natureza. Foi isso que nossos ancestrais compreenderam: não há espaço para a divisão, para o sectarismo, para qualquer tipo de violência entre nós. Esse esforço constante para costurar uma articulação ampla e potente em nível nacional se fortalece! Saímos deste ATL ainda mais unidos, com a certeza de que é esta a nossa maior fortaleza!

Pelo respeito aos nossos ancestrais, aos nossos anciões, às mulheres, crianças e jovens que somaram e continuam a somar em todas as lutas pela defesa da nossa vida, dos nossos territórios, identidade e autonomia, proclamamos a nossa determinação de continuar vigilantes, conectados política e espiritualmente, sem dar nenhum passo

atrás em nossa ampla aliança e no compromisso intransponível de defender os nossos direitos fundamentais.

Por um país realmente democrático, justo, multicultural, que respeite e proteja as nossas vidas e da Mãe Natureza, seguimos em aliança com os trabalhadores do campo e da cidade, em luta permanente.

RETOMANDO O BRASIL: DEMARCAR TERRITÓRIOS E ALDEAR A POLÍTICA (APIB, 2022).

Tendo em vista este riquíssimo compilado de informações, entendemos que a Articulação dos Povos Indígenas renova mais um ano uma conquista que foi alcançada com base em muito esforço pelo movimento indígena que é a reunião de forças no entorno de uma organização única para defender um ideal que transcende a causa indígena e atinge uma proporção global de ser uma luta pela Mãe Terra e, conseqüentemente, por toda a humanidade. Sem dúvidas esta associação da luta indígena estar intrinsecamente ligada à continuidade da biodiversidade e da vida na Terra é extremamente inteligente para que diversos agentes da sociedade nacional e internacional passem a olhar o movimento indígena como algo mais próximo da sua realidade, tendo em vista que, por séculos, a ideia do que é ser indígena era afastada da realidade moderna ocidental e era distorcida pelo racismo para parecer algo sub-humano, incivilizado e atrasado. Hoje, a APIB busca demonstrar como os povos indígenas têm a contribuir para o futuro da humanidade, a qual está cada vez mais ameaçada pela crise ecológica e pelas mudanças climáticas; mais do que isto, têm buscado se inserir de forma ativa na política nacional e internacional (conforme será tratado na seção sobre a atuação da APIB nas COPs) para que estas vozes indígenas façam cada vez mais parte dos debates e das tomadas de decisões das políticas que lhes afetam.

Neste mesmo trecho a APIB também reitera uma análise que foi desenvolvida ao longo desta dissertação de entender que os povos indígenas nunca deixaram de experienciar o colonialismo e os impactos da economia extrativista em suas comunidades, estes fenômenos apenas mudaram de roupagem ao longo dos anos. Tendo em vista essa continuidade de fenômenos que ameaçam a existência indígena e o histórico dos ATIs que vem ocorrendo desde a primeira edição, o aldeamento da política tornou-se necessário enquanto uma medida para que os povos indígenas tenham maior controle das políticas que os afetam, tendo em vista que essas duas décadas de acampamentos demonstraram uma morosidade no processo de atendimento às suas demandas, bem como evidenciaram uma grande vulnerabilidade de seus direitos conquistados ao longo dos últimos governos. No momento em que esta dissertação está sendo escrita considera-se que o aldeamento da política enquanto uma estratégia da APIB ainda está bastante recente e é provável que nas próximas décadas vejamos cada vez mais

representantes indígenas inseridos na política em todos os níveis (local, regional, nacional e internacional).

Em relação ao ATL 2023, destaca-se a Carta Aberta do Acampamento Terra Livre 2023 na qual os povos indígenas decretam emergência climática. Este documento revisa o histórico colonial enfrentado pelos povos indígenas do Brasil, destacando como seu genocídio está diretamente relacionado com a destruição em marcha de todos os biomas nacionais; defende-se que a Mãe Terra está doente, que precisa ser curada e, para tanto, o Estado brasileiro deve ampliar suas medidas protetivas em associação com a demarcação e desintração de todos os territórios indígenas (APIB, 2023). “O futuro indígena é hoje – sem demarcação, não há democracia” foi o lema escolhido para o ATL 2023 e ele demonstra bem esta estratégia de inserção dos povos indígenas brasileiros nas disputas políticas, o futuro ser indígena significa que a solução para a crise climática e ecológica global repousa nos conhecimentos ancestrais ou, como teorizado por Bold (2019), nas negociações cosmopolíticas desses conhecimentos ancestrais com a ciência moderna.

Nesta carta há um trecho interessante de ser destacado por tratar da importância do processo demarcatório e da própria existência dos povos indígenas:

[...] Nós povos indígenas fizemos e estamos fazendo a nossa parte. Em todos os biomas e ecossistemas, além de contribuirmos na formação social do Brasil, aportando para a cultura, a língua e a culinária, até hoje contribuimos na proteção da biodiversidade, das florestas e das águas, e conseqüentemente na manutenção do equilíbrio climático, graças à relação espiritual e harmoniosa que mantemos com a Mãe Natureza, da forma como aprendemos dos nossos ancestrais e dos nossos encantados.

Não estamos falando somente de grandes florestas como a Amazônia. Defendemos com toda força a Amazônia, mas nosso grito parte do chão onde cada um de nós pisamos. Nossas Terras estão na Mata Atlântica, no Cerrado, nos Pampas, na Caatinga e no Pantanal. Cada área demarcada é um suspiro a mais para o Planeta. Cada parte da vida na terra integra o todo e precisa de cuidado. Sem Cerrado não há água na Amazônia. Sem a Mata Atlântica não existe a Caatinga. Você precisa compreender que este todo é interligado e cada parte dele é fundamental para a preservação da vida.

Os serviços ambientais oferecidos pelos nossos povos e territórios, no entanto, até hoje não foram reconhecidos e valorizados. Continuamos a ser vítima de políticas discriminatórias, preconceituosas e racistas, pioradas gravemente nos últimos seis anos, pelo o descaso governamental e o incentivo intencional às invasões protagonizadas por diversas organizações criminosas cujas práticas só pioram as mudanças climáticas: grileiros, garimpeiros, madeireiros, pecuaristas traficantes, e empresas nacionais e internacionais interessadas na expansão das fronteiras agrícolas, de commodities e empreendimentos minerários, de hidrocarbonetos e infraestrutura [...] (APIB, 2023).

A carta também demonstra a importância dos povos indígenas para a formação social do Brasil na cultura, na língua e na culinária; mas além disso, para a manutenção e a proteção da biodiversidade, das florestas e das águas devido à sua relação espiritual e harmoniosa com a

Mãe Terra ensinada por seus ancestrais, isto é, a APIB também sinaliza que os povos indígenas atuam como “guardiões climáticos” ao terem um modo de vida que preserva os biomas nos quais estão inseridos e quem se beneficia junto com eles é toda a humanidade. Os cuidados com a Mãe Terra são mencionados nesta carta como “serviços ambientais oferecidos” muito provavelmente para atingir um público que pode não estar totalmente inteirado da importância da existência dos povos indígenas para o cuidado da terra, mas que muito provavelmente já teve acesso às discussões sobre mudanças climáticas e sustentabilidade, as quais estão amplamente disseminadas, embora muitas vezes recebendo uma roupagem neoliberal e que não necessariamente está comprometida com causas sociais, como a indígena e a campesina.

Os povos indígenas estão, ao mesmo tempo, dentre os grupos que mais sofrem com as mudanças climáticas e um dos que mais lutam pela preservação ambiental, tendo em vista seus modos de vida mais harmônicos em relação à natureza que a sociedade modernizada e industrializada. Não obstante os eventos climáticos que a humanidade tem experienciado, os povos indígenas ainda precisam sobreviver aos diversos ataques que partes diretamente do Estado e de organizações criminosas, conforme supracitado no trecho extraído da carta da APIB. Tendo em vista este cenário, é bastante lógico que esses povos façam parte das discussões nacionais e globais que impactem diretamente em seus direitos originários, em seus territórios e em todo o ecossistema que os rodeiam e garante sua sobrevivência; caso contrário, sua ausência continuará representando a continuidade de tomadas de decisões arbitrárias em favor unicamente dos interesses capitalistas-extrativistas no sentido de seguir com a exploração desenfreada dos ecossistemas, independentemente da incorrência de desaparecimento de populações e de biodiversidades nativas.

Também se percebe que há um cuidado da APIB em dar visibilidade para outros biomas para além da Amazônia. Sabe-se que nos últimos anos tem se tornado cada vez mais evidentes as discussões acerca da preservação da biodiversidade amazônica, o que muitas vezes acaba por invisibilizar as degradações que estão ocorrendo dentro de outros biomas do Brasil e que são igualmente preocupantes para o equilíbrio ecológico global, como é o caso dos biomas citados pela organização na carta: Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, Cerrado e Pampas. Além disso, o documento também direciona 18 reivindicações da APIB, dentre eles destacam-se: a demarcação e a valorização de TIs e seus biomas, a instituição de política de proteção à integridade dos territórios, fortalecimento de políticas de proteção aos povos isolados, o combate aos projetos de leis anti-indígenas e de flexibilização da legislação ambiental, a garantia de participação indígena nas discussões sobre mudanças climáticas, o bloqueio de

financiamentos do BNDES de empresas envolvidas em crimes ambientais, dentre outras demandas (APIB, 2023).

Assim como no ano anterior, o ATL 2023 também contou com a presença de Lula da Silva, agora presidente da República empossado, que, em resposta ao apoio recebido durante sua campanha eleitoral pela APIB e às suas promessas de campanha, anunciou uma série de medidas em atendimento às demandas dos povos indígenas, sendo elas: (1) a homologação de seis terras indígenas durante o ATL – TI Arara do Rio Amônia (AC), TI Tremembé da Barra do Mundaú (CE); TI Rio dos Índios (RS); TI Avá-Canoeiro (GO); TI Kariri-Xocó (AL) e TI Uneiuxi (AM); (2) a recriação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), extinguido pelo governo anterior; (3) a instituição do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); (4) a aquisição de insumos e equipamentos para a recuperação produtiva das casas de farinha Yanomami; (5) um pacote de medidas para fortalecimento institucional da FUNAI e (6) a criação Comitê Interministerial Permanente para desintrusão de terras indígenas e do GT de enfrentamento ao tráfico em terras indígenas (APIB, 2023).

Neste mesmo ano, o Congresso Nacional promoveu um novo ataque aos direitos dos povos indígenas o ir de encontro com o que foi julgado pelo STF e aprovou a Lei 14.701/2023 que foi chamada pela APIB de “Lei do genocídio indígena”. O texto da lei prevê a participação das Unidades Federativas e dos Municípios no processo demarcatório, a regulamentação da cooperação entre indígenas e não indígenas na exploração de recursos naturais presentes em seus territórios e a tese do Marco Temporal que cria o critério de ocupação da terra no dia 5 de outubro de 1988 para que o território seja homologado como Terra Indígena. Apesar dos vetos do presidente Lula da Silva, em consonância com suas promessas feitas nos ATLs 2022 e 2023, estes vetos foram derrubados logo em seguida pelo Congresso, uma clara demonstração de poder da representação extrativista nas casas legislativas e de ameaça aos povos indígenas. Em resposta a este ataque, a APIB já informou que protocolará Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF pedindo a anulação desta lei e contará com o apoio dos partidos REDE, PT, PSOL e PSB (APIB, 2023). Resumidamente, as casas do Congresso Nacional mandam um recado por meio da aprovação dessa lei que a representação dos setores extrativistas ainda possui poder político apesar da mudança de conjuntura política neste ano; para a APIB, a necessidade do aldeamento da política se torna ainda mais urgente.

Nesse ínterim, o Acampamento Terra Livre surge como uma mobilização nacional pelos direitos indígenas em 2004 e consolida-se como um grande evento anual promovido pela

Articulação dos Povos indígenas do Brasil não apenas para reforçar esta mobilização iniciada em 2004 pelas demandas e pelos direitos indígenas, mas também como um momento de organização estratégica das lideranças que ali se encontram e uma celebração da união dos povos indígenas. Esta seção buscou focar a análise de como os debates e os discursos ocorridos ao longo desses anos de acampamento sofram sendo aprimorados tecnicamente, partindo de protestos por demarcação de terras até integrarem outras temáticas como as complexas discussões globais sobre preservação ambiental e mudanças climáticas, os mesmos documentos também informam que os líderes indígenas estão estudando e se informando para que cada vez mais tenham este poder de articulação. Além disso, a análise desses dados sobre os ATLS também serviu ao objetivo central deste estudo como termômetro para identificar qual tem sido a estratégia da APIB para atuar pelo movimento indígena brasileiro: aldeamento da política e expansão de sua base de apoio.

Este aldeamento da política e expansão de sua base de apoio ao mesmo tempo que são estratégias adotadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil são reflexos deste contexto após a terceira fase do neoextrativismo. Os governos que seguiram após 2016 estavam totalmente alinhados com os objetivos dos setores extrativistas de expandir a fronteira de exploração por meio da desregulamentação ambiental e da promoção de ataques aos povos indígenas e outras populações e grupos marginalizados, culminando no período mais dramático vivido pelos povos indígenas desde a Ditadura Militar. Sendo assim, esses governos seguem com o que ficou definido como exacerbação do neoextrativismo, mas deixando de pensar como aqueles governos progressistas que buscaram converter essa agenda econômica em desenvolvimento social. Com este cenário nacional completamente desfavorável para o estabelecimento de negociações, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil seguiu com suas mobilizações e suas articulações nacionais, com um caráter mais denunciativo e combativo, ao mesmo tempo que também passou a aldear a política internacional a fim de expandir sua rede de articulação e de buscar outras formas de pressionar o governo brasileiro a dar atenção às suas demandas.

### **4.3 O FUTURO É INDÍGENA: A ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL NAS CONFERÊNCIAS DAS PARTES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O FUTURO DO MOVIMENTO INDÍGENA**

Da sigla em inglês ‘COP’ (Conference of the parties), é um grande evento anual promovido pela ONU, elaborada durante a Rio-92/Eco-92<sup>5</sup> e que entrou em vigor em 1994, para discutir e fomentar acordos para a mitigação das mudanças climáticas, tendo se consolidado como uma das conferências internacionais mais importantes das últimas décadas, contando com a participação de centenas de países (DE ARAÚJO; CARVALHO, 2012). Dentre as discussões promovidas anualmente pelas COPs, têm-se: o financiamento aos países subdesenvolvidos, a transição energética global e o controle das emissões de gases de efeito estufa para o controle da temperatura global (ONU, 2023). Portanto, estamos tratando de uma reunião de diversas lideranças políticas oriundas de todas as partes do mundo para discutir um tema que é cada vez mais urgente, motivo de comoção global para a própria sobrevivência humana nas próximas décadas e estratégico para a inserção dos povos indígenas na política internacional na medida em que estes povos muito têm a contribuir para o debate.

Sendo assim, os povos indígenas têm participações em conferências do clima desde os anos 1990, no entanto, sua participação estava limitada numericamente a alguns líderes que eram convidados para discursar sobre a temática indígena. Na ECO-92, por exemplo, Davi Kopenawa, Geraldo Yanomami e Levi Hewakalaxi estiveram presentes na conferência para representar o povo Yanomami. Nesta ocasião, os líderes Yanomami apresentaram uma carta, intitulada “Carta da Terra”, na qual relatam a apropriação de conhecimentos indígenas pelos “brancos”, a desunião dos povos indígenas que estava dificultando a organização de sua luta, bem como defendem que os povos indígenas não responsáveis pelo cuidado com a Terra e, por isso, precisam ter seus direitos e suas culturas respeitados, além de maior representação indígena em debates internacionais como este em questão (BANDEIRA, 2023; ISA, 1992). Dessa forma, o relato dos líderes Yanomami na Carta da Terra (1992) demonstram como os povos indígenas do Brasil estavam tendo dificuldade, nos anos de 1990, para organizarem sua luta, cenário este que acaba mudando com a criação da APIB na década seguinte.

---

<sup>5</sup> A Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC) surge a partir das articulações estabelecidas durante uma das maiores convenções sobre meio ambiente realizadas até então. O evento que popularmente ficou conhecido como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra ocorreu em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro e tinha como objetivo o estabelecimento de um compromisso global com a responsabilidade ambiental.

A partir deste ponto, os povos indígenas do mundo todo foram progressivamente se tornando mais ativos politicamente em conferências internacionais. Graças a esta atuação em conferências internacionais e no próprio sistema da ONU, os povos indígenas conquistaram dois feitos: o estabelecimento do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas no Conselho Econômico e Social no ano de 2000 e a nomeação de um Relator de Assuntos Indígenas da Comissão de Direitos Humanos em 2002 (BANDEIRA, 2023). Portanto, pode-se considerar a ECO-92 como uma virada de chave para as conferências e organizações internacionais no que se refere aos assuntos relativos aos povos originários e indígenas do mundo na medida em que estes grupos, os quais por muito tempo foram excluídos desses debates internacionais pela estrutura estadocêntrica das organizações e pelo histórico colonialista dos países que as integra, passaram a estar cada vez mais presentes nos debates internacionais e a causar adaptações estruturais em organizações como as Nações Unidas para que os assuntos indígenas deixassem de ser negligenciados ou apenas serem tratados e plano secundário.

As décadas seguintes de participação indígena nas conferências internacionais foram marcadas pela crítica à “economia verde” pelos povos indígenas. Um grande marco para esta crítica foi a Conferência Internacional dos Povos Indígenas sobre Desenvolvimento Sustentável e Autodeterminação, ocorrida em paralelo à Rio +20 no ano de 2012. Na ocasião, foi emitida uma declaração coletiva chamada de “Declaração Kari-Oca 2” a qual foi assinada por todas as lideranças presentes representando diversos povos indígenas de todo o mundo. Conforme defendido nesta conferência indígena paralela à Rio+20:

[...] Os objetivos da Conferência das Naciones Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) Rio+20, a "Economia Verde" e seu argumento de que o mundo somente pode "salvar" a natureza com a mercantilizar de suas capacidades de dar vida e garantir a vida como uma continuação do colonialismo que os Povos Indígenas e nossa Mãe Terra tem resistido durante 520 anos. A "Economia Verde" se promete erradicar a pobreza, mas na realidade somente vai favorecer e responder as empresas multinacionais e o capitalismo. Se trata da continuação de uma economia global baseada nos combustíveis fósseis, na destruição do meio ambiente mediante a exploração da natureza através das indústrias extrativistas, tais como a mineração, a extração e produção petrolífera, a agricultura intensiva de monoculturas e outras inversões capitalistas. Todos esses esforços estão encaminhados as ganâncias e a acumulação de capital por uns poucos.

Desde Rio 1992, nós como Povos Indígenas vemos que o colonialismo está sendo transformado na base da globalização do comércio e da hegemonia econômica capitalista mundial. Se vem intensificado a exploração e o roubo dos ecossistemas e biodiversidade do mundo, assim como a violação aos direitos inerentes dos povos indígenas. Nosso direito a livre determinação, a nossa própria governança e ao nosso desenvolvimento livremente determinado, nossos direitos inerentes as nossas terras, territórios e recursos estão cada vez mais atacados por uma colaboração de governos e empresas transnacionais. Ativistas e líderes indígenas que defendem seus territórios seguem sofrendo repressão, militarização, incluindo assassinatos, prisões, humilhações e classificação como “terroristas”. A violação de nossos direitos

coletivos enfrenta a mesma impunidade. O deslocamento forçado ou assimilação ameaça nossas futuras gerações, culturas, idiomas, espiritualidade y relação com a Mãe Terra econômica e politicamente (Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Rio+20 e Mãe Terra, 2012).

Este trecho da declaração além de trazer a defesa de pontos que estavam sendo discutidos ao longo dos ATLS, evidencia como a atuação nacional e internacional do movimento indígena afetam uma a outra. Assim como debates como o bem viver, que surgiu com os povos indígenas andinos, e a crítica à economia verde surgiram a partir da articulação entre o movimento indígena brasileiro e outros movimentos indígenas internacionais; a APIB passará a defender a demarcação e a regeneração dos territórios como a solução da crise climática global nos anos seguintes. Ademais, algo que este trecho não menciona, mas que é possível inferir sobre a mencionada economia verde e a violência enfrentada por ativistas e líderes indígenas é de como as soluções sistêmicas adotadas pelas Nações Unidas refletem o colonialismo pré-estabelecido. A COP enquanto o maior evento global sobre a questão climática é um reflexo do sistema colonial de poder na medida em que por muito tempo as vozes de ativistas do chamado “terceiro mundo” e de líderes indígenas eram limitadas a discursos pontuais, os quais muitas vezes não eram totalmente considerados no momento de tomada de decisão para se fechar um acordo. Com o passar dos anos, viu-se que muitas promessas que tinham sido feitas pelos países sequer haviam sido cumpridas ao passo que as populações da periferia global sofrem cada vez mais com as mudanças climáticas e com o “greenwashing” ou “maquiagem verde” adotada pelas multinacionais responsáveis pela destruição da natureza.

Trazendo para o âmbito da APIB e tendo em vista as estratégias de aldeamento da política e ampliação de suas redes de apoio, desde 2021, a APIB também contou com participação de comitiva própria nas Conferências das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) sob lema “Não Existe Solução para Crise Climática sem Terras e Povos Indígenas”. Esta inserção da APIB nos espaços de discussão política internacional possui grande importância na medida em que, discursando e participando das reuniões, as lideranças indígenas têm a possibilidade de influenciar o processo de tomada de decisão acerca das medidas globais para a contenção das mudanças climáticas de forma a alinhar a narrativa desta iniciativa global à sua própria luta pelo território, além de estabelecer novas conexões com lideranças políticas, movimentos sociais e outras organizações governamentais e não-governamentais internacionais. A carta publicada pela APIB na COP26 (2021) além de reforçar todos os pontos e reivindicações que estão sendo desenvolvidas ao longo dos ATLS (APIB, 2021), também funciona como um dossiê contendo diversos links para

outros documentos demonstrando como nos últimos anos a dinâmica neoextrativista tem impulsionado o genocídio indígena e a destruição das florestas e da biodiversidade, conforme trecho abaixo:

Terra Indígena é garantia de futuro para toda a humanidade. Nossa relação com o território não é de propriedade, exploração, expropriação ou apropriação, mas de respeito e manejo de um bem comum, que serve a toda humanidade como pólos de contenção das dinâmicas extrativistas que provocam a crise climática.

[...]

É fundamental, que o mundo compreenda que não existe solução para a cura da Mãe Terra que não tenha os pés no chão. Conectar-se com a terra, sentir suas necessidades, entender seus ciclos e seus desequilíbrios é fundamental para revertermos os danos causados nos últimos séculos pela sede de acumulação e descarte irresponsável, desigual e ecocida. O que sentimos em nossas aldeias, territórios protegidos a tanta custa, são os devastadores sintomas do apocalipse climático. O genocídio indígena e a contínua expropriação de nossos territórios por investidas legislativas e interesses predatórios é um claro sinal de que nossas terras são as últimas Reservas de Futuro. O massacre dos povos indígenas é um presságio da devastação irreversível que faz vítimas em florestas, bosques, campos, savanas, em todos os biomas por todo o mundo. Não contido, levará a todos os seres vivos um fim trágico, doloroso e injusto (APIB, 2021, p. 2).

Quando este trecho menciona os efeitos sentidos nos territórios frutos da devastação ambiental, ele expõe como os povos indígenas ao mesmo tempo que são os que mais imediatamente sofrem com os efeitos da devastação ambiental, como ao mesmo tempo são os principais responsáveis pela proteção dessas terras a partir do processo demarcatório. Assim, cura da Mãe Terra mencionada deveria ser pensada a partir da perspectiva da terra e daqueles que vivem com “os pés em seu chão”, isto é, aqueles que possuem um modo de vida ecocêntrico ao invés do antropocêntrico, que enxergue o cuidado com a terra como algo além da preservação de recursos naturais. No mais, este trecho também nos traz a tese defendida pela APIB nos últimos anos de que os territórios indígenas são “reservas do futuro”, sendo chaves para a resolução da problemática da crise ecológica e climática global por serem áreas preservadas e pelos povos indígenas terem conhecimentos de regeneração daquelas áreas que foram devastadas. Portanto, as Terras Indígenas cumprem um papel fundamental para o equilíbrio climático global, assim como os povos indígenas cumprem importante papel para a manutenção deste equilíbrio (APIB, 2021).

A partir deste trecho, a carta também denuncia que o governo da época estava adotando uma política de extermínio, com territórios individuais sendo invadidos por garimpeiros e madeireiros, além de territórios individuais estarem sendo cercados por fazendas de gado e de soja, contaminando rios e solos com agrotóxicos e comprometendo o equilíbrio ecológico de biomas como a Amazônia, o Pantanal (APIB, 2021). Este contexto reforça a importância de

haver lideranças indígenas presentes naquela conferência, assim como em muitas outras, para que estas populações que estão lutando contra este extermínio de um paradigma colonial e extrativista tenham voz para ao menos participar ativamente dos debates. No entanto, a APIB vai além e defende não apenas a inserção dessas lideranças indígenas nas conferências, mas que os povos indígenas do mundo inteiro possam ser inseridos nas tomadas de decisão e nas ações para a mitigação dos efeitos da crise climática; esta deseja incluir o reconhecimento e o investimento em capacitação do trabalho de brigadista indígena na proteção das florestas e a destinação de uma parcela maior dos investimentos feitos para o combate às mudanças climáticas para os povos indígenas, tendo em vista que, nos dias atuais, cerca de apenas 1% do orçamento global para mudanças climáticas é destinado para povos indígenas (APIB, 2021).

Dessa forma, a conclusão de que a carta nos traz é de que as Terras Indígenas, atualmente, representam parte dos ecossistemas que não foram devastados pela atividade extrativista e que por si só já possui povos que têm modos de vida que auxiliam a manutenção do equilíbrio ecológico por serem voltados para o cuidado com a Mãe Terra. Além disso, os países do Acordo de Paris, mencionado no documento, se preocupam em investir em alternativas sistêmicas e em fechar acordos que controlem a crise climática e ecológica em andamento no mundo, no entanto, estes países, por muito tempo excluíram dos debates e das ações uma parcela da população que está diretamente e concomitantemente sendo afetada e lutando para manter o equilíbrio da natureza. De acordo com o texto da carta, os povos originários e indígenas no mundo representam 5% da população mundial, em contrapartida, estão diretamente relacionados com a proteção de 80% da biodiversidade global. Portanto, o aldeamento da política posto em prática pela APIB não deve estar limitado à política nacional na medida em que sua atuação possui importância de impacto global.

Na mesma ocasião, a COIAB, organização indígena amazônica que compõe a APIB e também estava representada da COP26, também lançou uma carta-manifesto intitulada “Carta de Tarumã: Declaração dos Povos Indígenas da Amazônia brasileira frente à crise climática”, ressaltando a importância dos povos indígenas para as discussões sobre mudanças climáticas. O trecho que segue reforça o posicionamento da APIB ao tratar de justiça climática e atuação dos povos indígenas:

Chegamos ao ponto de não retorno. O recente relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), intitulado *Climate Change 2021: the Physical Science Basis*, demonstra de forma nítida que as mudanças climáticas causadas pela ganância do homem são irrefutáveis, irreversíveis e vão se agravar nos próximos anos e décadas se não tivermos ações práticas para alterar o quadro da crise climática, ambiental e social. De igual forma, mesmo se zerássemos

as emissões de gases de efeito estufa, já teríamos um aumento significativo na temperatura global, o suficiente para efeitos catastróficos.

Não há outro caminho a não ser reconhecer, fortalecer e promover o importantíssimo papel desempenhado por nós, povos indígenas, dentro dos nossos territórios. Para nós, falar em justiça climática é justamente pensar o destino das presentes e futuras gerações e dos que escolheram outras formas de sociedade, como os povos isolados e de recente contato que se encontram na Amazônia. Isto está atrelado à necessidade de se respeitar as diversidades. A cosmologia indígena que nos faz compreender os sinais da Mãe Terra impõe o dever de reconhecer o ecocídio, em que os rios, lagos, animais, florestas e seres cosmológicos que ali habitam são sujeitos de direitos como nós, seres humanos, e devem ser respeitados. Por isso, falar em crise climática requer necessariamente reconhecer a importância das terras indígenas, e de nós, povos indígenas, que damos a vida para proteger a floresta e sua biodiversidade, cumprindo um papel fundamental no equilíbrio climático, beneficiando, assim, toda a Humanidade (COIAB, 2021).

O trecho destacado menciona o ponto de não retorno, que se trata de efeitos irreversíveis causados pela ação antrópica na natureza, mas destaca que não é toda a humanidade que está causando essa destruição. Os povos indígenas e suas cosmologias lhes permitem acessar a esta natureza e seus recursos sem a mentalidade da exploração pelo lucro e isso lhes confere um importante papel neste processo de proteção e de regeneração. Mas a frente, no documento, a COIAB solicita o fortalecimento do Fundo Indígena da Amazônia Brasileira para que os povos indígenas da Amazônia não apenas consigam resistir às violências da economia extrativista, mas consigam fortalecer a proteção da floresta. No mais, o caso Amazônico destacado com a participação da COIAB é ainda mais significativo em abrangência territorial, tendo em vista que, na Amazônia brasileira dos dias atuais, vivem mais de 480 mil indígenas, sendo estes divididos em 178 diferentes povos que ocupam 23% de todo o território amazônico.

À mesma maneira que foi exigido ao governo brasileiro no ATL 2023, de garantir a participação indígena nas discussões envolvendo mudanças climáticas, a carta da APIB à COP26 solicita às nações a participação dos povos indígenas e de outras comunidades locais nos espaços de debate e instâncias decisórias de modo a incidir na definição de políticas e acordos internacionais na medida em que esta população é sub-representada ou totalmente ignorada nesses espaços. Em consequência desta atuação, a COP26 encerrou com um acordo histórico com investimento prometido de 1,7 bilhões de dólares de 2021 a 2025 de países como Reino Unido, Noruega, Alemanha, Estados Unidos e Países Baixos (HERNÁNDEZ , 2021) para proteger as florestas e viabilizar a atuação do povos indígenas como protetores do território e aliados na luta contra as mudanças climáticas; este acordo foi lembrado na COP27 pela APIB, que reforça a necessidade de uma iniciativa conjunta global envolvendo não apenas os governos, mas as comunidades locais e os povos indígenas para atuar na proteção da Mãe Terra

e contra as mudanças climáticas, também deixando claro que as discussões ambientalistas globais não devem dar destaque a apenas um bioma como é o caso da Amazônia, mas que deve ser observado a degradação de todos os biomas ao redor do mundo pois todos são importantes para os ciclos da Mãe Terra (APIB, 2021).

Durante a COP27, a APIB relembra desta promessa de 1,7 bilhões de dólares de investimento para os povos indígenas e o combate às mudanças climáticas e ressalta que apenas 19% deste orçamento foi realmente aplicado e, desses 19%, somente 7% foi destinado diretamente às organizações indígenas. Além desta cobrança em relação às processas feitas na conferência anterior, a APIB também defendeu no evento a obrigatoriedade das empresas produtoras de commodities de fornecerem a rastreabilidade de suas produções para garantir o respeito à biodiversidade e aos povos indígenas. Esta defesa da rastreabilidade da produção das commodities foi estrategicamente defendida na conferência tendo em vista os debates que estavam em voga no Parlamento Europeu a aprovação da lei antidesmatamento e a mudança de governo que iria ocorrer no Brasil no ano seguinte (2023) (APIB, 2022). Assim, a atuação da APIB nessas conferências internacionais possui uma postura bastante combativa em relação às cobranças para a efetivação dos compromissos feitos e na defesa dos seus territórios enquanto a solução para a crise climática.

No ano seguinte, durante a COP28, a APIB reforçou a campanha “Emergência Indígena”, iniciada no ano de 2020, para sinalizar que, apesar da mudança de governo e das vitórias que movimento indígena teve com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e com a nomeação de uma presidente indígena para a FUNAI, os povos indígenas seguem ameaçados no Brasil, tanto em ameaças físicas de invasão de terra, assassinatos de indígenas e impactos de atividades extrativistas; como também ameaças legislativas de um Congresso Nacional com uma forte representação de setores extrativistas como do agronegócio e da mineração. Em relação às ameaças legislativas, a APIB denunciou que representantes do executivo e do legislativo possuem cerca de 96 mil hectares de terras sobrepostas a Terras Indígenas e estes mesmos políticos receberam financiamento de campanha de ruralistas em suas respectivas campanhas eleitorais em um verdadeiro aparelhamento dos poderes do Estado para a continuidade do modelo colonial de exploração e de destruição da natureza e de genocídio dos povos indígenas (APIB, 2023). Assim, as denúncias levadas à COP28 pela APIB intencionaram acender um alerta internacional para que continuem acompanhando a luta indígena no Brasil na medida em que havia (e ainda há quando esta dissertação está sendo escrita) a expectativa que o Governo Lula iria intervir na questão ambiental e indígena para que os anos que

seguissem o cenário fosse mais positivo do que estava sendo registrado ao longo do governo anterior.

O reforço desta campanha é acompanhado de um manifesto no qual é refeito um histórico de 500 anos de colonização e todos os processos que os povos indígenas precisaram sobreviver para chegar aos dias atuais e estarem vivendo a retomada de um governo de denominação progressista, o qual já anunciou a retomada dos investimentos em infraestrutura e megaprojetos do chamado “PAC III” e possui um grande desafio de governabilidade frente a um Congresso Nacional majoritariamente conservador e ruralista. O documento encerra cobrando medidas do governo como a demarcação e a proteção das terras indígenas, sobretudo aquelas sob ataques, solicitando apoio para o fortalecimento das bases do movimento indígena e a implementação a obrigatoriedade do ensino de história indígena e afro-brasileira em todas as redes de ensino (APIB, 2023). Portanto, apesar de a imagem internacional do Brasil ter sido mudada com a saída de Bolsonaro e a volta de Lula da Silva, sendo, inclusive, fonte de muito otimismo acerca da questão climática na COP27; na COP28, a APIB se preocupa de demonstrar que a luta do movimento indígena ainda está longe de encerrar.

Além disso, a COP 28 também representou um marco histórico para os povos indígenas do mundo todo por ter sido a conferência com maior participação indígena de toda a série histórica das COPs, sendo a delegação da APIB a maior delegação indígena de todos os países presentes. Na ocasião, a ministra dos povos indígenas Sônia Guajajara também assumiu a presidência da delegação brasileira e em sua intervenção defendeu a importância dos povos e dos territórios indígenas no combate às mudanças climáticas e pontuou que o reconhecimento dos saberes indígenas como saberes científicos na COP 21 (2015) foi de suma importância para o crescimento da participação desses povos nas conferências do clima chegando até a COP 28 quando atingiu-se o número recorde de mais de 300 indígenas de diversos países sendo integrados às discussões globais sobre mudanças climáticas. Além disso, a ministra sinalizou feitos do seu novo ministério como a demarcação de 8 terras indígenas no período de oito meses, a desinversão de terras indígenas ameaçadas por invasores e o relançamento da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas; também ressaltando grande expectativa geral para a COP30, a qual deve ocorrer em 2025 em Belém do Pará (PLANALTO, 2023; MPI; 2023).

Nesse contexto, a APIB vem marcando presença em todas as COPs com comissão própria desde o ano de 2021 e sua participação tem sido marcante pelas contínuas denúncias das violências e das ameaças que os povos indígenas do Brasil têm enfrentado; pelas críticas

às soluções de desenvolvimento sustentável sem reais mudanças no sistema de produção e de consumo, funcionando apenas como uma nova maneira de mercantilizar a natureza (como o caso dos créditos de carbono); pela cobrança às nações pelo cumprimento de suas promessas feitas nas conferências e pelos discursos que contrabalançam os discursos presidenciais que buscam firmar uma imagem sustentável para a economia brasileira. Com isso, é possível afirmar que a APIB, desde 2021, entrou em um novo momento de sua atuação agora tendo o ambiente internacional também como um espaço de aldeamento. Enquanto os acampamentos seguem sendo as principais mobilizações nacionais e os espaços de encontro dos povos para sua organização de base; as participações nas COPs parecem ter se tornado um evento anual desde 2021, evento neste que a APIB se projeta como uma via de solução para o combate às mudanças climáticas buscando trazer o protagonismo desta pauta global para as comunidades que estão sendo diretamente afetadas e, ao mesmo tempo, lutam para a proteção da natureza.

Além disso, a participação da APIB nas COPs também já teve um perfil de contraponto ao discurso oficial do governo brasileiro durante o governo Bolsonaro, o que, com a mudança de governo, este tom denunciativo acompanhado de um apelo de emergência indígena, tendo em vista que internamente houve um corte total nas negociações que ocorriam com o poder executivo. Com a mudança de governo, o tom do discurso da APIB apesar de não deixar de ser denunciativo, já assume um caráter de cobrança do governo atual concomitantemente à intenção de uma colaboração maior, isto é, a união da força dos povos indígenas com o governo brasileiro para um problema de grande importância como as mudanças climáticas. Trata-se de uma via de mão dupla, ao mesmo tempo que o povos indígenas seguem reivindicando e lutando para garantir seus direitos, eles lutam pelo cuidado com a Mãe Terra). Esta mudança de tom demonstra, por exemplo, conquistas do movimento indígena no aldeamento da política, por exemplo, durante a COP 28, como mencionado, a delegação brasileira foi presidida pela ministra Sônia Guajajara, porém, haverá de ser observado nos próximos anos se esta conquista conseguirá ser mantida tendo em vista que o próprio Ministério dos Povos Indígenas ainda é algo muito novo e que somente o tempo poderá demonstrar se esta pasta conseguirá se consolidar nos governos seguintes.

A conquista do MPI ainda é bastante frágil em termos de consolidação como política de estado tendo em vista que em seu primeiro ano esta pasta esteve bastante isolada das demais, tendo um orçamento muito curto e não possuindo servidores próprios, utilizando corpo técnico “emprestado” de outras pastas além da participação de lideranças indígenas. Além disso ainda há terras indígenas pendentes de homologação que estão somente no aguardo da assinatura do

presidente Lula da Silva, o que tem gerado certo desconforto em relação aos povos indígenas a quem lhes foi prometida a homologação de todas as terras que já haviam passado pelas etapas de identificação e de estudo (MARTINS, 2024). Portanto, assim como a APIB vem lutando pela efetivação dos direitos que foram conquistados na promulgação da CF de 1988, ela precisará seguir na luta pela consolidação da pasta indígena no governo atual e nos governos seguintes tendo em vista que a estrutura do governo e do Estado brasileiro ainda é bastante permeada pelo racismo, pelo pensamento moderno-colonial e pela reprodução do modelo extrativista de exportação.

Em relação aos anos que seguirão do atual mandato de Lula da Silva, deve haver uma continuidade do perfil neoextrativista enquanto um modelo desenvolvimentista socioeconômico, com a retomada dos grandes investimentos em megaprojetos de infraestrutura e de exploração extrativista ao mesmo tempo em que deve haver maior visibilidade e consulta dos povos indígenas tendo em vista a atuação do Ministério dos Povos Indígenas. Assim, os próximos anos serão decisivos para a luta dos povos indígenas, bem como para a luta contra as mudanças climáticas. Progressivamente, conforme visto ao longo deste capítulo, a APIB logrou se consolidar como a principal organização aglutinadora do movimento indígena Brasileiro, bem como consolidou os Acampamentos Terra Livre como uma forma de resistência ao paradigma colonial extrativista, sendo um meio de organização do movimento e de mobilização para exigir suas demandas em relação ao Estado. Agora, a APIB também utiliza do espaço de conferências internacionais como a COP para aldear a política global e se consolidar como um agente internacional relevante para as discussões sobre mudanças climáticas, o que provavelmente lhes possibilitarão ter uma rede de influência ainda maior nos próximos anos.

Este capítulo, em complemento ao que foi exposto no capítulo anterior, demonstra como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil é fruto de um longo histórico de lutas das populações indígenas que vivem no território brasileiro, desde a sobrevivência ao projeto colonial, perpassando pelas primeiras assembleias indígenas, primeiras organizações formais e até se consolidar como a principal organização do movimento indígena no Brasil. Nestes mais de 20 anos de existência, a APIB logrou consolidar sua estrutura organizacional, bem como o aperfeiçoamento técnico das lideranças indígenas e a instituição da maior mobilização indígena do Brasil que ocorre anualmente em Brasília, o Acampamento Terra Livre. Sua projeção internacional por meio da participação em conferências como as COPs está consolidando mais uma frente de atuação do movimento indígena e fazendo isso de maneira que a população global

veja a importância da existência e do trabalho das comunidades indígenas para o equilíbrio climático-ecológico global, bem como para o bem-estar de toda a humanidade.

Com isso, nota-se que os resultados obtidos na discussão realizada por meio da análise dos dados dispostos neste capítulo confirmam a hipótese levantada no capítulo introdutório desta pesquisa de que, atualmente, a APIB tem atuado em suas frentes doméstica (nos ATLS) e internacional (nas COPs) no sentido de ocupar espaços políticos e denunciar a destruição da natureza e os episódios de violência que os povos indígenas enfrentam, posicionando-se como uma alternativa viável para a resolução da crise climática-ecológica. Com isso, a APIB projeta uma agenda indígena pautada na perspectiva do indígena como guardião da Mãe Terra, sendo peça fundamental para o controle da crise climática-ecológica que tanto está afligindo a população mundial. Dessa forma, os povos indígenas conseguem trazer os olhares de líderes políticos internacionais para a importância da demarcação de suas terras ao mesmo tempo que conseguem se projetar para o centro dos debates que buscam soluções para esta problemática, deixando de estar à margem das tomadas de decisão que os afetam.

Para tanto, a APIB enquanto uma instância aglutinadora de outras organizações indígenas e representante de diversos povos perante outros povos, considerando sua atuação internacional, talvez seja o melhor exemplo para se trabalhar o conceito de negociações cosmopolíticas. Suas lideranças diariamente precisam estabelecer conexões entre distintas cosmovisões dos povos indígenas de todo o Brasil, precisando ser capazes de aglutinar suas demandas dentro de uma agenda unificada de mobilizações que fará outras negociações cosmopolíticas com os povos modernos-ocidentais (novamente levando em consideração sua atuação doméstica e internacional). Portanto, o trabalho da APIB nessas duas décadas de atuação é excepcional por conseguir estabelecer a conexão entre todos esses mundos e ter logrado organizar uma luta que vem obtendo resultados positivos nos últimos anos apesar de todos os ataques e de todas as violências que os povos indígenas do Brasil ainda sofrem pelas indústrias extrativas, pelos governos e pelo legislativo.

Ademais, os dados também confirmam a intrínseca relação entre o projeto colonial de poder, o (neo)extrativismo e a destruição para a socionatureza. Assim, os povos indígenas entram neste debate por meio de negociações cosmopolíticas que articulam o conhecimento científico com o conhecimento ancestral indígena para que seja possível construir pontes entre estes mundos de forma a buscar uma solução para esta problemática global envolvendo uma crise ecológica-climática. A partir das denúncias analisadas por esta dissertação, nota-se a clareza que as lideranças indígenas possuem em afirmar que o projeto colonial nunca teve fim

para eles, bem como que o extrativismo é o principal responsável pelas violências que os povos indígenas sofrem e que não há solução para a crise climática sem suas contribuições para o processo de regeneração da natureza. No mais, a organização de base que a APIB está logrando manter e o investimento nas habilidades técnicas de suas lideranças tem lhe trazido conquistas importantes nesses últimos dois anos.

Sendo assim, nos próximos anos, a APIB continuará investindo na estratégia de aldeamento da política, buscando ocupar mais cadeiras no legislativo e continuar participando do governo, sobretudo nos órgãos responsáveis pela gestão da política indigenista e, tudo isso, ao mesmo tempo em que deve aumentar sua participação em conferências internacionais para além da COP e expandir sua rede de apoio internacional. O Ano de 2026, ano de eleições gerais no Brasil, provavelmente será um ano decisivo para que este aldeamento da política nacional continue tomando os rumos pensados pela APIB, pois uma eventual mudança de governo para um governo conservador e neoliberal representaria uma outra interrupção no progresso conquistado nesses últimos anos e daí a importância da consolidação de mais de uma frente de luta (nacional e internacional). Por fim, o movimento indígena brasileiro está no caminho de consolidar a APIB como um importante agente coletivo de transformação da realidade socioambiental global tendo em vista que, com o passar dos anos, sua atuação internacional em defesa de suas cosmologias e da Mãe Natureza está cada vez mais aprimorada tecnicamente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de relações internacionais é profundamente moldada pelo pensamento moderno-ocidental, sobretudo do núcleo anglo-saxão de produção científica, e, muitas vezes, limita-se a uma visão estadocêntrica a depender da abordagem teórica utilizada. Indo de encontro com isso, essa pesquisa buscou dar luz a uma temática que, por muito tempo, foi marginalizada pelos estudos dessa área: a atuação coletiva dos povos indígenas e a interconexão das lutas regionais e globais dessas populações. Assim, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil em sua atuação nos Acampamentos Terra Livre e nas Conferências das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas foi posta na centralidade das discussões desenvolvidas ao longo do trabalho, demonstrando como seu trabalho é extremamente complexo, envolvendo resistência ao paradigma colonial-neoextrativista, negociações cosmopolíticas, discussões sobre mudanças climáticas e muitos outros temas não puderam ser trazidos de forma mais detalhada nesta dissertação devido ao seu escopo.

O capítulo teórico foi dedicado ao cumprimento do primeiro objetivo específico, realizando uma revisão de literatura da disciplina de relações internacionais com foco na Teoria Decolonial e dos Debates Pós-extrativistas em associação com o pensamento indígena latino-americano. Evidentemente, o esforço de definir o que seria o pensamento indígena latino-americano é uma tarefa árdua e torna-se impossível que condensar tamanha diversidade de cosmologias e pensamentos em uma sessão de capítulo, porém os textos trazidos para o debate puderam elucidar o ponto chave deste objetivo específico da pesquisa: entender as relações outras que povos indígenas desenvolvem com suas comunidades e com o meio no qual estão inseridos. Estas relações outras, advindas das cosmologias indígenas, inevitavelmente se esbarram com o que este estudo definiu como paradigma colonial extrativista nas duas primeiras sessões e daí a importância do encontro desses três pilares teóricos que formaram a discussão deste capítulo.

Com este capítulo, foi possível compreender como a luta dos povos indígenas no presente está diretamente conectada com o passado colonial, assim como o modelo econômico neoextrativista também está. Dentre as heranças coloniais que interconectam estes fenômenos podemos citar o racismo, a dependência econômica do Sul em relação ao Norte, o domínio econômico que o Norte exerce em relação ao Sul e a hierarquização dos povos com base na diferença cosmológica entre o mundo moderno-ocidental e os mundos indígenas.

O capítulo seguinte forneceu uma contextualização histórica do surgimento do movimento indígena Brasileiro e os desdobramentos até o surgimento da APIB, cumprindo o segundo o segundo objetivo específico. Neste capítulo, o leitor pode entender que o movimento indígena brasileiro organizado surge a partir de assembleias organizadas durante o período da Ditadura Militar, posteriormente originando as primeiras organizações indígenas que lutaram por maior visibilidade das demandas desses povos, conseguindo levá-los até a constituinte que seria responsável pela escrita da Constituição cidadã de 1988. Essa constituição marcou uma grande vitória para o movimento indígena ao conferir-lhes um capítulo inteiro dedicado aos “Direitos dos Índios”. Neste momento pós-redemocratização, esperava-se que, finalmente, os direitos dos povos indígenas fossem plenamente respeitados e atendidos, o que não se tornou uma realidade tendo em vista a continuidade dos indicadores de violência, de exploração ilegal de recursos naturais de suas terras e invasões. Na virada do século XXI, foram organizadas algumas mobilizações pelos direitos indígenas, uma delas sendo o primeiro Acampamento Terra Livre, no qual a APIB foi criada, o que nos levou ao capítulo seguinte.

O último capítulo dedicou-se a mergulhar mais afundo no problema da investigação ao analisar os dados levantados acerca da atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil nos Acampamentos Terra Livre e nas Conferências do Clima. A partir da análise dos documentos é possível notar um aperfeiçoamento técnico dos textos e dos discursos produzidos pela APIB ao longo dos acampamentos, bem como a ampliação do seu escopo de trabalho. Enquanto os primeiros ATLS centraram na questão da demarcação de terras, desintração, saúde e educação indígenas; as últimas edições já estavam engajadas de discutir sustentabilidade, mudanças climáticas e planos de governo. Da mesma forma que nos primeiros anos de atuação da APIB não parecia ser um objetivo das lideranças fazer parte dos poderes executivo e legislativo, ao passo que, nos últimos anos, o aldeamento da política se tornou um ponto chave para a estratégia de resistência da APIB.

Esta estratégia de aldeamento da política concomitantemente à projeção internacional da APIB surge justamente no período mais conturbado da história recente do movimento indígena: o governo Bolsonaro. Durante este período, o diálogo entre as lideranças indígenas e o governo foi totalmente cortado ao passo que as ameaças legislativas e a negligência do governo federal se tornaram cada vez mais evidentes, sobretudo com o contexto da Pandemia da COVID-19. Com isso, tornou-se um movimento natural a APIB passar a ampliar sua rede de apoio por meio da internacionalização de sua atuação e a iniciativa de lançar diversas candidaturas indígenas ao legislativo nas eleições de 2022. Com a mudança de governo, a APIB

obteve novas conquistas como duas candidaturas legislativas nacionais vencedoras, a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a presidência da FUNAI; todos estes cargos ocupados por mulheres indígenas da APIB e, do que depender delas, este é apenas o começo.

Esta projeção internacional não deve ser vista somente pela ótica da atuação nas COPs ou em campanhas pontuais que a APIB promove no exterior, tendo em vista que os próprios ATLS têm contado com a presença de comitivas internacionais de movimentos sociais, partidos políticos e embaixadores e painéis como o de Mudanças Climáticas se propõem a discutir uma questão global a partir do contexto local desses povos. Assim, a APIB não se limita a discutir apenas a forma como o Brasil planeja suas políticas para os povos indígenas que vivem em seu território, mas como as nações do mundo estabelecem seus acordos econômicos e como isso impacta diretamente na socionatureza. Portanto, pode-se considerá-la como um importante agente coletivo internacional, com grande potencial transformador por meio das negociações e dos intercâmbios cosmopolíticos, mas que ainda luta para consolidar-se nestes espaços políticos (conferências internacionais) que ainda é fortemente marcado pelo estadocentrismo, pelo pensamento moderno-colonial e pelo racismo.

Nesse sentido, o problema desta investigação centrou-se em compreender como nestas atuações doméstica (nos acampamentos) e internacional (nas conferências do clima), a APIB vem exercendo sua estratégia de resistência à colonialidade e ao neoextrativismo. Confirmando a hipótese disposta no capítulo introdutório, constata-se que a APIB tem atuado nestes dois âmbitos (doméstico e internacional) no sentido de ocupar espaços políticos e denunciar a destruição da natureza e os episódios de violência contra os povos indígenas, posicionando-se como uma alternativa viável para a resolução dos principais problemas climáticos-ambientais globais. Sua atuação entrelaça o doméstico e o internacional, o conhecimento científico-moderno e os saberes ancestrais, o passado colonial e o futuro indígena (como é defendido pela APIB), o mundo indígena e o mundo ocidental. Como resultado disso, vê-se a projeção de uma agenda indígena na política global com um grande potencial transformador tendo em vista suas propostas para a solução da crise ecológica-climática.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi cumprido ao longo do cumprimento dos objetivos específicos em cada capítulo, atendendo à resposta da pergunta problema e confirmando a hipótese levantada. Com isso, este trabalho contribui para as produções científicas em relações internacionais ao buscar aproximar o conhecimento científico aos saberes ancestrais indígenas, tendo em vista o grande potencial de contribuição intelectual que os povos indígenas podem fazer sobretudo no que diz respeito aos cuidados com a Mãe Terra.

As mudanças climáticas e a crise ecológica que a humanidade vem enfrentando é a grande questão do século XXI e que está movimentando nações, corporações e povos a pensarem como fazer com que o planeta não colapse. Temos, de um lado, corporações multinacionais buscando novas formas de explorar os recursos naturais e de gerar novas maneiras de especular capitalização (como o caso dos créditos de carbono); de outro, temos os governos mundiais negociando acordos para limitar a destruição da natureza, mas ao mesmo tempo buscando formas de seguir o paradigma desenvolvimentista pautado no crescimento econômico. No entorno disso, temos a luta de diversos ativistas, organizações não governamentais, movimentos sociais e povos originários-indígenas para provocar uma transformação ainda maior da política-economia global rumo a uma socionatureza mais equilibrada ecologicamente e economicamente.

Outra contribuição que esta pesquisa fornece ao campo das relações internacionais é a defesa da incorporação do(s) pensamento(s) indígena(s) ao arcabouço teórico da disciplina. Como foi debatido, a disciplina de RI é predominantemente anglo-saxã, tendo em vista que seus principais teóricos têm origens no Norte Global, sobretudo dos Estados e do Reino Unido. Sendo assim, é de extrema importância o exercício teórico de trazer o pensamento indígena latino-americano para pensar as relações internacionais do continente como um exercício próprio de descolonização do pensamento. Teóricos mais conservadores podem questionar a inserção desses pensamentos como teoria de relações internacionais propriamente dita, porém se o campo trouxe para si obras como as de Maquiavel, Tucídides e Hobbes; as quais não foram escritas para o campo de RI, mas possuem contribuições teóricas importantes para se pensar a política internacional; não há por que não trazer Krenak, Kopenawa, Macas e muitos outros pensadores indígenas para entender como eles contribuem para o pensamento em RI.

Este estudo também abre outras possibilidades de investigação, tendo em vista os diversos níveis de atuação da Articulação dos Povos Indígenas. Por exemplo, a diplomacia indígena que ocorre nos Acampamentos Terra Livre entre as lideranças de diversos povos que se reúnem para discutir e negociar os rumos da atuação da APIB com base em todo o contexto nacional para formar uma agenda unificada. Isto é, considerando os diversos povos como nações indígenas e os acampamentos como as grandes assembleias dessas nações, há muitas negociações e disputas políticas que ocorrem até que seja construída uma estratégia unificada para os povos indígenas de todo o Brasil. Nos capítulos anteriores não foi trazido este tema para que não houvesse desvio de foco do escopo proposto, porém, a análise dos vídeos dos ATLS 2020 e 2021 acabaram evidenciando algumas discordâncias e assimetrias entre alguns povos e

lideranças que se colocam como representantes de todos os povos indígenas. Sem dúvidas, esta seria uma pesquisa bastante interessante de ser desenvolvida, porém a dificuldade estaria em ter acesso as discussões que ocorrem nos bastidores entre essas lideranças.

Outra possibilidade de estudo derivado deste seria a investigação acerca do conceito de aldeamento da política, que tanto vem sendo mencionado pelas lideranças da APIB. Este conceito parece ser algo maior do que simplesmente uma analogia da ocupação de espaços políticos pelas lideranças indígenas, parecendo se tratar de algo maior como transformar a própria política por meio das negociações cosmopolíticas, algo como uma refundação do próprio conceito de política. Conforme visto nos documentos analisados, nenhuma liderança da APIB definiu um conceito fechado para o aldeamento da política, porém sempre que este termo aparece nos discursos ele estava acompanhado de um discurso com intenção de transformar o perfil moderno-colonial da política por meio da inserção das perspectivas indígenas. Portanto é uma ideia com bastante potencial teórico, assim como o Bem Viver.

Por fim, entendemos, ao final desta dissertação, que a América Latina está mergulhada em um paradigma colonial e extrativista o qual tem suas origens na criação das primeiras colônias pelas Coroas Ibéricas e foi responsável pela formação de economias dependentes do extrativismo de exportação para atender as demandas dos países colonizadores. Séculos mais tarde estes países colonizadores se autodenominariam “desenvolvidos”, contrastando com aqueles países que foram explorados durante séculos por eles, tornando-se “subdesenvolvidos”. Da mesma maneira que o Projeto Colonial assumia a missão civilizatória como justificativa para as atrocidades cometidas contra as populações nativas e com a natureza que era rasgada para extrair os recursos contidos, o desenvolvimentismo torna os países desenvolvidos – enriquecidos com os séculos de exploração colonial – como modelos de sociedade moderna que buscam “desenvolver” os países do chamado “terceiro mundo”. Assim, para que estes países subdesenvolvidos pudessem experienciar o crescimento econômico e a modernização aos moldes ocidentais, precisava sacrificar seus recursos naturais, explorando-os e exportando-os para que os países desenvolvidos comprassem estes recursos para transformá-los em mercadorias de maior valor agregado.

Eis que, na virada do século XXI, ocorre o chamado “boom das commodities”, no qual os países latino-americanos viram a oportunidade de aproveitar o aumento do preço desses produtos primários para obter ganhos econômicos e atingirem (ou tentarem atingir) o mesmo nível de desenvolvimento dos países ricos. Coincidentemente, isso ocorre em um momento que diversos países da América Latina estavam experienciando governos autodenominados de

progressistas, os quais passaram a utilizar do extrativismo como uma forma de obter crescimento econômico, redistribuição de renda e investimentos em infraestrutura. Neste modus operandi, a expansão da fronteira extrativista avançou drasticamente, aumentando o número de conflitos socioambientais, bem como a devastação ambiental. Dentre os principais afetados estão os povos indígenas, os quais têm sido constantemente ameaçados por este paradigma colonial extrativista na medida em que as invasões de seus territórios culminam em danos ao seu modo de vida, em assassinatos, em disseminação de doenças, em contaminações, dentre outras consequências.

Com isso, os povos indígenas do Brasil têm se unido no entorno da APIB como uma forma de organizar sua luta em resistência a este paradigma colonial extrativista. Nas últimas duas décadas a APIB consolidou os Acampamentos Terra Livre como uma grande assembleia e mobilização indígena a nível nacional e, mais recentemente, tem expandido suas atividades para conferências internacionais como as Conferências das Partes das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Com estas duas frentes, a APIB articula o local com o global por meio da ocupação de espaços políticos na defesa dos direitos dos povos indígenas, dos seus territórios e de suas cosmologias. Este movimento chamado aldeamento da política logrou conquistas recentes como a criação do Ministério dos Povos Indígenas, além de maior presença indígena no governo e na FUNAI, porém ainda há muitos entraves orçamentários e de articulação política para que estas conquistas tragam frutos da forma que os povos indígenas almejam. Há que se acompanhar nos próximos anos como serão os desdobramentos deste aldeamento da política, a luta continua na esperança de que o paradigma colonial extrativista, bem como o racismo e a destruição da natureza sejam superados. *O futuro é indígena.*

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Juan Francisco. Buen vivir y derechos de la naturaleza en tiempos de crisis ambiental; es el ecocentrismo una opción viable en los derechos humanos? El caso de la “revolución ciudadana” de Ecuador (2007-2017). 2017.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. Editora Elefante, 2019.
- ALFRED, Taiaiake; CORNTASSEL, Jeff. Being Indigenous: Resurgences against contemporary colonialism. *Government and opposition*, v. 40, n. 4, p. 597-614, 2005.
- ANDRADE, Ugo M. . PAC, índios e duas tragédias anunciadas. In: V REA / XIV ABANNE, 2015, Maceió. Anais da V REA / XIV ABANNE. Maceió, 2015. v. 1. p. 278-295. Disponível em: [https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gt31\\_a.php](https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gt31_a.php). Acesso em: 09 Jan. 2024.
- APIB OFICIAL. Mesa Mudanças climáticas. Youtube, publicado em 09 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q9isnpmVASA>. Acesso em 16 mar. 2024.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2004, 2004. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2005, 2005. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2006, 2006. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2007, 2007. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2008, 2008. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2009, 2009. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2010, 2010. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2011, 2011. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2012, 2012. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2013, 2013. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2014, 2014. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2015, 2015. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.
- APIB. Acampamento Terra Livre 2016, 2016. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.

APIB. Acampamento Terra Livre 2017, 2017. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.

APIB. Acampamento Terra Livre 2018, 2018. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.

APIB. Acampamento Terra Livre 2019, 2019. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.

APIB. Acampamento Terra Livre 2020, 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.

APIB. Acampamento Terra Livre 2021, 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.

APIB. Acampamento Terra Livre 2022, 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.

APIB. Acampamento Terra Livre 2023, 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/> . Acesso em 26 jun. 2023.

APIB. Alerta Congresso: ATL 2022 lança carta aberta contra o PL 191, da frente parlamentar das organizações indígenas. APIB Notícias, Brasília, 5 abr. 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/04/05/alerta-congresso-atl-2022-lanca-carta-aberta-contra-o-pl-191-da-frente-parlamentar-das-organizacoes-indigenas/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

APIB. Apib lança campanha Emergência Indígena na COP28 e faz cobrança internacional para a importância das Terras Indígenas no futuro climático global. APIB Notícias, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/11/29/apib-lanca-campanha-emergencia-indigena-na-cop28-e-faz-cobranca-internacional-para-a-importancia-das-terras-indigenas-no-futuro-climatico-global/>. Acesso em 15 fev. 2024.

APIB. ATL 2022: Povos Indígenas unidos, movimento e luta fortalecidos. APIB Notícias, Brasília, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/04/14/atl-2022-povos-indigenas-unidos-movimento-e-luta-fortalecidos/>. Acesso em 07 fev. 2024.

APIB. Carta Aberta do Acampamento Terra Livre 2023: Povos Indígenas Decretam Emergência Climática, Brasil, 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/04/26/povos-indigenas-decretam-emergencia-climatica-no-atl-2023-em-brasilia/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

APIB. Comitiva de lideranças indígenas irá à Europa denunciar violações no Brasil. APIB Notícias, Brasília, 09 out. 2019. Disponível em: <https://apiboficial.org/2019/10/09/comitiva-de-liderancas-indigenas-ira-a-europa-denunciar-violacoes-no-brasil/>. Acesso em 07 fev. 2024.

APIB. COP27: APIB pauta demarcação no Egito e reforça agenda de mudanças climáticas para Governo Lula. APIB Notícias, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/11/04/cop27-apib-pauta-demarcacao-no-egito-e-reforca-agenda-de-mudancas-climaticas-para-governo-lula/>. Acesso em 7 fev. 2024.

APIB. COP27: Demarcar Terras e Mentes para o futuro do planeta. APIB Notícias, 14 nov. 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/11/14/cop27-demarcar-terras-e-mentes-para-o-futuro-do-planeta/>. Acesso em 15 fev. 2024.

APIB. DOCUMENTO FINAL ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2020. Brasília, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/04/documento-final-atl-2020.pdf>. Acesso em 19 mar. 2024.

APIB. Dossiê Internacional de denúncias dos Povos Indígenas do Brasil, 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/publicacoes/>. Acesso em 10 nov. 2023.

APIB. Emergência Indígena: Direitos não se negociam. APIB Notícias, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/11/14/emergencia-indigena-direitos-nao-se-negociam/>. Acesso em 15 fev. 2024.

APIB. Falas da Coordenação da APIB sobre o ATL 2020. Facebook, publicado em 27 abr. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/apiboficial/videos/233071361258361/>. Acesso em 16 mar. 2024.

APIB. Genocídio Legislado: Congresso derruba vetos, aprova lei do Marco Temporal e outros crimes contra povos indígenas. APIB Notícias, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/12/14/genocidio-legislado-congresso-derruba-vetos-aprova-lei-do-marco-temporal-e-outros-crimes-contr-povos-indigenas/>. Acesso em 7 fev. 2024.

APIB. Levante Indígena. 2021. Disponível em: Levante indígena - Casa Ninja Amazônia ([casaninjaamazonia.org](http://casaninjaamazonia.org)). Acesso em 07 fev. 2024.

APIB. Lideranças Indígenas Regionais de Base. Facebook, publicado em 27 abr. 2020. Disponível em: [https://www.facebook.com/apiboficial/videos/228609978233404/?ref=embed\\_video&t=5215](https://www.facebook.com/apiboficial/videos/228609978233404/?ref=embed_video&t=5215). Acesso em 16 mar. 2024.

APIB. Não há solução para a Crise Climática sem nós, 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/cop26/>. Acesso em 23 jun. 2023.

APIB. Nota da Apib sobre a repressão contra manifestação pacífica em frente a sede da FUNAI. APIB Notícias, Brasília, 17 jun. 2021. Disponível em Nota da Apib sobre a repressão contra manifestação pacífica em frente a sede da FUNAI | APIB ([apiboficial.org](http://apiboficial.org)). Acesso em 07 fev. 2024.

APIB. O acampamento Terra Livre. Revista ATL 2022, 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/atl2022/>. Acesso em 23 jun. 2023.

APIB. O futuro indígena é demarcar HOJE! APIB Notícias, Brasília, 28 abr. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/04/28/o-futuro-indigena-e-demarcar-hoje/>. Acesso em 07 fev. 2024.

APOINME. APOINME somos nós. In: APOINME. [S.l.], 200-. Disponível em: <https://apoinme.org/quem-somos/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

ARRAES, Virgílio Caixeta; GEHRE, Thiago. Introdução ao estudo das relações internacionais. 1. ed. [S. l.]: Saraiva Uni, 2013. 128 p. ISBN 8502199684.

ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. Introdução ao estudo das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013.

ARRUDA FILHO, Emílio J M; FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Planejamento da Pesquisa Científica. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 168 p. ISBN 9788522495344.

AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virginia Marcos. Senhores destas terras: os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias. Atual Editora, 1992.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. Dados, v. 60, p. 505-540, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista brasileira de ciência política, p. 89-117, 2013.

- BANDEIRA, Marina Mascarenhas. *Paradiplomacia indígena: a atuação sociopolítica dos povos indígenas no cenário internacional*. 2023.
- BARBOSA, João Mítia Antunha; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. Uma revoada de pássaros: o protagonismo indígena no processo Constituinte. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 10, n. 20, p. 175-196, 2018.
- BARRETO, Marcos Rodrigues; EITERER, Edylane. Memórias indígenas na ditadura: cárcere e tortura no reformatório Krenak. In: *Anais do VII Congresso Internacional de História/XXXV Encuentro de Geohistória regional/XX Semana de História: Maringá*. 2015.
- BATTESTIN, Cláudia; BONATTI, Jailson; QUINTO, Jeanice Rufino. A colonização e resistência dos povos originários da América Latina. *Revista Fórum Identidades*, 2019.
- BERLINCK, Fernanda; OLIVEIRA, Marih. Como o Brasil saiu do mapa da fome em 2014, mas voltou a ter índices elevados de miséria. *G1*, [S. l.], p. 1-2, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/27/como-o-brasil-saiu-do-mapa-da-fome-em-2014-mas-voltou-a-ter-indices-elevados-de-miseria.ghtml>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- BEZERRA, Antonio Maicon Batista. *LUTAS E RESISTÊNCIAS INDÍGENAS NO PERÍODO COLONIAL: MISCIGENAÇÃO E ETNIFICAÇÃO, NOVAS ABORDAGENS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA*. Das Amazônias, v. 1, n. 1, 2018.
- BLASER, Mario. Notes towards a political ontology of ‘environmental’ conflicts. *Contested ecologies: Dialogues in the South on nature and knowledge*, p. 13-27, 2013.
- BOLD, Rosalyn. Introduction: Creating a cosmopolitics of climate change. *Indigenous perceptions of the end of the world: Creating a cosmopolitics of change*, p. 1-27, 2019.
- BORTOLOTTI, Fernanda. *Participação indígena brasileira na Convenção do Clima: a construção da agenda climática como pauta de luta*. Orientador: Dra. Stéphanie Nasuti. 2020. 189 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39916>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 26 out. 2023.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio. *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. 2021.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio. *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. 2021.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». *Nueva Sociedad*, n. 306, p. 51-70, 2023.
- CABRAL, Rafael Lamera Giesta; DE MORAIS, Vitória Larissa Dantas. Os povos indígenas brasileiros na ditadura militar: tensões sobre desenvolvimento e violação de direitos humanos. *Direito E Desenvolvimento*, v. 11, n. 1, p. 106-122, 2020.
- CAPITÁN, Antonio Luis Hidalgo et al. Los objetivos del Buen Vivir. Una propuesta alternativa a los Objetivos de Desarrollo Sostenible. *Revista iberoamericana de estudios de desarrollo= Iberoamerican journal of development studies*, v. 8, n. 1, p. 6-57, 2019.

Carta da Terra. 1992. Instituto Socioambiental. Disponível em:

<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/carta-da-terra>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

CÉSPEDES, David Choquehuanca. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. Sumak Kawsay: recuperar el sentido de vida. ALAI, n. 452, 2010.

CIMI. “Não esperem pelo Brasil”: Cimi denuncia à ONU massacres e assassinatos de lideranças indígenas e defensores de direitos humanos no Brasil. CIMI - Notícias: Direitos Indígenas, [s. l.], 29 jun. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/06/nao-esperem-pelo-brasil-cimi-denuncia-a-onu-massacres-e-assassinatos-de-liderancas-indigenas-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2020. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2021. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/> Acesso em: 14 jan. 2024.

CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. Lécturas de metodología de las ciencias sociales, p. 71, 2000.

CRUZ, Andrezinho Fernandes. "Representantes" indígenas no Estado brasileiro: análise da trajetória participativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira nas esferas do indigenismo estatal. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

DA CUNHA, Manuela Carneiro. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. Editora Companhia das Letras, 2013.

DA CUNHA, Manuela Carneiro. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. Editora Companhia das Letras, 2013.

DARÃ, Cacique; AWA TENONDEGUA, Cacique; ANILDO AWAROKADJU, Cacique. Primavera Indígena: Acampamento Luta pela vida. Sens public, p. 1-15, 2022.

DE ARAÚJO, Geraldo José Ferraresi; CARVALHO, César Machado. os avanços e Fracassos da 15ª Conferência das Partes de Copenhague: UM Estudo exploratório. Revista Iluminart, n. 9, 2012.

DE AZEVEDO BRUNORO, Mario; TANNUS, Rafael Monteiro. Festa e Guerra na Esplanada: sons da política num Acampamento Terra Livre. Wamon-Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM, v. 5, n. 2, p. 135-146, 2020.

DE BARROS LIMA, Gabriella Neves; BEZERRA, Ricardo Jose Lima. Política e extermínio de povos indígenas na ditadura militar: uma análise das instituições SPI e FUNAI através do Relatório Figueiredo. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 6, n. 13, p. 1302-1332, 2023.

DE MELO, Ana. A ATUAÇÃO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO NA PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO INDÍGENA. Entropia, v. 4, n. 8, p. 91-108, 2020.

DE OLIVEIRA, Kelly Emanuely. Estratégias sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da APOINME. 2010.

DE SOUSA, Júnia Marise Matos. Acampamentos de luta pela terra: os lugares da resistência. 2019.

DE SOUZA LIMA, Antonio Carlos. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. *Revista de Antropologia*, p. 781-832, 2012.

DECLARAÇÃO de Barbados I: pela libertação do indígena. 1971. Disponível em: [http://www.missilogia.org.br/wp-content/uploads/cms\\_documentos\\_pdf\\_28.pdf](http://www.missilogia.org.br/wp-content/uploads/cms_documentos_pdf_28.pdf). Acesso em: 27 set. 2023.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes: Conceptual reflections beyond “politics”. *Cultural anthropology*, v. 25, n. 2, p. 334-370, 2010.

DEPARIS, Sidiclei Roque. União das Nações Indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil:(1980-1988). 2007. Disponível em <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/163>. Acesso em 17 out 2023.

DUPRAT, Deborah; TERENA, Eloy. O Genocídio indígena atual. *GUARIMÃ–REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA*, v. 1, n. 2, 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. Clacso, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. *Sustainability Science*, v. 10, n. 3, p. 451-462, 2015.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton University Press, 2011.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del Tercer Mundo: Globalidad imperial, colonialidad global y movimientos sociales anti-globalización. *Nómadas (Col)*, n. 20, p. 86-100, 2004.

FÉLIX, Gloria Alicia Caudillo. Reflexiones sobre el buen vivir o vivir bien (suma qamaña; sumak kawsay, balu wala). *Temas de Nuestra América Revista de Estudios Latinoamericanos*, p. 185-196, 2012.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. *anúário antropológico*, v. 42, n. 1, p. 195-226, 2017.

FLOR, Francisco Hidalgo (ed.). *Proceso Constituyente y Buen Vivir 2007 - 2022*. Quito: [s. n.], 2021. 96 p. ISBN 978-9942-40-777-1.

FUNAI. Demarcação. Fases do Processo Administrativo, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em 10 nov. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Plageder, 2009.

GHOBRIL, C. N.; ANGELO, J. A.; OLIVEIRA, M. D. M. Balança Comercial dos Agronegócios Paulista e Brasileiro, Ano de 2022, Resultado Recorde de Exportação e Saldo Comercial. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-19, jan. 2023. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=16102>. Acesso em: 07 fev. 2024.

GONÇALVES, Williams; MONTEIRO, Leonardo Valente. O MONOPÓLIO DAS TEORIAS ANGLO SAXÃS NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM-POA*, v. 6, n. 1, p. 53-70, 2015.

- GUDYNAS, Eduardo et al. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. *Extractivismo, política y sociedad*, v. 187, p. 187-225, 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva sociedad*, n. 237, p. 128-146, 2012.
- GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. cap. 5, p. 174-212.
- HERNÁNDEZ, Belén. Um acordo histórico para os indígenas na COP26: 10 bilhões de reais para proteger as florestas. *El País*, Glasgow, 2 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2021-11-02/um-acordo-historico-para-os-indigenas-na-cop26-10-bilhoes-de-reais-para-protoger-as-florestas.html>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- HOFFMANN, Stanley. *An American Social Science: International Relations (1977)*. Palgrave Macmillan UK, 1995.
- HUANACUNI, Fernando. Paradigma occidental y paradigma indígena originario. *América Latina en movimiento*, v. 452, p. 17-22, 2010.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Demarcações nos últimos governos*, 2023. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o\\_jur%C3%ADdica\\_das\\_TIs\\_no\\_Brasil\\_hoje](https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%ADdica_das_TIs_no_Brasil_hoje). Acesso em: 10 nov. 2023.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Terras Indígenas no Brasil*, 2023. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- JÚNIOR, Danton José Boatini. ACONTECIMENTO INDÍGENA: a cobertura do Acampamento Terra Livre pelo El País Brasil. *Revista Latino-americana de Jornalismo* | ISSN, v. 2359, p. 375X.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)*. Editora Companhia das letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras, 2020.
- LAGE, Victor Coutinho. Os debates em Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista. *Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais*, v. 6, n. 12, p. 101-121, 2007.
- LOPES, Danielle Bastos. O movimento indígena na assembleia nacional constituinte (1984-1988). 2011. Disponível em <http://www.bdt.uerj.br/handle/1/13516>. Acesso em 17 Out 2023.
- MACAS, Luis. Diálogo de Culturas: Hacia el reconocimiento del otro. *Revista Yachaikuna*, v. 2, p. 26-38, 2001.
- MACAS, Luis. El movimiento indígena : aproximaciones a la comprensión del desarrollo ideológico político. *Revista La Tendencia* , Quito, n. 01, p. 62-69, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10469/5255>. Acesso em: 29 maio 2023.

MACAS, Luis. Sumak Kawsay: La vida en plenitud. América Latina en movimiento, v. 452, p. 14-16, 2010.

MARTINS, Rafael Moro. Isolamento, preconceito e déficit de poder marcam primeiro ano do Ministério dos Povos Indígenas. Sumaúma, Brasília, 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/isolamento-preconceito-e-deficit-de-poder-marcam-primeiro-ano-do-ministerio-dos-povos-indigenas/>. Acesso em 06 abr. 2024.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

MÍDIA NINJA. Discurso de Sonia Guajajara para Lula durante o Acampamento Terra Livre 2022. Youtube, publicado em 16 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nZXoT5mKeJk>. Acesso em 16 mar. 2024.

MIGNOLO, Walter D. The decolonial option. In: On decoloniality: Concepts, analytics, praxis. Duke University Press, 2018.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. The darker side of western modernity: Global futures, decolonial options. Duke University Press, 2011, p. 1-24.

MOREIRA, Felipe Kern. Povos indígenas e relações internacionais: das malocas à aldeia global. Revista Humanitas, v. 24, n. 1/2, p. 7-34, 2008.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. As assembleias de líderes indígenas no Brasil (1974-1984). O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

MPI. No Dia dos Povos Indígenas na COP 28, mais um marco histórico na luta pelos direitos indígenas no Brasil. Agência GOV, Brasília, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202312/no-dia-dos-povos-indigenas-na-cop-28-mais-um-marco-historico-na-luta-pelos-direitos-indigenas-no-brasil>. Acesso em: 7 mar. 2024.

OLIVEIRA, Andreici Marcela Araujo de et al. Movimento Social Indígena e Participação Política: a contribuição da COIAB na formação de lideranças. 2012.

ONU. COP28: A ação climática não pode esperar. Nações Unidas Brasil - Notícias, [S. l.], 23 nov. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/254026-cop28-a%C3%A7%C3%A3o-clim%C3%A1tica-n%C3%A3o-pode-esperar>. Acesso em: 7 mar. 2024.

OSSAMI, Marlene Castro. O papel das assembleias de líderes na organização dos povos indígenas. 1993.

PEGORARI, Bruno. A tese do “marco temporal da ocupação” como interpretação restritiva do direito à terra dos povos indígenas no Brasil: um olhar sob a perspectiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos. ARACÊ–Direitos Humanos em Revista, v. 4, n. 5, p. 242-262, 2017.

PLANALTO. Povos indígenas saem fortalecidos e otimistas da COP 28, avalia Sônia Guajajara. Planalto - Notícias, Brasília, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/povos-indigenas-saem-fortalecidos-e-otimistas-da-cop-28-avalia-sonia-guajajara>. Acesso em: 7 mar. 2024.

PORTELA, Maria Eduarda. “Ministério dos Povos Indígenas é internacional”, diz Sonia Guajajara. Metrôpoles, [S. l.], 17 nov. 2023. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/ministerio-dos-povos-indigenas-e-internacional-diz-sonia-guajajara>. Acesso em: 11 mar. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. Revista del CESLA. International Latin American Studies Review, n. 1, p. 38-55, 2000.

RIBEIRO, Tereza Cristina. Povos indígenas em negociação e conflito: movimento indígena e governo Lula da Silva (2003-2006). 2016.

RIGUEIRA, Paulo. Relações internacionais como disciplina. Relações Internacionais, n. 36, p. 23-46, 2012.

SANTANA, Camila Oliveira. A dissonância entre doméstico e o externo: A Política Ambiental Brasileira nos governos Dilma Rousseff (2011-2016). 2021. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

SCHWADE, Egydio. Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade. O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

SMITH, Steve. The discipline of international relations: still an American social science?. The British Journal of Politics & International Relations, v. 2, n. 3, p. 374-402, 2000.

SODRÉ, Josely de Sousa et al. DEMARCAÇÃO DE TELAS: Acampamento Terra Livre e Apropriação do Ciberespaço. 2022.

SOUSA, Igor. ACAMPAMENTO TERRA LIVRE (2004–2022): ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS, LIDERANÇAS E MEMÓRIAS. REPOSITÓRIO DE ANAIS DA ANPUH-GO, p. 1219/1231-1219/1231, 2022.

STF. STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas: O Plenário decidiu que a demarcação independe do fato de que as comunidades estivessem ocupando ou disputando a área na data de promulgação da Constituição Federal.. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, BRASÍLIA, p. 0-1, 21 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1>. Acesso em: 7 fev. 2024.

STREIT, Maíra. 35 anos depois do deputado Juruna, indígenas continuam sem representação política no país. Pública - agência de jornalismo investigativo, 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/04/35-anos-depois-do-deputado-juruna-indigenas-continuam-sem-representacao-politica-no-pais/>. Acesso em: 20 out. 2023.

SVAMPA, Maristella Noemi. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. 2013.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. osal, v. 13, n. 32, p. 15-38, 2012.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. cap. 4, p. 140-401, 2016.

- SVAMPA, Maristella. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Bielefeld University Press, 2019.
- TOMPOROSKI, Alexandre Assis; BUENO, Evelyn. O processo histórico-político-constitucional dos direitos indígenas nas constituições brasileiras de 1824 a 1988. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 14, n. 3, p. 210-240, 2020.
- TORRES-SOLIS, Mauricio; RAMÍREZ-VALVERDE, Benito. Buen vivir y vivir bien: alternativas al desarrollo en Latinoamérica. *Latinoamérica. Revista de estudios Latinoamericanos*, n. 69, p. 71-97, 2019.
- TROWNSELL, Tamara et al. Recrafting international relations through relationality. *E-International Relations*, v. 8, 2019.
- VANHULST, Julien et al. Los discursos políticos latinoamericanos sobre el buen vivir (1992-2017). *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, v. 119, n. 3, p. 163-193, 2020.
- VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Povos indígenas do Brasil: um olhar sobre a política indigenista oficial da colônia à República. *REVISTA INCELÊNCIAS*, v. 4, n. 1, 2015.
- WALSH, Catherine E. Decoloniality in/as praxis. In: *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Duke University Press, 2018.
- YAMPARA, Simón. Cosmovivencia Andina. Vivir y convivir en armonía integral--Suma Qamaña. *Bolivian Studies Journal*, v. 18, 2011.
- YAMPARA, Simón. Descentralización y Autonomía Cruceña o Soberanía del Qullasuyu. *Temas Sociales*, n. 26, p. 141-163, 2005.
- YAMPARA, Simón. Interculturalidad: encubrimiento o descubrimiento de las matrices civilizatorio culturales. *ISEES: Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior*, n. 4, p. 33-56, 2009.